

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GABRIELA ARAÚJO FORNARI

BIOGRAFIAS DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL PARANAENSE

Maringá
2021

GABRIELA ARAÚJO FORNARI

Biografias de Egressos do Sistema Prisional Paranaense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sylvia Mara Pires de Freitas

Maringá

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

F727b	<p>Fornari, Gabriela Araújo</p> <p>Biografias de egressos do sistema prisional paranaense / Gabriela Araújo Fornari. -- Maringá, PR, 2021. 129 f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Sylvia Mara Pires de Freitas. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2021.</p> <p>1. Psicologia. 2. Egressos - Sistema prisional paranaense - Biografias. 3. Existencialismo. 4. Fenomenologia. 5. Sartre - Método progressivo-regressivo. I. Freitas, Sylvia Mara Pires de , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.</p> <p>CDD 23.ed. 150</p>
-------	--

GABRIELA ARAÚJO FORNARI

Biografias de Egressos do Sistema Prisional Paranaense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

COMISSÃO JULGADORA



Profa. Dra. Sylvia Mara Pires de Freitas
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Profa. Dra. Lucia Cecília da Silva
PPI/Universidade Estadual de Maringá



Profa. Dra. Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Aprovada em: 05 de maio de 2021.
Defesa realizada por vídeo conferência.

AGRADECIMENTOS

Mãe, vó e vô. O esforço e o incentivo de vocês tornaram possível meu caminho acadêmico. Sou grata por esta oportunidade e este é meu reconhecimento por vocês!

Ju, minha companheira de vida. Esta conquista faz parte da nossa história!

Sylvia, companheira de inquietações e orientadora. Sou grata pelo seu voto de confiança em meu trabalho. Suas contribuições e reflexões foram primordiais para chegarmos ao resultado final desta dissertação; seu acolhimento, fundamental para meu crescimento enquanto pesquisadora, profissional e pessoa. Desejo vida longa à nossa parceria!

Aos participantes desta pesquisa, espero ter honrado a confiança que vocês depositaram em mim ao compartilharem suas histórias de vida. Sem vocês, esta pesquisa não existiria.

A todas as pessoas envolvidas na implementação e na manutenção do ProUni, da Universidade Pública e das Bolsas de Estudo e Pesquisa. Sem essa base material não seria possível meu ingresso na universidade, minha permanência estudantil e meu percurso na pesquisa.

À equipe dos Patronatos do Paraná, que receberam minha pesquisa de braços abertos e me auxiliaram diretamente nesse processo. Registro também meu lamento pelo fechamento do Programa durante o desenrolar deste trabalho.

Prof.^a PhD Lucia e Prof.^a Dr.^a Maria Isabel. Agradeço a disponibilidade de vocês em contribuírem com este trabalho. As visões existenciais e sociais de vocês sobre o tema apuraram as reflexões construídas e apresentaram novos horizontes a serem explorados.

Ronaldo, meu professor durante a graduação. Aprendi (e ainda aprendo) muito com você. Nossas trocas foram essenciais para o meu olhar científico e humano sobre a realidade.

Professoras e Professores do Programa de Pós-Graduação da UEM. Sinto-me honrada em ter aprendido com cada uma e cada um de vocês! Certamente fui afetada pelas discussões e pelos momentos propostos em sala de aula.

Companheiras e companheiros do Grupo de Estudos em Fenomenologia e Existencialismo (GEFEX) da UEM, essa trajetória foi mais prazerosa ao lado de vocês! Obrigada pelo acolhimento, pelas trocas e por instigarem reflexões sobre assuntos caríssimos à nossa realidade.

“Permita que eu fale, e não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, e não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
É roubar um pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir”

(Emicida part. Majur e Vittar, 2019)

“Eles estão jogando o jogo deles.
Eles estão jogando de não jogar um jogo.
Se eu lhes mostrar que os vejo tal qual eles estão,
quebrarei as regras do seu jogo
e receberei a sua punição.
O que eu devo, pois, é jogar o jogo deles,
o jogo de não ver o jogo que eles jogam”.

(Laing, 1977)

Biografias de Egressos do Sistema Prisional Paranaense

Resumo

Esta pesquisa consiste na busca pela compreensão da biografia de pessoas egressas do sistema prisional paranaense. Isto se justifica pelo momento sócio-histórico brasileiro ser um terreno fértil para ideias preconceituosas advindas da sociedade civil e do Governo, que encaminham ações discriminatórias, rechaçando aqueles e aquelas que se envolvem com a criminalidade, apoiadas na instância da contraviolência. Nas entrevistas, foram ouvidas narrativas de vida de três homens, todos cisgêneros, brancos e heterossexuais, que passaram pelo regime fechado em instituições de reclusão no Paraná. As entrevistas foram encaminhadas de acordo com o método regressivo-progressivo, adotado por Jean-Paul Sartre (1905-1980), para compreender as biografias apresentadas. Foram percorridos os movimentos realizados pelos participantes durante as suas vidas, investigando as condições sociomateriais presentes nesses percursos; como eles as significaram; quais as suas necessidades na relação com essas e como agiram para suprirem-nas: antes de ingressarem no sistema prisional, enquanto encarcerados e após retornarem ao regime aberto. Algumas similaridades nas histórias de vida narradas foram constatadas, oferecendo pistas sobre o universo das pessoas egressas do sistema prisional paranaense. Nesse sentido, foram observadas as necessidades impostas pelo capitalismo, o projeto de ascender socioeconomicamente, as relações grupais, a relevância das relações familiares enquanto apoio aos sujeitos encarcerados, os ideais conservadores e tradicionais apresentados por eles, e o papel da religiosidade na construção de seus valores. Ao final, foram abarcadas noções e impasses sobre a atuação da psicologia com pessoas envolvidas com a criminalidade, que estão encarceradas ou que intentam se afastar do crime, e suas famílias.

Palavras-chave: Sartre, método regressivo-progressivo, criminalidade, biografia.

The Biography of People from Paraná's Prison

Abstract

This research consists of understanding the biography of people from Paraná's prison. It is justified by the current Brazilian socio-historical moment, in which conservative ideologies are fertilized and disseminated, directing discriminatory and violent actions to those who are involved with criminality. In the interviews, narratives of the life of three men were heard, all cisgenders, white, heterosexuals, who went through the prisons in Paraná. The interviews were sent according to the regressive-progressive method, adopted by Jean-Paul Sartre (1905-1980), to understand the biographies on. Were covered the movements carried out by the participants during their lives, investigating their actions within the sociomaterial conditions present in these paths; that is, how they meant them, what their needs are in relation to them and how they acted to supply them: before entering the prison system; while incarcerated; after returning to the society. In the analysis, in addition to the idiosyncrasies, some similarities in the narrated life histories were found, clues about the universe of people who were discharged from the Paraná prison system. In this sense, they were observed as a necessity imposed by capitalism, such as the project to ascend socioeconomically; the role of groups in committing crimes; the list of family relationships, especially of women, as support for incarcerated subjects; the role of religiosity in the construction of its values; and the alienation common to their shares. In the end, the role of Psychology was discussed with people involved in crime, who are incarcerated or trying to get away from crime.

Keywords: Sartre, regressive-progressive method, criminality, biography.

Sumário

Introdução.....	9
1 O Percurso da Pesquisa.....	14
1.1 Método Progressivo-Regressivo.....	14
1.2 Os Procedimentos Adotados.....	18
2 Noções de Escassez, Contraviolência e Preconceito para Sartre.....	20
3 Os Participantes da Pesquisa: Acompanhando suas Trajetórias.....	27
3.1 Carlos.....	27
3.2 Alisson.....	58
3.3 Pedro.....	77
4 A Dimensão Universal de Egressos do Sistema Prisional Paranaense.....	102
5 Possibilidades e Limites do Atendimento Psicológico.....	111
Considerações Finais.....	119
Referências.....	123

Introdução

Pesquisas científicas tendem a ser produzidas por inquietações advindas da ausência de respostas sobre determinada realidade, ou pela necessidade de aprofundamento nessa. É válido, portanto, dedicarmos um espaço para expor o movimento que realizei para chegar até o tema desta pesquisa e em quais circunstâncias minhas angústias foram motes para seu desenvolvimento.

Nasci no seio dos anos 90, mais precisamente em 1996, no Sul do Brasil. Nesse ano o país estava no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República eleito democraticamente em 1994. A ideia da existência anterior do Regime Ditatorial (entre 1964 e 1985) aparecia como uma lembrança a ser esquecida e a liberdade era estimada quanto mais os anos decorriam. Durante a minha infância, o Governo brasileiro se dedicou a oferecer possibilidades outras para aquelas pessoas desfavorecidas economicamente, pesando a desigualdade social que assolava (e assola) o país. Ainda criança, em 2004, vivenciei a criação do Programa Bolsa Família¹ e do Programa Universidade Para Todos (ProUni)², durante o primeiro mandato do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Posteriormente, por meio do estudo da história desses programas, passei a compreendê-los como iniciativas que visavam a oferecer um suporte básico para brasileiros e brasileiras, com o essencial para sua sobrevivência: comida e educação.

Quando entrei na adolescência, minha mãe se formou em Pedagogia e iniciou seus trabalhos como pedagoga no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), atuando especificamente no Programa Liberdade Assistida, destinado a adolescentes envolvidos e envolvidas em práticas infracionais. Quando tinha doze anos, escutei as impressões de minha mãe sobre a dinâmica social envolta no cometimento de delitos, partindo de sua prática e consequente proximidade do tema. Vejo essas ocasiões como fundamentais para que eu passasse a considerar outros discursos sobre a criminalidade, além dos hegemônicos aos quais tinha acesso nos noticiários, principalmente nas reportagens televisivas.

¹ “Programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. O Programa objetiva: combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social”. (Brasil, s.d.).

² Programa do Ministério da Educação que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior. (Brasil, s.d.).

Simultâneo a esse fato, ingressei em um grupo de teatro gratuito oferecido pela escola pública em que eu estudava. Minha paixão pela atuação cresceu conforme fui visualizando as possibilidades que me eram abertas para **ser** em cena quem eu elegeisse, diferente da vida cotidiana em que a realidade cerceava minhas possibilidades de ser. Nesse mesmo grupo, tive a oportunidade de estudar profundamente teatro e o exercício de criação de personagens se tornou estimado para mim.

O gosto pela construção de personagens me levava à investigação de sua história, suas relações afetivas, sua cultura e sua visão de mundo. Foi esse caminho que me aproximou de reflexões sobre o ser humano e contribuiu expressivamente para a minha escolha de me matricular no curso de Psicologia, o qual tive acesso por meio do ProUni. Tendo a possibilidade material para ingressar no curso, logo iniciei estágio em uma escola particular e passei a exercer a função de professora auxiliar para estudantes com deficiência. Por meio desse trabalho, tive a oportunidade de estabelecer contato direto com pessoas excluídas socialmente e de refletir constantemente sobre o impacto que as relações sociais dispunham sobre suas vivências pessoais.

Após dois anos na área da educação do ensino fundamental enquanto professora auxiliar, encerrei meu estágio nesse campo e adentrei ao Programa Patronato³ do Paraná como acadêmica bolsista do Setor de Psicologia. O Programa era responsável por atender pessoas egressas do sistema prisional e sujeitos beneficiados pelas penas e/ou medidas alternativas em meio aberto, acompanhando e fiscalizando a execução penal. O intuito desse órgão era oferecer ao público atendido o apoio necessário para que fosse possível retornar ao meio aberto, tendo condições sociomateriais e psicossociais necessárias para o convívio social. Enquanto integrante da equipe do Patronato, a aproximação das pessoas atendidas me fez buscar compreender a realidade vivida por elas, especialmente após saírem do regime fechado.

Percebi que aquelas pessoas atendidas possuíam saberes proporcionados por suas vivências que deveriam ser considerados por nós, equipe técnica, para que, partindo delas, poderíamos oferecer um serviço que condissesse com a realidade vivida por elas, além de que fosse mais efetivo. Assim, orientávamos as atividades de Psicologia da seguinte forma: partindo de referenciais teóricos da ciência psicológica ao encontro de vivências e saberes diversos, validando-os e buscando expandir os horizontes de compreensão dos fenômenos que surgiam.

³ As diretrizes para o funcionamento do Programa Patronato estão dispostas na Lei de Execuções Penais (LEP), nº 7.210 de 11 de julho de 1984.

Durante esse percurso, constatei que a forma com que esse público compreende, significa e age diante dessa nova realidade (regime aberto) demonstrou estar relacionada com todas as vivências ocorridas durante a existência dele até o momento. À semelhança dos personagens fictícios que eu criava na adolescência, ouvia e investigava histórias reais das pessoas que atendia, com o intuito compreender sua realidade e, diante dela, traçar meios possíveis de auxiliá-las.

Ainda durante esse período, encontrei no pensamento do filósofo francês, Jean-Paul Sartre, uma concepção que abarca a realidade material e que destaca o movimento individual dos sujeitos diante dessa realidade. A partir de então, a teoria sartriana passou a iluminar minha caminhada enquanto acadêmica de Psicologia, que era guiada pela premissa de compreendermos a realidade do sujeito e agirmos para oferecer suporte diante de suas possibilidades.

Sartre (1960/2002) apresenta uma compreensão sobre o sujeito que o considera inicialmente como uma existência imposta, isto é, um existente lançado ao mundo, buscando na relação com a realidade a constituição de seu ser. Ele nasce num contexto histórico e material específico e, cotidianamente, apreende e realiza suas ações inserido nele, superando suas necessidades, negando e afirmando tal realidade em um movimento singular/universal.

Nos últimos meses em que estive no Patronato (segundo semestre de 2018), acompanhei uma intensificação do preconceito dirigido à população encarcerada em geral, incluindo aqueles e aquelas egressos(as) desse sistema. Este período coadunou com o momento político-econômico pelo qual o Brasil estava passando – e que prossegue até o momento atual. Na contramão do contexto ideológico humanista em que as penas e medidas alternativas foram criadas, o país passa agora por uma crescente ideia conservadora de homogeneização do indivíduo que comete um ato criminoso, na iminência de negar-lhe o trato humanizado, ao reduzir sua identidade a de “bandido”.

Ao buscar produções relacionadas à criminalidade, notei que a maioria expressiva de matérias de jornais, artigos científicos, discursos políticos e afins parte da perspectiva do outro diante do(a) “bandido(a)” e não daquela pessoa que vive essa realidade e que cometeu, de fato, determinados crimes. É corriqueiro encontrar pessoas, grupos e instituições que apresentem uma opinião aberta sobre a criminalidade, expressando inúmeras acepções acerca do tema, mas dificilmente se abre um espaço de fala para ouvir e compreender a realidade segundo os próprios sujeitos da ação ajuizada criminosa.

Olhando como pesquisadora, encontrei nessa fenda meu problema de pesquisa, julgando necessário para o campo da Psicologia **escutar** as pessoas que, de fato, viveram (e

vivem) na condição de egressos(as) do sistema prisional paranaense. Tomo, então, como foco da pesquisa o intuito de alcançar a compreensão sobre a vida de sujeitos egressos do sistema prisional paranaense, partindo da experiência daqueles que se disponibilizaram a participar da pesquisa, **objetivando compreender suas condições sociomateriais no percurso de suas vidas; como as significam; quais as suas necessidades na relação com essas e como agiram para as suprirem: antes de ingressarem no sistema prisional, enquanto encarcerados e após retornarem ao regime aberto.**

Ao abrir um espaço acadêmico para ouvir os sujeitos que passaram pelo regime fechado, considero que torna esta pesquisa socialmente relevante, pois visa à construção de um espaço para ouvir essa população que é muitas vezes silenciada. Neste trabalho, não tratarei os sujeitos que passaram por esse sistema como objetos de pesquisa passivos, considerando que compreendo que são seres ativos na construção de suas vidas, portanto, busquei ouvir o que eles têm a dizer a nós pesquisadores e pesquisadoras, bem como à sociedade sobre sua própria condição. Intento, assim, apresentar outras perspectivas de visualização e compreensão das vivências desse público, fomentando discussões sobre a criminalidade de forma fundamentada. Tendo em vista o cenário político atual, que tem mostrado indícios significativos de esquivas à assistência do público egresso do sistema prisional, essa pesquisa se configura, como mencionado, como um ato de resistência, exatamente por nadar contra a corrente de pré-conceitos direcionados aos sujeitos em questão.

Outrossim, demarco que essa pesquisa nasceu de observações realizadas a partir da experiência de atuação no Patronato e, dessa forma, seu produto se configura como um retorno dado a quaisquer serviços de atendimento de pessoas egressas do sistema prisional. Correspondo, assim, à recomendação de Sartre (1960/2002) de que o pensamento concreto nasça da *práxis*, voltando-se sobre ela para iluminá-la em conformidade com os princípios e as regras próprias de toda ciência.

O desenvolvimento dessa pesquisa se torna pertinente considerando que esse público acessa outros serviços de Psicologia, como os ofertados pelas Redes de Saúde e de Assistência dos Municípios. Destarte, julgo que essa pesquisa, igualmente, contribuirá para auxiliar na compreensão sobre as vivências dessas pessoas e amparar a atuação de psicólogos e psicólogas que não necessariamente trabalham com a área criminal ou forense, mas que podem se deparar com esse público em outros espaços de serviço.

Na primeira parte, o(a) leitor(a) encontrará os caminhos percorridos para o desenvolvimento da pesquisa, seus impasses e formas encontradas para solucioná-los.

Apresentamos o método progressivo-regressivo, uma vez que foi utilizado para nortear as entrevistas e as análises das narrativas.

Na sequência, trazemos uma das premissas de Sartre (1946/1995), que indica a necessidade de considerarmos a sociedade em que o sujeito se encontra para assim compreendê-lo em sua integralidade. Discutimos a centralidade da **escassez** no campo social, atravessando as relações humanas, podendo conduzir à **contraviolência** e ao **preconceito** dirigidos ao público desta pesquisa.

Na sequência, as trajetórias de vida dos participantes da pesquisa são desveladas. Seguimos suas vivências de modo cronológico e, pela dialética singular/universal, buscamos explicitar algumas condições em que os sujeitos se inseriram ao longo de suas vidas – a esfera familiar, o mundo da criminalidade, as detenções, a liberdade assistida e como buscam resistir aos atos delinquentes. Nesta parte, são evidenciadas as respectivas idiossincrasias.

Além de apreender as questões singulares na parte anterior, encaminhamos a parte seguinte para a análise crítica de cenários que unificam as vivências dos participantes. A imersão em grupos; o projeto e os meios perseguidos para romper com o futuro-fatalidade determinado socio-historicamente para a classe social que pertencem; e a importância do suporte familiar e a relação com a religiosidade são temas universais que emergiram em suas narrativas.

Por fim, abordamos a atuação da Psicologia no contexto da criminalidade, ponderando os entraves e as possibilidades de intervenções nesse espaço. Para construir esses pensamentos, recorreremos à obra *Em Defesa dos Intelectuais*, publicada originalmente por Sartre, em 1972. Nela, o autor aborda a diferenciação entre ser somente um profissional tecnicista que atende às demandas capitalistas e a superação desta condição pelo intelectual que a denuncia. A contribuição do pensamento de Sartre nos indica a importância de o(a) Psicólogo(a) por à vista as contradições da conjuntura do sistema prisional.

1 O Percurso da Pesquisa

Tratando-se de uma pesquisa de campo, este trabalho conta com dimensões teóricas, metodológicas e técnicas. Nesta parte, portanto, apresentamos o alicerce teórico do método progressivo-regressivo utilizado para o desenho prático da pesquisa. Na sequência, relatamos os caminhos percorridos na realização das entrevistas.

1.1 Método Progressivo-Regressivo

Sartre (1960/2002), na obra *A Questão do Método*, indica que quaisquer filosofia e pesquisa são armas sociais e políticas. Partindo desta afirmativa, a utilização do **método progressivo-regressivo**, nesta pesquisa, oportunizou a compreensão da relação dialética estabelecida entre a singularidade dos participantes e a universalidade do campo sociomaterial com a qual se relacionam. Isso significa compreender como edificam-se como sujeitos pela superação das condições em que se inseriram e se inserem, bem como possibilita a expressividade social dessa população, o que evidencia o viés político da pesquisa. Em concordância com Sartre, toda investigação também é prática, pois nasce da prática e se infiltra na realidade e, *a posteriori*, a modifica.

O método elencado é desenvolvido e proposto por Henri Lefebvre e apropriado por Sartre, que discorre sobre ele (método) em *A Questão do Método*, obra publicada inicialmente em 1957 e incorporada, posteriormente, em sua obra *Crítica da Razão Dialética* (1960/2002). Sartre (1960/2002) considera o método progressivo-regressivo válido em todos os campos da antropologia, ressaltando que somente ele evidencia a originalidade dos fatos, pois parte da experiência de pessoas reais em uma sociedade real.

Sartre (1960/2002) sinaliza a necessidade das ciências se aterem ao estudo aprofundado das pessoas reais, para que assim seja captada de fato a história. Para este filósofo, o objeto do existencialismo “é o homem singular no campo social, em sua classe, no meio de objetos coletivos e dos outros homens singulares” (p. 103).

As ações e a vida de cada pessoa que se pretende estudar não podem ser reduzidas a significações abstratas, portanto, devem ofertar um caminho para acessar a maneira como ela se projetará nessa realidade. A atitude concreta dessa pessoa, os produtos dela decorrentes e seus desvios iluminam pesquisadores e pesquisadoras sobre a vida dela e sobre a época considerada. Essa apreensão não se trata dos **traços** do indivíduo, mas da sua realidade, do seu processo de objetivação enquanto indivíduo total (Sartre, 1960/2002).

Macedo (2015) ressalta que da experiência emerge o que há de mais fundamental das pesquisas experienciais, que seria “o ponto de vista, as definições das situações, as opiniões” (p. 27). O autor prossegue afirmando que, partindo das narrativas de vida, é possível o acesso ao fenômeno em sua complexidade existencial e sociocultural.

Freitas (2018) recomenda que, frente a existência do risco de “subjugar a significação singular à universal, perdendo a experiência do indivíduo”, deve-se partir “da experiência daquele que a expressa para compreender como a significa, bem como suas contradições” (p. 122). Dessa forma, esta pesquisa buscará, como meio para acessar a experiência singular, o estudo biográfico, caracterizado pela escuta de narrativas de vida.

Com relação a isso, Carino (1999) aponta que:

Biografar é, pois, descrever a trajetória única de um ser único, original e irrepitível; é traçar-lhe a identidade refletida em atos e palavras; é cunhar-lhe a vida pelo testemunho de outrem; é interpretá-lo, reconstruí-lo, quase sempre revivê-lo. O mistério do singular é, também, fortíssimo como elemento constitutivo do imaginário cultural de qualquer sociedade ou mesmo civilização. (p. 154).

Ademais, para Freitas (2018), compreender a biografia de uma pessoa implica em realizar um “movimento dialético progressivo e regressivo, regressivo e progressivo, como um vai e vem entre passado e futuro, singular e universal que se interpenetram, sendo visados a partir do acontecimento” (p. 124). Para Schneider (2011), o homem sempre está no tempo, é temporalidade, pois totaliza seu passado, presente e futuro, sendo imprescindível considerar esses três períodos no processo de análise.

Nas palavras de Maheirie e Pretto (2007), o movimento progressivo-regressivo se constitui

como uma forma de compreender o sujeito, na medida em que busca se amparar em análises que percorrem as sínteses totalizadoras, tanto das singularidades como do coletivo. Visa o movimento de totalização histórica da singularidade na intersecção da totalidade histórica geral, uma esclarecendo a outra, ambas imbricadas, porém irreduzíveis. (p. 460).

Sendo assim, é possível efetuar o movimento que vai da singularidade à universalidade, retornando à singularidade (dentro da perspectiva histórica), estabelecendo uma síntese horizontal, relativa à temporalidade, e uma vertical, relativa à singularidade na multiplicidade. Desse modo, ao percorrer o caminho progressivo-regressivo pode-se contemplar e compreender o campo universal a partir do campo singular e, de igual modo, o singular a partir do universal, tendo em vista o caráter indissociável entre uma instância e outra.

Macedo (2015) aponta que acompanhar a experiência implica em mostrar as relações que o sujeito estabelece com os acontecimentos, entendendo o indivíduo como aquele que atribui sentidos e significados aos fatos que narra. Para a efetivação do método, destaca que a **atitude de pesquisa** implica “numa disposição para compreender via a abertura para explorar, bem como para a curiosidade em relação às ações e realizações das pessoas e seus sentidos.” (p. 52).

No momento **regressivo**, Sartre (1960/2002) recomenda que haja uma indagação à história para reconstruir as estruturas da sociedade em questão, seus conflitos e suas contradições que, por sua vez, estarão presentes na história individual do sujeito pesquisado. Diretamente sobre sua história, deverá haver um processo de investigação da maneira como ele apreendeu essa realidade (como a significou em conformidade com suas necessidades) e como buscou superá-la (de acordo com suas condições sociomateriais e psicológicas). A biografia deve aprofundar a época e a época aprofundar a biografia, como recomenda o autor.

Sobre a especificidade do estudo biográfico, Sartre (1960/2002) assevera que o momento analítico e regressivo deve ser levado até o conhecimento de tudo o que for possível pela investigação histórica do sujeito estudado. É indispensável o retorno à realidade histórica, porém não é o suficiente mostrar essa realidade como transferida ao investigado, dessa forma, é necessário indagar como ele se insere nesse contexto, sendo apenas essa dialética a que permite conhecê-lo e compreendê-lo de fato. Portanto, deve-se estabelecer a dialética que vai das ações singulares aos acontecimentos e vice-versa, considerando todas as condições possíveis.

O aprofundamento na história contribui para aumentar os elementos de análise sobre o sujeito investigado e, concomitante a esse percurso, deve-se realizar o caminho **progressivo**, que nos desvela as superações realizadas das condições anteriores. Percorrendo a história de uma pessoa por esse movimento dialético, podemos compreender como ela se unifica. A sua unidade sintética, portanto, retrata seu projeto de ser. Segundo Sartre (1960/2002),

trata-se de reencontrar o movimento de enriquecimento totalizador que engendra cada momento a partir do momento anterior, o impulso que parte das obscuridades vividas para chegar à objetivação final, em poucas palavras, o *projeto* pelo qual . . . lançar-se-á através dos diversos campos de possíveis. (p. 111, grifo do autor).

Desvelar esse projeto é necessário, tendo em vista o **sentido** que ele tem para o sujeito, pois é pelo projeto que ele produz a si mesmo no mundo, bem como produz o mundo. A significação singular da realidade implicará na solução objetiva que o indivíduo encontrará diante das suas contradições. Para chegar a esse sentido, Sartre (1960/2002) sustenta que se

deve usar de todas as camadas significantes que o sujeito atravessou, decifrando a maneira com que seus vestígios implicam em sua objetivação final.

Contudo, é prudente ter cuidado durante a análise do projeto singular, pois ele pode ser desviado ou não corresponder à escolha original do sujeito. Novamente, Sartre (1960/2002) indica que convém retornar aos elementos acessados pela análise regressiva, “estudar o campo instrumental para determinar os desvios possíveis, . . . rever o desenrolar da vida para examinar a evolução das escolhas e ações, sua coerência ou inerência aparente” (p. 112). Esse retorno mostra as curvas da vida e sua continuidade.

Esse método implica, ainda, em uma atitude **compreensiva** do sujeito e da história. Ele busca considerar sua multiplicidade e suas contradições, fugindo de apriorismos e reducionismos. Para compreender o sentido de determinada conduta humana, é necessária a disposição para a compreensão, para poder acompanhar o movimento progressivo e dialético realizado pelo(a) entrevistado(a), que explica os seus atos por sua determinação final, a partir das condições de partida.

Como aponta Sass (2016) acerca da psicanálise existencial, a atitude de compreensão visar-se-á considerando que “uma vida humana não pode ser totalmente explicada da mesma forma que os componentes químicos de uma rocha podem ser fragmentados e analisados” (p. 110). O autor afirma que para se compreender um projeto de ser é imprescindível a realização de um trabalho que considere a dimensão pessoal das escolhas concretas do sujeito e a extensão cultural e histórica do momento em que ela se constituiu.

Dessa forma, Sartre (1960/2002) define o método de abordagem existencialista como um método regressivo-progressivo e analítico-sintético; é, ao mesmo tempo, um vaivém enriquecedor entre o objeto (que contém toda a época como significações hierarquizadas) e a época (que contém o objeto em sua totalização); com efeito, quando o objeto é *reencontrado* em sua profundidade e singularidade, em vez de permanecer exterior à totalização..., entra imediatamente em contradição com ela; em poucas palavras, a simples justaposição inerte da época e do objeto dá lugar bruscamente a um conflito vivo. (p. 112, grifo do autor).

Sistematizando esses passos, Sartre (1960/2002) recorre à Lefebvre para explica-los e indica três momentos principais: a) **Descritivo-Observação**, em que ocorre a observação do fenômeno informado pela experiência; b) **Analítico-Regressivo**, sendo a análise da realidade e dos fatos que antecederam determinado momento; e c) **Histórico-Genético**, reencontrando o presente, mas dessa vez elucidado, compreendido e explicado.

Esse método não se configura apenas como sendo biográfico, pois também é marcado por sua natureza dialética. A dialética referida aqui trata-se da compreensão de que cada ato do sujeito sintetiza a relação em movimento indivíduo/coletivo, singular/universal. Freitas (2018) aponta que investigar o elemento que unifica os movimentos de uma pessoa implica em desvelar a maneira como ela edifica sua História singular no seio da História universal e como ela contribui para produzir a História universal ao realizar a sua própria História.

1.2 Os Procedimentos Adotados

No tocante aos caminhos percorridos para o desenvolvimento das entrevistas, inicialmente, o projeto desta pesquisa foi encaminhado ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP), da Universidade Estadual de Maringá, por meio da Plataforma Brasil, recebendo a aprovação deste Comitê pelo Parecer Consubstanciado nº 3.761.088, de 11 de dezembro de 2019.

Com o respaldo necessário, entrei em contato com um Programa Patronato do Estado do Paraná, apresentei a proposta de pesquisa e recebi o apoio da equipe de trabalho. Diante dessa assertiva, realizei a seleção da amostra, a qual continha os seguintes critérios: todos(as) deveriam ter passado pelo menos dois anos no regime fechado; todos(as) deveriam ser atendidos pelo Patronato; todos(as) deveriam estar em regime semiaberto ou aberto.

Com a amostra estabelecida, realizei convite aos(às) egressos(as), que correspondiam aos critérios acima, para participarem de um encontro para a apresentação da pesquisa. Esse encontro foi realizado em dezembro de 2019 nas dependências de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública do Estado do Paraná, que abrigava o Programa Patronato. Contudo, somente três pessoas compareceram ao encontro e duas destas aceitaram participar das entrevistas. Na semana seguinte, entrei em contato com outro egresso que não compareceu no encontro, mas que se encaixava igualmente nos critérios estabelecidos, e ele se dispôs, também, a participar da pesquisa. Assim, a amostra foi constituída por três homens cisgêneros e da raça branca – únicas pessoas que se colocaram disponíveis para participarem da pesquisa.

Ainda que mulheres e pessoas negras tenham sido elencadas para comporem a amostra e convidadas para participarem da apresentação da pesquisa, bem como para a participação nas entrevistas, nenhuma dessas pessoas demonstrou disponibilidade para tal. A proposta inicial da pesquisa continha como foco a investigação da maneira como raça e gênero apareciam na intersecção com a criminalidade. Contudo, diante desse cenário, decidimos dar continuidade à pesquisa intencionando compreender a vida das pessoas disponíveis e dispostas a participarem

das entrevistas. Os temas raça e gênero continuaram a aparecer na pesquisa, porém não de maneira central como objetivado no início da trajetória.

As entrevistas foram realizadas individualmente e, em sua maioria, nas dependências de uma IES pública de uma cidade do Paraná. Antes de iniciar as entrevistas, foi lido aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁴, assinado e entregue uma cópia a eles. Nesse documento continha um espaço para que dessem, ou não, a autorização para que a entrevista fosse gravada, tendo todos consentido. As seguintes questões disparadoras nortearam o diálogo com os participantes: **(1) Conte-me sua história de vida: (a) antes de cometer o delito, (b) após cometê-lo, (c) durante o tempo em que esteve preso(a), (d) no retorno ao meio aberto; e (2) quais são seus projetos futuros e como buscará realiza-lo(s).** Durante os diálogos, foi focada a relação dos participantes com os respectivos contextos em que se inseriam e que se inserem, buscando compreender seus movimentos na apreensão desses contextos; suas necessidades advindas desta relação; e como agiam (e agem) para suprir suas necessidades, isto é, como superaram/superam as condições sociomateriais.

Após as entrevistas, em um primeiro momento, foi realizada a transcrição dos áudios coletados e, posteriormente, foram organizados cronologicamente os acontecimentos relatados em cada um. Seguindo a trajetória dos participantes, lançando mão do método progressivo-regressivo, visamos a compreensão da realidade concreta de suas vidas, como eles compreendiam cada situação e a maneira como superaram as adversidades. Tencionamos visualizar o projeto de vida de cada um, a partir do qual se tornou possível alcançar o sentido de cada ação realizada por eles.

Visando a análise social da realidade apresentada pelos participantes da pesquisa, consideramos os elementos que apareceram comuns em todas (ou quase todas) as entrevistas e a maneira como foram apresentadas. Assim, pudemos alcançar a dimensão universal com base nos relatos individuais aos quais tivemos contato.

Após traçarmos tais reflexões, apresentamos as possibilidades de trabalho da Psicologia em relação ao contexto criminal e os impasses existentes para essa atuação. Trazemos, como norteadora da prática psicológica, a noção de atuação intelectual, proposta por Sartre (1972/1994). Com esse movimento, buscamos apresentar pistas que possam vir a embasar a prática psicológica em relação às pessoas encarceradas, egressas do sistema prisional e seus familiares.

⁴ O modelo deste documento não consta em apêndice com o propósito de preservar as identidades e a origem geográfica dos participantes. Ratificamos, contudo, que o TCLE foi aprovado pelo COPEP/UEM antes do início da pesquisa.

2 Noções de Escassez, Contraviolência e Preconceito para Sartre

Jean-Paul Sartre (1905-1980) contribuiu significativamente para a construção da teoria Fenomenológica-existencial, compreendendo o sujeito como um ser Para-Si que, situado em uma realidade dada, constrói a si na relação com essa. A liberdade é um tema exaustivamente trabalhado pelo autor, sendo para ele uma liberdade de **eleição**, não de obtenção. Para compreender a liberdade, portanto, não devemos tratá-la de maneira ilusória, é necessário considerar seus condicionantes, isto é, o campo sociomaterial que exerce resistência à conquista das escolhas de uma pessoa ou mesmo de um grupo.

Isto posto, consideramos a realidade concreta vivida pelos participantes dessa pesquisa, situando o cenário em que o preconceito é acirrado para com egressos(as) do sistema prisional. Para essa análise, é necessário mencionar que Sartre (1960/2002) apresenta a **escassez** material como elemento importante para a constituição do sujeito e dos grupos. As noções de **contraviolência** e **preconceito** possuem relação direta com um cenário escasso de bens. Estas três noções serão apresentadas nesta parte inicial do trabalho, pois são basilares para a compreensão das condições sociais nas quais os participantes construíram e continuam edificando suas vidas.

Ademais, para compreender as relações estabelecidas pelo preconceito, em *Reflexões sobre a questão judaica* (1946/1995), Sartre aponta para a necessidade de uma compreensão da dinâmica social. Seguindo alguns dos movimentos recentes da sociedade brasileira, mais especificamente no campo político, descreveremos algumas situações em nosso país que impactaram significativamente as relações sociais, buscando compreendê-las à luz das noções anteriormente enunciadas.

Não é exequível, portanto, desenvolver uma compreensão do Brasil atual sem considerar a eleição presidencial realizada em 2018 no país. O impacto direto da política sobre as relações sociais, mais especificamente no segundo turno, mostrou uma particularidade que não se via em muitos países da América Latina: um candidato intitulado de esquerda concorrendo diretamente com um candidato da extrema direita. As ideias de ambos se chocavam estrondosamente, por serem de vertentes políticas divergentes. Dessa forma, o embate entre os dois influenciou a população brasileira a se posicionar diante de assuntos que estavam em pauta nas campanhas e nas propostas políticas, como a violência contra a mulher, a facilitação do porte de armas e a pena de morte para pessoas que cometem determinados crimes.

Esse contexto levou o povo à euforia, pois este era o assunto mais falado nos programas de televisão e rádio, na internet, nas rodas de amigos e amigas, nas universidades, nos locais de trabalho e em diversos outros contextos. Embarcando nesse cenário incomum nos últimos anos neste país, muitos puderam legitimar as ideias conservadoras por meio da receptividade dada ao candidato de extrema direita, pois este expunha (e ainda expõe) seus valores discriminatórios de forma livre e sem qualquer pudor. Parte da população passou, então, a expressar suas ideias justificadas na deformada instância “liberdade de expressão”, revelando concepções desumanizadas sobre o ser humano, principalmente no tocante àqueles que cometeram crimes.

Além do estigma moralizante sobre este grupo, o governo eleito – o de extrema direita – agregou, na época, vinte ministros e duas ministras que direcionaram suas ações baseadas em punição sobre os corpos e coerções sobre a liberdade de expressão. Especialmente, o bordão “bandido bom é bandido morto” foi apresentado como uma das ideologias motrizes para que o atual Presidente conquistasse a chefia de Estado e do Governo da República Federativa do Brasil.

A eleição de um governo com tal ideologia segue o movimento conservador que assola a América Latina e o mundo, com líderes que alcançam o poder por meio de ideologias que exaltam os bons costumes, a família, o patriotismo e a diminuição da interferência do Estado na economia particular. Os países com maiores problemas relacionados à segurança e à economia tendem a ser mais receptivos a essas propostas, pela dificuldade de conceberem uma saída alternativa para a situação precária em que a maioria da população vive.

Para compreender como o preconceito se forma e quais as variáveis que contribuem para a crescente adesão aos discursos de ódio, Sartre (1946/1995) apresenta alguns elementos fundamentais e dinâmicos para o desenvolvimento desse processo, tendo em conta que o autor considera a atuação dialética do senso de autopreservação e preservação do grupo e a paixão dirigida à uma ideia. Schmidt (2005, s. p.) ressalta que, logo na introdução da obra citada, Sartre procura mostrar que o preconceito é uma “totalidade sincrética”, ou seja, ao mesmo tempo é

uma escolha de si, por parte do indivíduo preconceituoso, que implica uma atitude global em relação aos seres humanos, à história e à sociedade: totalidade que é, a um só tempo, paixão e visão de mundo.

Seguindo os apontamentos de Sartre (1943/1955) sobre a origem do preconceito, um dos pontos apresentados por ele está relacionado à proteção do grupo diante da escassez material. A escassez se refere à existência de substâncias naturais ou de produtos

manufaturados em quantidade insuficiente em relação ao número de habitantes de dada região, o que desvela a relação prática do sujeito com a matéria e fundamenta suas possibilidades individuais, criando um espaço de tensão coletiva. Sartre (1960/2002), afirma que:

A escassez – como relação vivida de uma multiplicidade prática com a materialidade circundante e no interior de si mesma – fundamenta a possibilidade da história humana. [...] É ela [...] – como tensão real e perpétua entre o homem e o meio ambiente, entre os homens – que, *de qualquer maneira*, dá conta das estruturas fundamentais (técnicas e instituições): não enquanto as teria produzido como força real, mas enquanto foram feitas *no meio da escassez* por homens cuja *práxis* interioriza tal escassez, mesmo pretendendo superá-la. (p. 237-239, grifos do autor).

Frente à possibilidade da escassez de recursos, o que levaria à aniquilação do sujeito, este passa a conceber o outro como uma ameaça à sua própria existência. Nesse processo, designa o outro ou um outro grupo como não-consumidores desse mesmo bem, assegurando sua sobrevivência. Aqueles que possuem a capacidade de decidir quem será possuidor ou não-possuidor de bens e, ao mesmo tempo, estão ameaçados pela possibilidade da escassez de recursos para os seus, encontram-se na classe média. O conservadorismo e o neoliberalismo⁵, igualmente, originam-se nessa mesma classe, norteados os demais ideais e as condutas de seus adeptos.

Na medida em que a classe média conservadora passa a distinguir a população entre possuidores e não possuidores (de bens), ela (a classe média) se coloca entre os primeiros. Assim, torna-se necessário para o bem-estar e para a proteção do grupo a que pertence a produção daqueles e daquelas que não são possuidores(as), definindo, precisamente, que esses(as) não possuem a possibilidade de consumir. Com esse processo, instala-se a conduta de depreciação do grupo formado pelas pessoas menos favorecidas, uma vez que são vistas como ameaça à sobrevivência das primeiras.

Aliando ambos os elementos, a classe média encontra na pessoa que cometeu um crime um dos principais focos de seu ódio. Essa pessoa, denominada socialmente por “criminoso”, tem em si a característica mais marcante de não possuidora e deve ser mantida longe do grupo detentor dos bens materiais. Na condição de apresentarem uma paixão à essa ideia, a reflexão aprofundada sobre a complexidade de um ato considerado criminoso não é desenvolvida,

⁵ O neoliberalismo, doutrina desenvolvida na década de 1970 e que chegou ao Brasil por volta dos anos 1990. A doutrina preza pela defesa da maior autonomia dos cidadãos e das cidadãs nos setores político e econômico, garantindo a liberdade de mercado e a diminuição da intervenção estatal – devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e, ainda assim, em grau mínimo.

fazendo do ódio à pessoa qualificada como “marginal” uma bandeira a ser levantada e ovacionada.

É nesse nível, igualmente, que se deve definir *a violência* como estrutura da ação humana sob o reino do maniqueísmo e no âmbito da escassez. A violência apresenta-se como uma *contraviolência*, isto é, como uma réplica à violência do Outro. Essa *violência do Outro* não é uma realidade objetiva a não ser na medida em que ela existe em todos como motivação universal da contraviolência: e é simplesmente o fato insuportável da reciprocidade rompida e da utilização sistemática da humanidade do homem para realizar a destruição do humano... Quer se trate de matar, torturar, escravizar ou simplesmente mistificar, meu objetivo consiste em suprimir a liberdade estranha como força inimiga. (Sartre, 1960/2002, p. 245, grifos do autor).

Expressando esse movimento, diversos jornais estamparam manchetes que ilustram essa ideologia separatista e excludente do ex-Ministro da Justiça e da Segurança Pública⁶, como a publicada em 08 de novembro de 2018, pelo site G1: “Moro defende regras mais ‘duras’ para sistema prisional deixar de ser ‘leniente’ com detentos”⁷, além da reportagem publicada em 06 de janeiro de 2019, pela Mídia Ninja intitulada: “Moro quer intensificar o controle sobre corpos negros”⁸. Ambas manchetes já expunham as intenções de ação do Governo no campo jurídico-penal, ressoando nesse meio as ideologias propagadas para a população e legitimadas por parcela dessa.

A exemplo das manchetes e dos discursos políticos apontados acerca desse tema, há um trato com irrelevância à subjetividade de indivíduos que cometeram algum crime. São ignoradas as particularidades de cada um, retrocedendo para o pensamento jurídico e social anterior à reforma penal, realizada nos anos 1980. Essa involução na perspectiva de compreensão da pessoa detida e daquela que já passou pela detenção, desloca nossa visão do ser humano para tratá-lo como uma figura inerte, um Ser definido com um presente e um futuro fatalmente dado.

⁶ Após dezesseis meses à frente do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro pediu demissão do cargo em 24 de abril de 2020, alegando tentativa de interferência do Presidente Jair Messias Bolsonaro na Polícia Federal e seu descontentamento diante desta situação. Para maiores informações, sugiro a reportagem “Sérgio Moro confirma saída do Ministério da Justiça”, de Rodrigues para a Agência Brasil, disponível na íntegra em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-04/sergio-moro-confirma-saida-do-ministerio-da-justica>.

⁷ Reportagem na íntegra disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/08/moro-defende-regras-mais-duras-para-sistema-prisional-deixar-de-ser-leniente-com-detentos.ghtml?fbclid=IwAR0tjGxgKdQbLVofDye51jgUvmIyR7ZeqDH-TzUD-wU1x7f6fJ_5H-tyUnY.

⁸ Reportagem na íntegra disponível em: <http://midianinja.org/news/moro-quer-intensificar-o-controle-de-corpos-negros/>.

Ao caminhar por essas análises, percebemos a expressiva relação entre o campo histórico-político e a visão da população para com as pessoas que cometeram crime. Observamos, por exemplo, a discrepância entre o contexto que originou a criação das penas e as medidas alternativas e o momento em que o país vive hoje – se em um momento a ideologia humanista estava em alta, no outro, os ideais conservadores assumem o posto. Ou seja, há uma característica temporal que envolve a população e influencia a visão da massa sobre “criminosos e criminosas”.

Como decorrência desse processo, durante o desenvolvimento desta pesquisa, os órgãos responsáveis pela manutenção do Programa Patronato decidiram encerrar as atividades do Programa no estado do Paraná, uma vez que se apresentam envoltos na esteira de aversão do Governo vigente à pessoa presa e/ou egressa do sistema penitenciário. Como relata Dallago (2020), a deliberação pelo fechamento ocorreu pelas mudanças que o Departamento Penitenciário (Depen) impôs à continuação do Programa, que previam a retirada de elementos basilares para a continuidade da atuação da Universidade no Programa (como a não renovação dos contratos de professores(as)-orientadores(as) e acadêmicos(as) bolsistas), o que fez com que os membros da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (Seti) considerassem que não havia mais sentido dessa pasta continuar investindo no projeto⁹. Dessa forma, a partir de janeiro de 2020, os órgãos responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização dos atendimentos em meio aberto, no Paraná, passaram a ser responsabilidade apenas do Depen e da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP).

A presente pesquisa continuou seu curso como resistência à supracitada onda de desmonte da atenção ao egresso e à egressa do sistema penitenciário em nosso estado. Compreendemos o fim do Programa Patronato como mais um elemento que consolida a visão neoliberal presente em nosso país, sinalizando a necessidade de produção científica e publicação de pesquisas que reafirmem a indispensabilidade do Estado em ofertar Programas e Projetos que deem suporte para esse público. O preconceito, como observado, não se limita ao campo do imaginário: consolida-se em práticas e políticas em conformidade com os ideais que o originam.

Conforme Lessa (2019), com a publicação de *Reflexões Sobre a Questão Judaica*, Sartre (1946/1995) passa a entender o preconceito sem reduzi-lo à pura materialidade.

⁹ Esse fenômeno indica também o projeto do Governo atual que inclui o descaso e o desmonte da pesquisa no país. Por não caber tal discussão neste trabalho, mas entendendo ser pertinente a discussão sobre o tema para compreender o cenário sócio-político brasileiro atual, indico a leitura do Editorial “Desmonte da Educação e da Pesquisa no Brasil”, disponível na íntegra em: http://qnesc.s bq.org.br/online/qnesc41_3/02-Editorial-41-3.pdf.

Retomando o nível ontológico implicado na construção do preconceito, Sartre afirma que uma pessoa preconceituosa apresenta uma paixão dirigida à uma ideia e esse movimento exclui o desenvolvimento de uma conduta reflexiva e crítica diante da realidade e dos desdobramentos que sua atitude pode ocasionar. Ele indica que essa paixão pela ideia une as pessoas em grupo, pelo sentimento do “nós”, e, na medida em que há a ilusão de que as singularidades se diluem no grupo, as pessoas se sentem mais à vontade para expressar suas ideias, sem o medo de que possam ser censuradas por terceiros que não pertencem ao grupo, dado que seu entendimento é de que “não falam por si próprias”, mas pelo grupo ao qual pertencem. Essa ilusão de que o grupo que integram é um ser objetivo, acabado, totalizado por essa paixão, seduz muitas pessoas, a ponto de defenderem as ideologias desumanizantes e tiranas sem refletirem sobre como a apreendem.

O processo aqui indicado é extremamente preocupante, principalmente no que se refere à impossibilidade de coexistirem a paixão e o senso crítico, inviabilizando a reflexão crítica desses sujeitos diante da realidade social e, por conseguinte, nas consequências de seus atos e discursos. Ademais, forjar opiniões individuais, entendendo que a singularidade dos indivíduos se dilui em um coletivo, como se esse coletivo fosse um Ser uno e pleno, oportuniza que palavras de ódio e ações violentas sejam validadas por ele e por outros que com ele se identificam, sem preocupações relativas à dignidade humana e à saúde mental daquelas pessoas para as quais o sentimento de ódio e a violência são dirigidos.

Sartre (1939/2014) discorre sobre a consciência emocional afirmando que ela é primeiramente irrefletida, pois se apresenta como uma consciência **do** mundo. A emoção, portanto, é um modo de ser da consciência e está diretamente ligada à como o sujeito compreende o mundo ao seu redor. Não é correto afirmar a impossibilidade de haver um processo reflexivo direcionado à conduta emotiva, mas a apreensão do mundo partindo da consciência emotiva, que geralmente ocorre quando o indivíduo não é capaz de lidar com a realidade de algum aspecto do mundo objetivo e o modifica por meio da consciência emotiva, conferindo-lhe uma outra qualidade. Apreender o mundo pela consciência emotiva é como um ato mágico. Esse processo, no entanto, não comporta o desenvolvimento de uma consciência reflexiva. Sartre afirma, ainda, que: “as emoções regem as relações intrapsíquicas dos homens em sociedade, mais precisamente nossa percepção do outro” (p. 82).

Estabelecendo ações guiadas pela consciência emocional do mundo e do outro, é excluída a ocorrência de um processo reflexivo-crítico diante da realidade e das relações interpessoais. Assim, as ações são guiadas através da consciência irreflexiva, coadunando com o que Sartre (1939/2014) alerta ao afirmar que muitas vezes “uma operação *sobre* o universo

se executa, na maioria das vezes, sem que o sujeito abandone o plano irrefletido.” (p. 58, grifo do autor).

3 Os Participantes da Pesquisa: Acompanhando Suas Trajetórias

Pelo prisma da teoria existencialista de Sartre, o sujeito é um singular/universal, um ser que existe numa dada condição histórica e material, constituindo-se a partir das relações e das mediações que estabelece com o mundo. Ele pode fazer-se diferente do que a história fez dele e, ao mesmo tempo, contém a história da humanidade em si. Maheirie e Pretto (2007) discorrem sobre a compreensão desse movimento pelo método progressivo-regressivo:

O movimento progressivo-regressivo se constitui como uma forma de compreender o sujeito, na medida em que busca se amparar em análises que percorrem as sínteses totalizadoras, tanto das singularidades como do coletivo. Visa o movimento de totalização histórica da singularidade na intersecção da totalidade histórica geral, uma esclarecendo a outra, ambas imbricadas, porém irreduzíveis. (p. 460)

Intencionando esse movimento, apresentaremos a vida dos sujeitos participantes, investigando como ocorrem as relações que eles mantêm com o meio histórico, quais as possibilidades apresentadas a eles pela realidade sociomaterial, como as apreendem e as superam. Essa dialética entre **singular/universal** será exposta pelas trilhas temporais entre passado/presente/futuro. Os nomes dos participantes são fictícios, visando preservar o anonimato de cada um.

3.1 Carlos

A primeira entrevista foi realizada com Carlos, que na época tinha 33 anos. Ao nos acomodarmos em uma sala de aula de uma Universidade pública da cidade de Carlos, ele solicitou que deixássemos todas as janelas e portas abertas. Disse que tinha “*fobia de lugares fechados, vai me dando uma agonia...*”. Ele agiu de maneira colaborativa durante toda a conversa, frisando espontaneamente o período em que esteve envolvido com tráfico de drogas e o tempo em que esteve preso, que corresponderam à sua juventude. Sua relação com a Igreja Católica e com o *bicicross* também recebeu atenção especial em seu relato. Carlos esteve detido por 1 ano e 9 meses, é um homem cisgênero, branco, trabalha com acabamentos no setor da construção civil, está casado e possui um filho.

Infância e adolescência

Carlos nasceu numa cidade do Oeste paranaense em 1986. Sua família composta pelo pai, mãe, ele e uma irmã, possuía e ainda possui condição socioeconômica estável, apesar de não gozarem de bens de luxo. Sobre isso, Carlos mencionou: *“a gente sempre teve o que comer na mesa, isso nunca faltou”*. Através da relação familiar, desde criança ele teve acesso às pistas de como era a situação financeira de sua classe: possibilitava (sobre)viver consumindo alimentos e tendo moradia, mas não lhe dava acesso à outras **necessidades** produzidas pela sociedade capitalista, às quais ele assimilaria principalmente na adolescência e na vida adulta. Segundo Sartre (1960/2002), as necessidades são elencadas pelo sujeito partindo da totalidade de suas experiências, considerando as relações com a sociedade em que vive.

Seus pais eram casados na época da entrevista. O pai tem uma postura mais dura [sic], *“ele pensa que tendo dinheiro dentro de casa se tem uma família feliz”*. Ele sempre trabalhou e deu aos dois filhos tudo o que podia, na medida do possível, *“mas não tinha abraço, não tinha beijo, não tinha um ‘eu te amo’, não tinha nada disso”*. Com essa narrativa Carlos aponta a concepção de dinheiro passada pelo pai, representando uma forma de cuidado; porém, ele ressalta a falta de afetividade à qual gostaria de ter tido desde pequeno.

Desde a infância Carlos e a família residem no mesmo endereço, tendo a casa passado por algumas reformas ao longo do tempo. De criança à adolescente sua paixão foi o futebol, passava horas do seu dia jogando na rua com outras crianças da mesma idade, inserindo-se aos poucos em outros grupos para além da família. Tendo em vista a sua vontade de ser jogador de futebol [sic], sua mãe o matriculou numa escolinha de futebol e de futsal do bairro.

Aos quatorze anos Carlos teve seu primeiro emprego. Começou a trabalhar com seu pai como pedreiro. Após completar quinze anos conheceu o *bicicross*¹⁰, esporte que viria a tomar o lugar do futebol em sua vida. Ele vendeu o videogame e comprou sua primeira bicicleta própria para o esporte. Esse foi o primeiro contato marcante dele com a **escassez de bens** que o sistema capitalista produz. Nem todas as pessoas que compõem a classe trabalhadora têm acesso aos produtos de seu próprio trabalho, portanto, para adquirir esse produto, Carlos teve que se desfazer de outro que tinha. *“Minha mãe me disse pra optar: eu poderia fazer futebol e futsal ou treinar só o bicicross”*. Escolha feita, no mesmo ano ele participou da sua primeira corrida de *bicicross* e por três anos consecutivos conquistou o primeiro lugar em competições paranaenses da modalidade.

¹⁰ *Bicicross* é um esporte praticado com bicicletas especiais, uma espécie de corrida em pistas de terra.

Durante esse período Carlos continuava trabalhando como pedreiro, dedicando-se aos acabamentos das obras. Como o trabalho exigia tempo, assim como os treinos de *bicicross*, aos dezoito anos, diante da necessidade de trabalhar, Carlos cessou os treinos do esporte. “*Eu continuava praticando, mas por diversão, sem visar campeonato nem rendimento*”.

Juventude

Carlos terminara o Ensino Médio e prestou vestibular para o Curso de Psicologia em uma Universidade particular da sua cidade; era o primeiro ano que essa universidade ofereceria bolsas de estudos pelo Programa Universidade Para Todos – ProUni. Carlos atingiu a quinta colocação no processo seletivo e realizou o processo de pedido da bolsa. Contudo, um amigo comprara um carro em seu nome, impossibilitando Carlos de atingir os requisitos de renda para o recebimento da bolsa, por conseguinte, de realizar o curso. O contexto daquele momento o impediu de realizar um plano singular, inviabilizando seu projeto de se tornar psicólogo.

Aos vinte anos Carlos se casou, e sua companheira foi morar junto com Carlos na residência da família dele. “*Ela sempre me cobrou uma casa, eu não tinha dinheiro pra comprar, e também estava confortável morando lá. Pra mim era mais tranquilo, mas pra ela nem tanto*”. Depois de cinco anos de casamento eles se separaram e ele alega que o principal motivo da separação foi a cobrança da esposa por uma casa própria, algo que ele não possuía condições financeiras para prover naquele momento.

Após a impossibilidade de comprar uma bicicleta (e tendo que abrir mão de outro bem material para conseguir); de não possuir condições financeiras para custear o curso de Psicologia, Carlos vê seu relacionamento amoroso ser rompido em decorrência da inviabilidade de obter uma casa própria para ambos. Construímos nossos projetos em um campo sociomaterial, cuja estrutura econômica capitalista está entranhada nos mais diversos setores de nossas vidas, e que, concomitantemente, elege os grupos que serão privilegiados e os seus excedentes. Apesar de a família de Carlos não ser considerada como um grupo indigente, sua condição financeira e poder de aquisição mostram as delimitações de acesso a bens impostas por essa estrutura econômica.

Tendo se afastado daquilo que lhe gerava satisfação (o *bicicross*), viu-se trabalhando desde a juventude, porém não conseguindo ascender financeiramente. Sartre (1960/2002) mostra que o sujeito de classe realiza suas ações no âmbito de exigências insuperáveis. Carlos seguiu o trabalho do pai, tendo “um gênero de trabalho (atribuído), uma condição material e

um nível de vida ligados a essa atividade” (p. 339). Essa situação determinara seus instrumentos materiais e intelectuais, ou seja, uma limitação de seu campo de possibilidades.

Nesse cenário ele passou a fazer parte da torcida organizada do time de futebol da cidade em que morava, e após o término de seu casamento passou a fazer parte da Diretoria do grupo, vivendo cada vez mais essa experiência grupal. Em dado momento, um dos serventes de pedreiro que trabalhava com ele abandonou o posto de trabalho, então Carlos convidou um integrante da torcida para auxiliá-lo nas obras. Carlos buscava alguém que quisesse aprender uma profissão, mas *“sabia que o rapaz não prestava..., ele cheirava cocaína, bebia, tinha a vida torta”*.

Até aquele momento Carlos tivera contato apenas com bebida alcoólica em sua vida, nunca com outras drogas. *“Eu nem gostava de bebida, passava quase um ano sem beber, aí na virada de ano tomava pra comemorar, bem tranquilo”*. Com a contratação do novo servente (Ezequiel) Carlos teve maior proximidade, principalmente, com a cocaína, pois visualizava seu empregado usando na saída do trabalho e em momentos de lazer. Essa não fora a primeira circunstância em que Carlos teve contato com cocaína. Durante os eventos e festas de futebol, Carlos se relacionava com pessoas próximas a ele que utilizavam tanto essa quanto outras drogas, sendo fácil o acesso a elas nesse meio.

O contexto do futebol proporcionava *“muitas amizades e muitas inimizades”*, uma vez que compartilhava com seus iguais e hostilizava os integrantes de outras torcidas. Esses dois mecanismos (o cuidado dos membros do grupo e a aversão aos membros de outros grupos), como já mencionado, são movimentos criados pelo próprio grupo na intenção de proteger a relação entre seus membros e a própria sobrevivência do grupo.

Carlos foi estreitando os laços com Ezequiel, e aumentando sua participação nas festas promovidas por torcidas de futebol. Ezequiel trabalhava durante a semana nas obras, almoçava e tomava café da tarde na casa de Carlos, *“porque não tinha nada na casa dele pra comer”*, uma vez que usava todo seu dinheiro para comprar cocaína. A situação do colega incomodava Carlos, que fazia tentativas de afastá-lo do uso da droga. *“Eu dizia pra ele: cara, olha como tá sua vida agora, o que você pensa pro futuro? Fazia propostas de que se ele passasse três meses sem usar eu pagaria churrasco pra ele, mas nunca passava de vinte dias sem usar”*. Ezequiel passou a vender drogas para auxiliar no seu sustento.

Em determinado momento, Carlos ficou esgotado da situação. Perguntou a Ezequiel se ele gostaria de parar de usar cocaína, e diante da resposta negativa fez a proposta abaixo:

Eu te financio, dou dinheiro pra você comprar droga em maior quantidade, você faz pacotes menores e vende; com o dinheiro da venda você me paga só aquilo que eu te

dei no início e o resto fica pra você. Pelo menos assim você compra alguma coisa pra dentro da sua casa. Se quer continuar nisso, pelo menos vai começar a fazer certo.

Diante da oferta, Ezequiel aceitou a nova empreitada. Algo na realidade e no estilo de vida de Ezequiel afetou Carlos com intensidade suficiente para que ele elegesse o auxílio ao amigo como motivo para seu ingresso no tráfico. Ademais, apesar da relação de ambos ter um peso nessa decisão, o mote para essa ação só tem sentido quando consideramos a realidade de Carlos. Sartre (1943/2015) assevera que a constituição do motivo para determinada ação é própria do sujeito que age, não podendo ser atribuída a outro ser. Carlos se incomoda com a escassez presente na vida de Ezequiel, assim como a escassez vivida por ele próprio em outras situações, e encontra no tráfico uma saída imediata e oportuna para suprir a necessidade do colega.

Carlos então levou o amigo para comprar droga. Retornaram para a casa de Ezequiel, e ele dividiu a cocaína em “buchas”¹¹. No mesmo dia foram para uma praça conhecida da cidade, e em quarenta minutos venderam toda a mercadoria que haviam levado [*sic*]. Com a atividade obtiveram o dobro do valor inicial investido.

No final da semana seguinte haveria uma festa das torcidas de futebol numa cidade a, aproximadamente, quatrocentos quilômetros de distância da cidade de ambos. Apesar de quererem ir à festa, nem Carlos nem Ezequiel possuíam o dinheiro necessário para a viagem. Diante dessa impossibilidade material, Carlos teve a ideia de superar essa condição repetindo a ação da semana anterior e ambos compraram cocaína, agora em maior quantidade. Ezequiel a dividiu em “buchas” e levaram para a festa em questão. Com o dinheiro do comércio de cocaína foi possível custear a viagem dos dois.

“Eu achava que eu tava limpo, que eu tava inocente nesse negócio”, lamentou-se Carlos. Este fez esse relato sugerindo que sua intenção era a de somente auxiliar alguém que necessitava, sem conceber as possíveis consequências legais e/ou sociais dessa atividade. Todavia, ele não compreendeu sua motivação pessoal para o tráfico: conseguir custear sua viagem para a festa em questão. Justificar as ações por uma motivação externa é um mecanismo tratado por Sartre (1943/2015) como **má-fé**, uma conduta que implica na compreensão do sujeito sobre suas próprias ações. Agir de má-fé é mentir para si mesmo, acreditando na mentira que se auto prega.

Freitas (2018) ressalta uma das grandes contradições do capitalismo. Na medida em que produz o trabalho em série, serializa também a experiência da pessoa (do trabalhador),

¹¹ O termo “bucha” se refere a um frasco em que se armazena pequena quantidade de cocaína para a venda.

limitando sua tomada de consciência do todo social no qual se insere. Carlos considera apenas uma parcela da realidade para justificar suas ações: o auxílio ao amigo. Descontextualiza a sua experiência e a realidade, ignorando os possíveis impactos sociais das atividades do tráfico. Inclusive relatou que *“não pensava que daria cadeia. Um primo do Ezequiel foi pego com droga e ficou só nove meses preso, então achava que era pouca coisa”*. Ele idealizava as possíveis consequências do tráfico para si; amenizava os resultados de sua ação, quiçá por julgar que sua (boa) intenção de cooperar com a melhora na qualidade de vida de Ezequiel era relevante.

Tendo em vista a rapidez com que venderam as “buchas” ambas as vezes, e o alto lucro obtido, Carlos decidiu que se dedicaria à essa atividade a partir de então. Após sete meses separado da esposa, ele relatou: *“vendo o lucro alto e rápido, pensei: vou vender mais buchas pra comprar a casa e chamar minha ex-esposa pra morar comigo, vai dar tudo certo”*. Essa decisão de Carlos nos mostra o que Sartre (1960/2002) indica sobre a necessidade ser condicionada pela forma como o homem produz sua vida e como a satisfaz, e que as ações possuem um motivo que é experimentado pelo sujeito como tal. Carlos iniciara seu condicionamento à venda das drogas visando ascensão financeira, satisfazendo as necessidades materiais presentes em sua vida, principalmente a falta de moradia própria.

Nesse segmento, Carlos prosseguiu com o tráfico, não apenas de drogas. Outro rapaz realizava roubos numa cidade próxima a deles e os produtos roubados (*notebooks*, bicicletas etc.) eram vendidos por Carlos. O lucro obtido com esse comércio retornava como investimento para a compra de mais drogas.

Passados quarenta dias do início do negócio, Carlos soube que seu sócio, Ezequiel, retomara o uso de cocaína. *“Aquilo pra mim foi uma traição. A gente era sócio, se ele usasse como ele ia me pagar? Não era esse o combinado”*. Carlos conversou com o colega sobre a situação, ambos se desentenderam e desfizeram a parceria. Decidiram que a partir daquele momento cada um seria responsável pelo próprio negócio, ou nas palavras de Carlos: *“cada um faria seu próprio ‘corre’”*.

Ambos possuíam um acordo, ou um juramento, ou seja, como aponta Freitas (2018), o juramento é uma conduta, que requer a escolha livre das partes envolvidas, por conseguinte, implica a liberdade de todos na relação. Contudo, o juramento não é suficiente para garantir que a palavra seja cumprida. O que podemos apreender desse “acordo” é que este foi um meio usado por ambos para que atingirem seus fins particulares – o de Carlos direcionar a vida de Ezequiel como julgava “melhor para este” e deste utilizar o dinheiro para outros fins. Uma relação competitiva forjou-se pelo “acordo”. Como em toda competição fundamenta-se no

perde-ganha, Ezequiel saiu como ganhador e Carlos como perdedor. Diante da perda, que entende como “traição”, Carlos decide romper a sociedade.

Carlos precisava de um novo companheiro para o tráfico, por conseguinte, convidou seu primo Igor para auxiliá-lo nessa atividade. Igor já vendera drogas em outros momentos, mas nunca se dedicou com afinco para o negócio [*sic*]. Carlos relatou que Igor morava em um bairro vulnerável da cidade, e que possuía diversos contatos com pessoas que usavam e/ou vendiam drogas; mas que teve como parceira de tráfico uma prima de ambos, mas esta acumulou dívidas e foi morta pelo Primeiro Comando da Capital (PCC)¹².

Até o segundo mês de parceria, Carlos e Igor vendiam apenas cocaína, e seus clientes, em sua maioria, era de pessoas da classe alta. Na metade do terceiro mês acrescentaram a maconha em suas vendas para o mesmo público. Naquele momento, Carlos percebeu que o lucro obtido com o tráfico era maior do que aquele que recebia com seu trabalho formal, encontrando, pela primeira vez, uma possibilidade de ascender socioeconomicamente. Os lucros de sua sociedade com Ezequiel somente alimentavam o giro da compra e venda, sem sobras, mas na sociedade com Igor, Carlos vislumbra o retorno positivo do seu investimento e justifica:

Eu também não conseguia mais trabalhar, porque eu precisava ir buscar droga, entregar...Eu interrompia meu trabalho pra isso, e deixava de produzir, então meu salário ali começou a diminuir e foi, então, que eu pesei onde eu conseguia fazer mais dinheiro e mais rápido.

Carlos contou sobre os dias em que passava a noite inteira transportando drogas para outras cidades ou realizando vendas na cidade em que morava. Encerrava essa função pela manhã e, por vezes, seguia direto para o trabalho formal com acabamento de obras. Mencionou que algumas obras eram altas, o que aumentava notadamente o risco do acontecimento de acidentes de trabalho. Ele afirmou que não usava qualquer tipo de droga, nem mesmo para se manter acordado. Relatou que no máximo passava a cocaína nos dentes para testar se amortecia e verificar a qualidade desta. A relação de Carlos com o tráfico mostrava-se, de certa maneira contraditória, pois, ao mesmo tempo em que vendia, orgulhava-se por não utilizar drogas. Nesta distinção que faz de si com seus clientes nega as consequências de seus atos.

¹² Organização criminosa criada com o objetivo de defender os direitos das pessoas encarceradas no Brasil. Surgiu no início da década de 1990 no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté-SP, local que acolhia prisioneiros transferidos por serem considerados de alta periculosidade pelas autoridades, e ramificou-se por todo o país. Um dos fundadores do PCC, conhecido por Geleirão, enviou em 2019 uma carta à imprensa em que conta como criou a organização criminosa, reiterando seu objetivo principal: “combater os corruptos e os opressores do sistema prisional.” (Felicio, 2019).

Ao final do terceiro mês, Carlos e Igor estavam vendendo drogas em parceria com o PCC. “*Eu não tinha vontade de entrar pra facção, mas tinha todo o status de dizer ‘ah, eu vendo droga pro PCC’*”, afirmou Carlos. Ele atribuiu a manutenção de certa distância da facção pela compreensão de que apenas vendia drogas e “*não desejava fazer mal pra ninguém, só queria ganhar dinheiro*”. Carlos parecia não compreender a complexidade de suas ações. Sartre (1946/1973) menciona que a escolha que fazemos é fundamentada em uma concepção de ser humano, portanto, as consequências reverberam para toda a humanidade. Não adiantava Carlos não usar drogas ou não fazer parte do PCC, porque somente o ato de vender drogas compromete o campo da saúde pública.

Naquele momento, portanto, elaborava novamente pela má-fé um véu que encobria as implicações de suas ações criminosas na vida dos consumidores dos produtos traficados por ele e da sociedade. A negação de Carlos sobre as consequências do tráfico sugere ser uma justificativa para amenizar sua responsabilidade e autorizar-se a continuar a ganhar dinheiro por esta via.

Além disso, ao considerar apenas uma parte do processo de trabalho, ou seja, focar no exercício de sua função de “vendedor”, Carlos age de forma alienada, como discorre Santos (2012). Própria da maneira de produção da sociedade capitalista, a alienação está presente na medida em que o indivíduo não vislumbra a totalidade do processo daquilo no qual empreende sua força de trabalho; desconsiderando a localização de seu trabalho dentro de uma sociedade maior, interferindo e sendo interferido por ela.

A prática do *bicicross* ainda estava presente em seu cotidiano. Não se aproximava da intensidade com a qual praticava o esporte quando mais jovem, mas com seus 25 anos ainda competia, mesmo que sem compromisso, e ganhava alguns campeonatos regionais. Contudo, a relação com o grupo esportivo nesse momento está retraída.

Em determinada ocasião, um dos clientes de Carlos pediu para ele uma qualidade específica de maconha, a qual não havia na cidade de ambos. Através de vários contatos, Carlos soube que um irmão do PCC¹³ (ex-namorado de sua prima que faleceu nas mãos desse Comando) possuía grande quantidade dessa qualidade da droga. Ele estava a uma hora e meia de distância da cidade de Carlos, foragido por ter pego mais de duzentos anos de condenação por inúmeros crimes.

Entendendo o perigo em ir até o irmão [*sic*] foragido, além do transporte da droga por quase duzentos quilômetros, Carlos relutou em realizar esse negócio. Contudo, ponderando

¹³ “Irmão” se refere a um membro ativo desta facção.

entre o perigo e a rentabilidade do comércio da droga, decidiu por ir até a determinada cidade buscar a qualidade específica de maconha. Para poder comprar grande quantidade, Carlos pegou emprestado dinheiro com três amigos diferentes, *“inventando uma mentira diferente pra cada um”*.

A realização de atividades ilícitas e criminosas caminha, na maioria das vezes, com a mentira para escondê-la. Carlos, além de precisar se auto enganar (má-fé), justificando para si que o limite de sua atuação não era muito comprometedor, precisava utilizar de subterfúgios para com quem não fazia parte desse meio, para suprir algumas de suas necessidades. A consciência cínica (que mente para si) e a traição a amigos e familiares, conduta que recriminou em Ezequiel, tornavam-se mecanismos constantes na vida de Carlos.

Chegando à cidade, Carlos e Igor verificaram que não havia a droga prometida no local indicado. Em contrapartida, dois adolescentes estavam nessa cidade a pedido do PCC. Eles foram com duas motos roubadas até lá, e o Comando deu alguns pesos¹⁴ de maconha para que Carlos e Igor dessem uma carona para os adolescentes retornarem para suas cidades. Além disso, transportaram para outro fornecedor, da cidade em que residiam, uma quantidade maior de droga, e receberam uma parcela da droga pelo serviço.

Carlos contou que *“pensava que era tranquilo fazer isso, e que se caísse¹⁵ era rapidinho pra sair”*, considerando a experiência conhecida sobre o curto prazo de tempo que alguns colegas levaram para sair da cadeia por tráfico, que, segundo ele, foi por volta de nove meses. Ele compreendia a dimensão legal daquilo que estava fazendo, porém, moralmente continuava negando as implicações de suas ações.

Desconfiado da movimentação de Carlos e do possível envolvimento com o tráfico, agentes da polícia grampearam seu celular. Chegaram até o seu número através das mensagens trocadas entre ele e os presidiários da delegacia penitenciária da cidade em que morava. *“Eles mandavam mensagem pedindo crédito de celular, bebida alcoólica, esse tipo de coisa. Quando fui preso eu também pedia pra pessoas conhecidas”*.

Determinado dia, uma traficante, Augusta, foi presa. Carlos e Igor estavam em processo de negociação com ela. *“Ela passaria os contatos dela pra gente; a gente venderia droga pra esses contatos, e uma parcela do lucro daríamos pra ela passar bem o tempo na cadeia”*. Essas conversas aconteciam por trocas de mensagens no celular.

¹⁴ Um “peso” de droga é uma medida padrão utilizada para contar quantidades de maconha. Geralmente se aproxima de um quilograma, mas não segue essa contagem tradicional, podendo oscilar para mais ou para menos, especialmente quando se trata de maconha artesanal.

¹⁵ *Cair preso* é uma expressão equivalente a *ser preso*.

Simultaneamente, um rapaz que dizia ser irmão da Augusta enviou mensagem para Carlos e Igor pedindo alguns quilogramas de droga. Carlos relatou que a essa altura “*estava na ambição de ter que vender, ter que entregar, dar lucro*”. Traído por sua imprudência originada pela ganância, ambos não desconfiaram que as mensagens enviadas pelo suposto irmão da companheira presa eram, na verdade, de policiais formulando uma emboscada para os dois.

Carlos e Igor foram surpreendidos por viaturas da polícia que o esperavam no caminho para a obra em que estavam trabalhando naquele momento. Eles desceram do carro e se ajoelharam na calçada enquanto os policiais revistavam o carro. Carlos mencionou que poderia ter fugido,

Mas os policiais colocaram a arma na cara do Igor e eles gritavam pra eu parar o carro, porque senão iam matar ele. Eu queria ter fugido, mas pensei que se a polícia matasse ele, eu ia ficar com remorso pro resto da vida.

Carlos foi preso em 2012 por posse de droga – uma quantidade ínfima de cocaína, que estava no interior do veículo que dirigia, que ele levaria para um rapaz experimentar em outra cidade; com alguns pesos de maconha que estavam no interior da casa de seu primo – e por associação criminosa. Ao irem para a casa de Carlos, os policiais apreenderam os rádios de comunicação que ele usava para trabalhar quando estava em obras grandes, uma espingarda de pressão que seu pai usava para caçar, as balas para a mesma e uma bicicleta roubada.

Os policiais criaram um enredo enorme. Disseram que a gente era uma das maiores quadrilhas da região, perigosos, bandidos fortemente armados. Eu nunca peguei numa arma na minha vida, e por aí vai.

“*Essa foi a pior hora pra ser preso*”, lamentou Carlos, analisando que na semana seguinte iniciaria um trabalho com carteira assinada que lhe renderia grande quantidade de dinheiro em menos de dois meses. Ele se referia ao acabamento de uma obra grande para o qual foi contratado para realizar. Isto é, sugeria que a qualidade do trabalho não era relevante para ele, mas sim a rentabilidade obtida. Ademais, com o tráfico, naquele momento, Carlos estava com prejuízo de quase dez mil reais, que não foram pagos por membros do PCC em troca de drogas vendidas por ele [*sic*].

Ainda no íterim das práticas criminais, os planos de Carlos e Igor contemplavam roubar motocicletas para vender e, por conseguinte, poderem comprar armas. Essas armas, por sua vez, seriam usadas para realizarem assaltos que nunca chegaram a acontecer.

A experiência no regime fechado

“A cadeia tem dois lados: tem quem é criminoso, e tem quem caiu de paraquedas lá dentro”. (Carlos)

“Cada um foi falando uma versão e passam dois anos, aquela mentira vai se enrolando, os detalhes vão se perdendo, você já nem lembra mais a versão que contou”, disse Carlos sobre o processo de detenção dele, do seu primo e de um amigo de ambos que também foi preso com eles. Eles foram condenados por tráfico, associação criminosa e porte de munição para arma de fogo (referente à espingarda encontrada em sua residência), como mencionado.

Ao ingressar na carceragem da delegacia da cidade em que residia, Carlos acreditava que rapidamente sairia de lá. *“Pensava que estava de férias e logo sairia. O advogado, mesmo disse que em vinte dias eu já ia pra rua”*. O advogado, por sua vez, era um apoiador da Torcida Organizada da qual Carlos fazia parte e cobrou um valor reduzido para atendê-lo. A promessa foi se estendendo e se passaram meses.

Conforme o tempo passava, Carlos aprendia um pouco mais sobre como (sobre)viver naquele ambiente. Cerca de quatro meses após a sua prisão, ele passou a dormir no beliche superior – cobiçada pelos presidiários – devido ao tempo maior em que estava no local. De imediato ele se deparou com a hierarquia existente no local, que considerava tempo de detenção e proximidade com o PCC.

Os dias eram ociosos, às vezes os presidiários organizavam competições de futsal durante os banhos de sol, e havia pouco contato desses com outras pessoas para além das visitas semanais. A lotação das celas variava entre 17 a 22 pessoas. Durante a noite, geralmente jogavam cartas *“pra passar mais rápido o tempo”*; contudo, possuir cartas e jogar eram atividades proibidas, então eles as escondiam durante o dia para jogar a noite.

As condições ofertadas pela instituição possibilitavam pouca (ou nenhuma) atividade possível no cotidiano das pessoas detidas, e diante disso, elas próprias se organizavam para superar a ociosidade. A negligência de gestão e programas que possibilitem que as pessoas detidas ocupem qualitativamente seu tempo na prisão, oportuniza que grupos soberanos insurjam da coletividade (ajuntamento) dos detentos para lutarem contra o confinamento que lhes tira a liberdade, apoderando-se da gestão do espaço e da vida das pessoas, além de mediarem as relações intra e extra muro do presídio.

Carlos analisou que no presídio o *“ego”* (status) [sic] é um fator que atravessa significativamente a forma como cada pessoa age naquele espaço. Mencionou que:

Têm pessoas que são criminosas mesmo; têm outras que acham que precisam passar a ideia de que são perigosas para que nada de mau aconteça com elas lá dentro; e têm aquelas que fizeram uma coisa pontual e foram parar lá dentro.

Carlos se colocou nessa última categoria, afirmando que cada pessoa que está na cadeia tem a própria história de vida e todas são diferentes entre si. Dentro de um ambiente ameaçador, cada indivíduo encontra uma maneira para se proteger, como a expressividade de ser ele mesmo “perigoso” ou agindo em grupos que assim se expressam. Sartre (1943/2015) trata sobre esse jogo de olhar, em que o outro é potencialmente ameaçador – justamente por captar nosso ser – e diante disso encontramos meios para forjar nossa imagem, tornando-nos aquilo que desejamos que o outro veja de nós. No entanto, nesse espaço, a dimensão do perigo não se restringe a ontologia do olhar. Para haver coerência, a imagem tem que coadunar com as ações, portanto, essas igualmente devem ser violentas.

Carlos, contudo, relatou sobre pessoas que conheceu e que se proclamavam perigosas – andavam armadas, procuravam brigas e juravam outras de morte, “*mas nunca deram um tiro na vida*”, como se a ameaça não tivesse a qualidade de ser violenta e a resumisse ao uso da arma. Em outra situação afirmou que poucas são as pessoas que estão presas e que respondem apenas pelos crimes que cometeram, indicando um acúmulo incorreto de crimes pela instituição jurídico-penal.

Carlos contou que, na época, as celas eram equipadas com aparelhos de televisão, videogames, geladeiras, fogões, cafeteiras entre outros utensílios. A comida disponibilizada era precária, então os presos se revezavam para incrementar a alimentação: cada dia um deles era responsável por receber a comida e complementar com temperos que eles recebiam de familiares ou que compravam.

A escassez alicerça as condições de vida de todos os detentos no ambiente penitenciário. A experiência diante da carência os unifica, por conseguinte, os detentos se organizam em grupo, distribuindo entre si funções pelas quais buscam suprir algumas de suas necessidades. O grupo organizado, como discorre Freitas (2018),

revela-se como síntese de ações livres, que comungam superar juntas determinada condição objetiva ... As tarefas e funções são distribuídas de comum acordo com o que tem que ser feito; desta forma, não há prioridade da tarefa sobre o homem e vice-versa. O importante é que ela seja realizada para que juntos, como uma unidade, conquistem seu objetivo. (p. 254-253).

O contato extramuros, todavia, era um meio de suprir necessidades, mas era arriscado. Carlos possuía um celular para se comunicar com pessoas de fora da penitenciária. Ele se

aproximou virtualmente de uma amiga e os dois iniciaram uma relação amorosa; conversavam diariamente e faziam promessas um ao outro [*sic*]. Em uma das visitas a mãe de Carlos levou para ele uma caixa de bombons, e ele guardou um para entregar à namorada quando saísse do local. Enviou uma mensagem para ela em uma rede social dizendo que determinado chocolate ainda estava guardado. No entanto, um jornal local teve acesso à mensagem e divulgou publicamente a notícia com o sentido de que “chocolate” seria um codinome para algum tipo de droga.

A partir dessa situação o nome de Carlos foi divulgado pela mídia como sendo um comandante do tráfico de dentro da cadeia. “*Quando eu vi a notícia eu não acreditei..., era um absurdo!*”, disse ele contradizendo as notícias que a mídia veiculava. Com esse movimento, a administração da cadeia apreendeu o aparelho celular de Carlos, e ele passou a responder administrativamente por essa conduta.

Interessante observar que Carlos se percebe como alguém inofensivo, mas as consequências dos seus atos são como se fosse uma pessoa perigosa. Não dá para saber se ele mente em seu relato, se ele realmente possui essa autoimagem ou se a realidade coincide com sua narrativa. O que podemos compreender é a ausência de uma consciência voltada para as possíveis consequências de suas ações. Sua imprudência/inconsequência o deixou vulnerável em diversas situações, tendo que sofrer penas mais severas sobre suas condutas do que poderia previamente avaliar.

Ademais, o corpo administrativo da cadeia compreendeu que os aparelhos celulares entravam no local por meio das visitas, e tomaram a decisão de restringi-las. A partir de então poderiam efetuar visitas apenas familiares de primeiro grau e/ou mulheres que comprovassem judicialmente a relação com o sujeito detido (por meio de declaração de união estável, casamento etc.).

Os líderes ficaram muito bravos comigo. Vários ali recebiam visitas íntimas de mulheres que não tinham relação oficial, que só iam lá pra ver eles...; alguns até pagavam pra elas irem lá e passaram a não poder mais receber as visitas.

Diante dessa nova condição, originada por uma situação envolvendo Carlos e a administração penitenciária, mas que modificava a configuração de visitas para todas as pessoas detidas, dois homens em específico demonstraram grande animosidade para com ele.

Eles diziam que eram do crime, que eram bandidos, porque quem é do crime bate no peito e diz que é mesmo. Eu não fiz nada errado, todo mundo ali usava celular e eu disse pra eles dois que eu não sou do crime. Disse pra eles que se eles eram tão do crime assim, como é que estavam caindo em história da polícia?

O Piloto¹⁶ da cadeia concordou com Carlos e apaziguou a discussão, alegando que *“se ele foi pego foi porque tava procurando uma melhora pra ele aqui dentro”*. Varella (2017), reportando-se ao PCC, compreende que uma das consequências da restrição do espaço físico consiste na contenção de atitudes que afrontem os interesses do grupo. Naquele momento, permitir a discussão entre os dois homens e Carlos, afetaria a relação de todos aqueles que estavam detidos no mesmo espaço, podendo dificultar ainda mais a permanência no local. Portanto, o Piloto optou por acalmar os ânimos que estavam se exaltando naquele momento.

Sobre a decisão do Piloto, Carlos explicou que ele a tomou com base em alguns princípios e regras de conduta impostas pelo PCC no regime fechado.

Por exemplo, caso alguém queira fugir, ninguém pode impedir. Se você vê que vai sobrar pra você, pode chamar o guarda e pedir pra ser isolado ou você vai ser prejudicado junto. Mas você não pode impedir a melhora de outro preso.

Varella (2017) complementa que outros comportamentos cobrados pelo PCC são: *“respeitar as visitas, abaixar os olhos diante da mulher do próximo, saldar dívidas assumidas, não roubar nem delatar companheiros, respeitar a palavra empenhada”* (p. 147). Carlos descreveu que a maior melhora para um presidiário é sair da cadeia, mas também existem outras demasiadas importantes, como conseguir um aparelho celular ou alimento extra. Na linguagem existencialista, cada *“melhora”* seria a superação de uma condição não favorável para o sujeito ou para o grupo, devendo, portanto, ser respeitada por todos.

Carlos ficou apreensivo com a possibilidade de ser transferido para uma Penitenciária Estadual em virtude do acontecido. *“Todo mundo que ia pra lá (determinada penitenciária) dizia que era o inferno. Os presos todos tinham medo de serem transferidos pra lá. E na cadeia tava tranquilo, não tinha o porquê querer sair dali”*. Carlos ressaltou que os policiais negociavam com os presos e vendiam bebidas alcoólicas a preços exorbitantes [sic] e celulares para que eles utilizassem dentro da cadeia. *“Alguns presos que não querem pagar passam pela visita. Mas na época em que eu tava preso era proibido receber pela visita, o que a gente queria tinha que negociar direto com os policiais”*.

Trazendo à tona a religiosidade, Carlos indicou que em três oportunidades observou como Deus atuou em sua vida [sic] enquanto estava no regime fechado. Ele afirmou que desde criança acreditava em Deus e no final da adolescência começou a frequentar a Igreja e ir às missas todos os domingos. *“No dia que eu comecei a traficar eu parei de ir na Igreja. Eu falei:*

¹⁶ “Piloto” é o líder da cadeia designado pelo PCC. Ele é o responsável em manter a ordem no estabelecimento penal, podendo pedir auxílio para outros membros da facção para tomar decisões, quando julgar necessário.

eu não sou digno de entrar na Igreja, porque eu sou um traficante”. Carlos concebeu que deveria ter realizado o movimento contrário, *“deveria ter me aproximado ainda mais da Igreja pra buscar uma saída”*.

Importante pontuar que Carlos, até determinado momento da entrevista, se dizia inocente e alegava não conhecer o que estava fazendo quando começou a traficar; mas a partir desse ponto da conversa ele explicitou que entende essa atitude como “errada”, considerando que deveria ter se afastado dessas práticas. No começo de sua caminhada no tráfico, Carlos parecia não ter clareza da contradição entre a moralidade que expressa em suas (boas) intenções e as consequências de suas ações. A intenção de Carlos, no início da venda de drogas, foi atribuída ao auxílio ao amigo; com o desenrolar das situações, ele passou a se justificar por outros motivos, como a intenção de comprar uma casa para morar com sua ex-esposa; posteriormente, assumiu o conhecimento sobre a relação entre trabalho e lucro. Contudo, ao assumir seu interesse pelo lucro, mostra seu desconforto diante deste projeto. Sass (2016) indica que moral, comportamento e realidade humana devem ser considerados simultaneamente para compreender o projeto do sujeito.

Segundo Carlos, a primeira ação de Deus ocorreu em forma de uma rebelião na cadeia organizada pelo Piloto, após uma queda de energia sucedida de insultos do agente penitenciário. Carlos contou que não sentia medo da rebelião em si, mas do Piloto que estava bravo com ele, e nessas circunstâncias poderia efetuar danos físicos a ele.

Eu tinha certeza de que ia morrer, porque eu tinha ganho um jogo de futsal contra o time dele na semana anterior e ele me bateu depois do jogo. Não tinha refém nenhum ali, eu tinha certeza de que ele ia me pegar de refém.

Assim que os agentes penitenciários e os policiais perceberam a rebelião chamaram os agentes das Rondas Ostensivas Táticas (Rotam) para atuarem no controle dos presidiários. A primeira atitude tomada pelos novos agentes foi a de explodir algumas bombas dentro da Delegacia Penitenciária, *“e os presos colocaram colchões nas saídas de ar para impedir que eles jogassem bombas dentro das celas”*. Para Carlos, essa situação foi extremamente difícil, pois ele relatou que tem *“. . . claustrofobia. Quando vi a saída de ar fechada foi horrível e eu fiquei em choque”*. Vale ressaltar que, ao chegarmos na sala de entrevista, Carlos solicitou que abrissemos todas as janelas e saídas de ar possíveis.

Com a rebelião, todos os aparelhos celulares foram confiscados pela polícia. Semanas antes, Carlos decidira que retornaria ao tráfico ainda de dentro da cadeia, e que no dia seguinte da rebelião comandaria uma troca grande de drogas por um carro clonado. *“Foi aí que Deus agiu pela primeira vez dentro da cadeia. Sem o celular eu não conseguia comandar mais nada.*

Deus me mandou um mal (a rebelião) pra evitar um mal maior na minha vida (consolidar seu retorno para o tráfico)”. Ele considera essa sequência de fatores como obra de um ser transcendente que o protegeu e aos demais colegas de presídio.

O segundo momento em que Carlos aponta que Deus agiu em sua vida, corresponde à apreensão de outro celular que ele começou a usar dentro da cadeia após a rebelião. Nesse período, Carlos construiu uma amizade com um rapaz que fora apreendido em outra cidade por roubo, e encaminhado para a mesma cadeia que ele. Sobre ele, Carlos comentou que *“todo mundo dizia que ele era um ladrão muito bom, que não tinha medo de nada”*. Aproximando-se dele, Carlos passou a compreender que poderia auxiliar o rapaz com seus crimes.

Eu percebi que ele não era tão inteligente quanto falavam, então fiz a proposta de que quando eu e ele saíssemos, eu ia arquitetar o roubo, escolher o local e as rotas de fuga e ele faria o que eu mandasse.

Poucos dias depois desse combinado o segundo aparelho celular de Carlos foi apreendido, e ele não pôde organizar efetivamente roubos de dentro da cadeia. Nesse ínterim, o rapaz convidou Carlos para uma roda de oração, que aconteceria no pátio da cadeia naquela tarde. Durante o momento da oração, um dos policiais responsáveis pela cadeia chamou o nome de Carlos e avisou que ele seria transferido para outra instituição naquele mesmo dia. O motivo da transferência seria a apreensão do celular, informou o policial a ele. *“Naquela hora eu entendi o porquê eu estava na roda de oração exatamente naquele momento. Ele (Deus) estava me preparando”*.

Seguindo para a transferência, Carlos chegou à uma Penitenciária em outra cidade. Como protocolo, passou 21 dias em isolamento (momento chamado de triagem, em que o detento pode ficar em celas solitárias ou em celas com até quatro pessoas. Este procedimento objetiva verificar se a pessoa presa está transportando drogas consigo ou está sob efeito de alguma). Carlos esteve, durante a triagem, em contato somente com dois outros homens que foram transferidos com ele da cadeia anterior.

Naquele momento eu tinha muito tempo pra pensar. Foi então que eu entendi que Deus agiu na minha vida: primeiro quando eu fui me envolver com o crime ele mandou a rebelião, e depois quando eu fui me envolver de novo com o crime ele fez meu celular ser pego e depois eu fui transferido.

A partir desse momento Carlos passou a atribuir o sentido dos acontecimentos relatados como sendo providências divinas. Em regime fechado ele continua apreendendo as condições pela consciência de má-fé, por exemplo, mesmo quando escolhe se afastar da criminalidade, justifica esse movimento alegando que ocorreu devido a forças externas a si, chamada por ele

de Deus. Para Sartre (1943/2015, p. 95), a má-fé “implica um estilo de vida constante e particular”, o que podemos observar em vários momentos da vida de Carlos.

Ao final da triagem ocorreu a audiência de Carlos e Igor. Havia passado cinco meses que os dois estavam em detenção, e o amigo dos dois foi absolvido em audiência ao alegar ser apenas usuário de drogas. Contudo, Carlos e Igor não foram absolvidos, e Carlos complementa que “*o depoimento dos policiais contou muito, eles aumentaram bastante coisa*”. Eles teriam então que aguardar a condenação final do juiz após esse momento para saber quais seriam suas sentenças.

Assim que retornaram para a Penitenciária foram encaminhados para as celas comuns. Passaram-se quinze dias e Igor encontrou um pedaço de metal que usava para escrever na parede, fazendo desse seu passatempo, tendo em vista a falta de atividades promovidas e/ou possibilitadas pela penitenciária, à semelhança do local anterior onde estavam detidos. Como comumente acontecia, houve um procedimento de vistoria das celas, “*nós saímos todos das celas pelados e algemados enquanto os policiais faziam a vistoria de todas as celas*”. Inesperadamente para Carlos, os policiais encontraram o arame de Igor e acusaram os dois de tentarem utilizar o instrumento para abrir as algemas. O resultado foi uma falta administrativa grave para cada um, o que implicava no congelamento dos processos de ambos por seis meses, além de mais trinta dias de isolamento.

Para Carlos, esse dia foi o pior de todos em regime fechado, especialmente pela humilhação e violência sofrida durante a vistoria.

No outro lugar que eu estava não tinha vistoria assim. A gente tinha que fazer fila, passar no meio do corredor de policiais. Acho que o pior de tudo era ficar todo mundo pelado. Lá era muito frio, tudo era de concreto, eu tremia demais de frio, parecia que estava pronto pra ser morto, que iam matar a gente. Aí eu não conhecia ninguém, via aquele monte de preso magro, doente mesmo, horrível.

Na condição de o capitalismo produzir seus excedentes, Trogo & Zebral (2007) indicam as instituições como mediadoras da **violência** e suas manifestações práticas. Esses grupos hegemônicos não produzem a escassez em si, mas a agravam quando empenham mecanismos que restringem o trato humanizado ao sujeito detido, humilham e violentam das maneiras mencionadas anteriormente. As pessoas que investem desumanamente contra os(as) presidiários são apoiadas e representam uma sociedade marcada pelo **preconceito**; visualizam as pessoas encarceradas e/ou egressas do sistema prisional enquanto desmerecedoras de cuidado e, no mesmo sentido, merecedoras de sofrimento.

Carlos complementou que essa Penitenciária, na época, não era comandada pelo PCC, “*então estava tudo largado às traças, todo mundo batia em quem quisesse, quem tivesse em maior número mandava; essas coisas não acontecem em cadeias sob controle do Comando*”. Entendendo o PCC como um grupo organizado, sua inserção nas prisões visou resistir e superar as condições carcerárias presentes em nosso país.

A ausência do PCC nessa Penitenciária e a situação encontrada por Carlos, causou-lhe profunda aflição, “*eu não acreditei que teria que ficar mais seis meses lá, pra mim eu já iria sair logo!*”. Começou a apreender aquela situação pelo medo, pois chegou naquela instituição com a ideia de que era a mais perigosa que existia e que ali estaria entre pessoas ameaçadoras. Após passar o dia sem conseguir comer, à noite Carlos resolveu rezar o Terço¹⁷, e realizou a seguinte promessa: “*caso Deus livrasse eu e meu primo daquela situação – porque nem eu nem ele estávamos usando aquele arame pra abrir a algema, então éramos inocentes –, eu rezaria o terço de joelhos todos os dias que eu ficasse na cadeia*”.

Conformados que ficariam pelo menos trinta dias em isolamento, Carlos relatou que ele e Igor se sentiam aliviados por estarem separados dos demais presidiários. “*Pelo menos a gente não ia brigar e não ia arrumar confusão com ninguém*”. Com essa ideia em mente, os dois começaram a guardar alguns pães franceses que recebiam no café da manhã para produzirem o “banguê”¹⁸. Três dias depois, o mesmo guarda que aplicou a falta administrativa grave, bateu na porta da cela e indagou a Carlos e ao seu primo se ambos eram réus primários, e eles confirmaram. “*Ele disse: eu vou dar a chance de vocês voltarem pra cela normal, mas qualquer falta leve que vocês cometerem eu vou trocar por grave. Entendido?*”.

Carlos e Igor pegaram seus pertences e foram direcionados até a cela comum que seriam acomodados. “*No caminho o guarda gritava: vira pra direita, preso! Rápido! Vamos! Vocês não vão durar um mês aqui no convívio, os outros caras vão matar vocês rapidinho; vocês dois não têm noção do inferno em que estão entrando*”, o que foi sentido pelos dois detentos como uma profunda “*pressão psicológica*”. Tal prática não está prevista nas atribuições do regime fechado, contudo, situações de violência psicológica foram relatadas com certa frequência pelo entrevistado.

O retorno para a cela comum foi igualmente compreendido por Carlos como uma demonstração da presença de Deus em sua vida, pois uma experiência ruim fora evitada

¹⁷ O Terço é um instrumento utilizado pelos(as) católicos(as) para guiar as orações, especialmente à Virgem Maria. A Igreja Católica recomenda essa prática, atribuindo à essa ação a conversão de muitos pecadores e a destruição de males morais.

¹⁸ “Banguê” é um doce comumente preparado pelas pessoas detidas com a massa de três ou quatro pães, a sobremesa oferecida no domingo (que geralmente são duas paçocas ou uma banana), café e arroz lavado.

incomumente. A causa dessa movimentação não fora atribuída à administração da prisão, aos guardas do local ou a outros componentes daquele espaço, mas sim através de uma consciência emotiva que surge quando o sujeito não consegue lidar com a realidade da situação, mudando a condição dessa, como uma magia, conforme aponta Corrêa (2018). No caso de Carlos, vinculando os acontecimentos positivos ao poder divino.

Os primos foram encaminhados para celas distintas; mas, ao chegar à sua cela, Carlos encontrou dois homens da sua cidade natal, ficando aliviado por não se perceber mais sozinho naquele espaço. *“Eu vi que não era aquela coisa toda que os guardas falaram, o convívio foi fluindo”*. Cumprindo sua promessa, toda noite Carlos se ajoelhava e rezava, mesmo tendo vergonha dos demais presos da cela, *“porque ali eram todos homens, bandidos etc”*. A masculinidade que ele vivenciara durante sua vida não contemplava a relação próxima com o místico (religião), porém, naquele momento em que se deparou com a impotência e o limite da vida, essa atitude fez sentido para ele, considerando que era necessária à sua sobrevivência, mais do que os olhares julgadores dos companheiros de cela para essa ação.

Pensando sobre o tempo que estava preso e que se tornara longo, Carlos percebeu que no início da detenção a vivenciou como “férias”; mas com o passar dos meses a situação foi se intensificando e a angústia aumentou. Conforme passara mais tempo naquela situação, e conforme fora perdendo o controle sobre ela, Carlos precisou atribuir novos sentidos à sua condição. Por fim, buscou no transcendente esse sentido, como mencionado e conclui que *“Deus me deixou tanto tempo preso, porque com o tempo aquela situação começou a doer em mim e eu fui aprendendo muito. Se eu tivesse saído antes não teria aprendido com a dor”*.

Carlos tende a eleger pontos de referência externos para justificar as situações que vivencia, sejam as que se viu impune ou as que fora condenado. Nota-se a negação de sua responsabilidade por suas escolhas. Mesmo que compreendamos sua crença, a qual ameniza seu sofrimento, contraditoriamente, também ameniza a possibilidade de ele refletir sobre algumas de suas ações pelas quais se coloca em situação de risco.

Naquele estabelecimento havia a possibilidade de algumas pessoas detidas trabalharem na própria penitenciária ou em ambiente externo. Contudo, Carlos ressaltou que aqueles que se dispunham a trabalhar eram tratados como “pilantras”¹⁹, e os demais se referiam à essas pessoas utilizando tal palavra. Para receber autorização para trabalhar a pessoa presa deveria seguir alguns critérios, principalmente apresentar uma conduta obediente às regras da instituição e não demonstrar periculosidade.

¹⁹ O termo “pilantra” se refere à uma pessoa desonesta e/ou mau caráter.

Ninguém quer ser pilantra, eu não queria ser tratado como um – eu não era pilantra, então não iria trabalhar pra ser chamado assim. Passei três meses com esse pensamento, mas depois percebi que todos o que não estavam trabalhando solicitavam permissão para trabalhar!

Após essa constatação, Carlos passou a pedir para a administração do Presídio permissão para trabalhar e para estudar, visando superar a estagnação constante.

Não tinha nada pra fazer lá, só tinha um rádio na cela e raramente aparecia um livro, e eu não queria passar mais tempo sem fazer nada. E eu colocava em todos os lugares, que eu tinha Ensino Médio completo, porque é raro lá dentro um preso ter, e eu sabia que isso podia me ajudar.

Algumas semanas depois a administração do presídio encaminhou propostas de redações para Carlos realizar. Essas propostas faziam parte de um projeto desenvolvido pelo setor de Pedagogia da instituição, visando o estímulo aos estudos, além de incentivar o pensamento autônomo dos indivíduos durante a escrita sobre assuntos variados. Escrever se tornou um raro passatempo para Carlos por sete meses. Passado esse tempo no estabelecimento, uma professora e um dos guardas abordaram Carlos perguntando se ele queria trabalhar. “*Eu aceitei de cara e naquele momento eu virei pilantra*”. Ele foi transferido para o bloco de celas que acomodava apenas os detentos que trabalhavam²⁰, e foi alocado para trabalhar na biblioteca da penitenciária.

Esta passagem nos mostra que para se obter algo não depende somente da escolha, é necessário que haja condições sociomateriais que possibilitem a conquista. É nesse encontro, portanto, entre indivíduo e mundo que as ações tomam forma prática e se tornam elegíveis.

Uma das funções designadas a Carlos foi a de recolher as fotografias e as cartas que estivessem guardadas dentro dos livros na biblioteca. As pessoas detidas utilizavam os livros para esconder esses artigos e também grafites, empregados para escrever e passar recados para familiares ou outros presos. Todas essas ações, portanto, não eram permitidas pela administração da penitenciária, pois poderiam ter a função de organizar rebeliões, movimentar o tráfico interno e externo, entre outras preocupações dos funcionários. Os detidos, no entanto, por estarem na mesma condição de cárcere e escassez, identificavam-se nessa experiência e buscavam, quando podiam, se ajudar. “*Nós da biblioteca tentávamos ajudar os outros presos,*

²⁰ Os detentos que trabalham são separados dos demais. A justificativa dada pela administração do estabelecimento penal refere-se aos acessos que essas pessoas passam a ter na estrutura física da instituição, podendo repassar tais informações para os demais presidiários. A administração considera que aqueles que trabalham não têm interesse em fugir do estabelecimento, em contraponto aos que estão ociosos e demonstram maior risco de fuga.

a gente tentava deixar isso escondido nos livros pra facilitar pra eles. Arriscamos muitas vezes a nossa 'liberdade' pra ajudar eles". Foram mais cinco meses nessas circunstâncias, até que uma nova transferência de Carlos foi efetuada.

"A essa altura eu já nem queria sair dali. Estava quase nos dias de terminar minha pena no regime fechado". A condenação de Carlos fora emitida e continha a modalidade de Regime Aberto Provisório, mas faltavam alguns trâmites jurídico-administrativos para a execução. A partir do momento em que ele passa a crer que Deus esteve ao seu lado durante todo o tempo em que estava na cadeia [sic], alega que seus dias foram menos angustiantes. Quando passou a ver esse cenário como uma "provação divina"²¹, deixou de se preocupar em sair, aceitando o contexto em que estava. *"Eu comecei a aproveitar aquele momento, a ouvir histórias de vida, aprender coisas novas, amadurecer, reconhecer quem é bom ou ruim".*

Nessa perspectiva, enquanto aguardava a sua soltura, Carlos aprendia a confeccionar redes de pesca com um de seus companheiros de cela, condenado por assassinar quinze pessoas na maior chacina do Estado. *"Eu tinha começado a fazer uma rede que eu ia dar pro meu pai. Ele não foi me visitar, e não conversou comigo em nenhum momento desde que eu fui preso até o dia de eu sair".*

Ao relatar esse episódio, Carlos mostra o quão sofrido foi experienciar a ausência do pai. Ele conta que sua mãe e sua irmã apareciam em todas as visitas permitidas e levavam os mantimentos permitidos, como bolachas, creme dental etc., para melhorar sua estadia no cárcere. Numa sociedade patriarcal e sexista, em que se espera da mulher atributos como amorosidade, compreensão e cuidado, não é surpresa nos depararmos com elas exercendo essa função.

As demais visitas recebidas, além da mãe e da irmã, geralmente eram femininas. Somente um primo de outro Estado foi visita-lo, mas Carlos considerou que ele foi *"por curiosidade mesmo"*. Outra situação que ficou marcada em Carlos foi a imagem de sua mãe chorando enquanto ele estava detido, e o empenho dela para vê-lo nas instituições penitenciárias pelas quais passou. *"Como eu convivia mais com a minha mãe, aquela dor de ver ela sofrendo já estava meio assimilada pra mim. É uma dor que você vai tendo que se acostumar"*. Durante todo o período detido Carlos não recebeu qualquer visita íntima.

A penitenciária para a qual Carlos foi transferido era na mesma cidade da anterior, e ele permaneceu quatro meses no local. Inicialmente passou por 21 dias de triagem, sendo

²¹ "Provação" é o efeito de provar. Para a Igreja Católica, algumas situações difíceis são enviadas por Deus para testar a fé e o caráter daquele que a vive.

encaminhado para as celas após esse período. As celas, por sua vez, comportavam menos pessoas em relação às instituições anteriores pelas quais ele passou, sendo três por cela. *“Lá, nenhum preso tinha regalia, todos eram tratados iguais. A equipe dava atenção, as coisas fluíam, se um preso precisava de alguma coisa, o guarda ia lá conversar com ele, era bem diferente e funcionava”*.

Chama-nos atenção Carlos dizer que nesse estabelecimento penal as necessidades mais urgentes das pessoas detidas eram sanadas pela administração do local, indicando uma discrepância das outras penitenciárias em que passou. Examinar instituições penais em que esse movimento não ocorre, indica a falta de suporte para a (sobre)vivência da pessoa presa, além da falta do Estado em prover os objetivos do cárcere: a (re)educação e (re)inserção social.

Após dois meses nesse novo estabelecimento, ele iniciou o trabalho no Departamento de Estradas de Rodagem (DER), permanecendo na função até sair seu Alvará de Soltura, referente à progressão para o Regime Semiaberto, um mês depois. *“Ao todo foram um ano, nove meses, 21 dias e quatro horas preso”*.

Compreensões sobre a detenção

“Eu entrei sem achar que tinha feito algo errado e com o tempo eu dimensionei isso e entendi que era uma pena que eu tinha que cumprir”. (Carlos)

Carlos afirmou que, em alguma medida, *“a cadeia foi positiva”* para ele, devido à interrupção de seu segmento no crime causada pela detenção. Além disso, tendo se reaproximado da religiosidade, ele entendeu esse período como uma provação divina necessária para validar sua fé e sua capacidade de superar as adversidades que lhe apareceram. Ele asseverou que essa experiência favoreceu o seu amadurecimento pessoal, pois pôde *“pôr em prática o que aprendi como homem, respeitar, delimitar o espaço de cada um”*. Carlos elegeu o encarceramento e a religiosidade como eventos determinantes no encerramento de suas atividades criminosas.

Ele seguiu dizendo que se todas as pessoas passassem pelo menos trinta dias numa cadeia monitorada pelo PCC *“não haveria nem 10% das brigas que têm aqui fora, porque as pessoas aprenderiam o que é o respeito”*. Ele exemplificou dizendo que *“se você for passar no meio de duas pessoas que estão conversando tem que pedir licença; se for passar perto de uma pessoa que está comendo tem que pedir licença também. O respeito ali é muito rígido”*.

Além disso, tudo deve ser dividido entre todos, *“as sacolas²² eram divididas, mesmo se tivesse só uma pessoa na cela que recebesse a sacola naquela semana. Tudo era dividido pra todos que estavam ali”*.

A experiência num grupo em que há regras rígidas e cooperação compulsória foi lida por ele como um controle externo positivo para aprendizagens pessoais. Carlos admira a soberania do PCC na organização e controle das relações interpessoais. Sugere apresentar uma concepção romantintezada do encarceramento dirigido por esse grupo soberano. Enaltece a gestão do PCC contrariamente a administração da instituição penal; a facção atua na organização das relações interpessoais no local, dispondo regras e punições, as quais são vistas positivamente por ele.

Carlos, chama atenção para a necessidade do respeito a hierarquia. Considera que a graduação social deveria receber mais relevância. *“Nas escolas os alunos fazem o que querem com o professor, porque não têm respeito, não têm a noção de hierarquia. Já na cadeia você tem hierarquia”*. Dentro das instituições penais *“o mais velho do barraco tem hierarquia, o piloto tem hierarquia, os irmãos têm hierarquia, os primos têm hierarquia, você tem sua hierarquia”*.

Entretanto, a hierarquia valorizada por ele refere-se àquela presente na própria relação entre o grupo de pessoas detidas. Carlos tece elogios às situações próprias de um grupo organizado, não ao encarceramento em si, apesar de não compreender isso. Por exemplo, alega ser positiva a hierarquia dentro das celas, mas julga violenta a hierarquia presente na relação entre presidiário-policial.

Interessante pontuar que nessa seara não entram os presos que são alojados no “seguro”²³. Carlos disse que nunca agrediu alguma dessas pessoas, mas teve conhecimento de que essas ações aconteciam nas cadeias pelas quais passou. *“A gente achava que era melhor do que eles. . . , nada a ver, porque pra sociedade estão todos no mesmo pacote. Mas a sociedade também espera que a gente se vingue deles”*. A lógica punitivista e preconceituosa, presente socialmente, apresenta-se dentro do grupo de pessoas presas. Há uma contradição na experiência dos presidiários sobre seu lugar nesse contexto: consideram-se diferentes das

²² São chamadas “sacolas” as bolsas de alimentos entregues aos detentos pelas visitas semanais, em geral seus familiares. Cada instituição possui uma lista de alimentos que podem ser recebidos, mas geralmente são bolachas, chocolate, suco, etc.

²³ O “seguro” é uma cela da penitenciária separada das demais, designada para acomodar pessoas que cometeram crimes não aceitos pelos demais detentos, geralmente sendo contra mulheres e/ou crianças (estupro, pedofilia, feminicídio, entre outros). Nesse local também são abrigados presos que estão sob risco de serem violentados/mortos pelos outros presos por outros motivos, como aqueles que possuem dívidas de drogas ou entraram em brigas.

pessoas alojadas no “seguro”, mas percebem-se visto pela sociedade como iguais, quiçá a saída dada a essa contradição é legitimar a diferença justificando que a sociedade lhes cobra punições.

A decisão daqueles que serão “punidos” pelos demais presos pode mudar em cada estabelecimento. Carlos citou o caso de pessoas presas pela Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), ressaltando que esta lei contempla desde ameaças à mulher até o feminicídio. Carlos relatou que em algumas cadeias qualquer pessoa que seja presa nos termos da Lei Maria da Penha é castigada fisicamente pelos demais detentos; já em outras, há mais flexibilidade para essa punição em específico, pois a decisão dependerá da gravidade do seu ato. *“Qualquer um que seja preso por ter agredido uma mulher será punido alguma hora, porque não se bate em mulher, é regra”*. Esta é outra norma moral presente nos presídios.

Carlos ressaltou inúmeras vezes que conheceu pessoas “boas” durante sua estadia em três estabelecimentos penitenciários. Ele considera pessoas “boas” aquelas que não procuram brigas, **seguem as regras**, respeitam os outros presos, não entregam os demais presos. Por outro lado, Carlos também teve contato com “pilantras”. Estes são presos que entregavam os colegas de cela em troca de regalias, como mencionado, que não respeitavam os demais [sic].

Ele lembra que certa vez um preso de “confiança”, isto é, aqueles que trabalham na cadeia foi atacado verbalmente por outro preso, que, por sua vez, estava dentro de sua cela fechada. *“O preso de confiança abriu a portinhola da cela e o preso lá de dentro se assustou. Pediu desculpas, disse que sabia que a gente era do bem e tudo mais”*. Com essa história Carlos concluiu que *“tem muito preso ali que se esconde atrás das grades, que quando não pode ser visto pensa que é intocável, mas descobre que não é”*.

Para Carlos, o período que passou na cadeia deveria ter acontecido na sua história de vida, pois atrela esse fato a um “bem maior”, ou seja, compreendeu que o sofrimento passado foi necessário para que ele tenha se afastado do crime. *“Se eu pudesse escolher não ter ido preso, não escolheria. Mas eu fui, foi uma experiência que eu vivi”*.

Um fator que relatou incomoda-lo em todo o sistema prisional é a postura que alguns presos têm diante do alvará de soltura, o que impacta no processo judicial de todos. *“Alguns presos não valorizam o alvará e acabam voltando muito rápido pra cadeia”*. Para Carlos, esse tipo de conduta implica numa morosidade do processo judicial de retorno ao meio aberto para todos os presos. A lógica apontada por ele mostra que o curto espaço de tempo entre a conquista do alvará de soltura e a nova infração, é tomada como justificativa pelo sistema judiciário para ampliar o tempo de detenção de todos os presos, por conseguinte, o de progressão do regime.

Assim, Carlos responsabiliza unicamente o ex-presidiário por seu retorno ao cárcere, desconsiderando todo o contexto social com o qual se depara ao sair desse ambiente.

Ele denotou estimar que muitas pessoas que vão presas não compreendem o período detido como ele o faz, ou seja, não consideram esse acontecimento como algo que tem a função de livrá-los de outras situações ruins (como a continuidade do envolvimento com a criminalidade). *“Muita gente vê a detenção só como um tempo perdido. Eles veem a prisão como algo que impede eles de fazerem o que querem, que é sair pra rua, não veem um sentido nisso”*. Para Carlos, essa falta de sentido dos presos mediante a detenção faz com que eles retornem ainda mais rapidamente a cometer crimes e conseqüentemente à prisão. *“Eu não entendo isso. A cadeia é ruim pra todos, ninguém quer voltar pra lá, mas justamente os que mais reclamam de estar lá são os que voltam preso primeiro de novo”*.

Outro aspecto que gera incômodo em Carlos refere-se aos funcionários da cadeia que não se dedicam ao trabalho ao qual se propuseram a fazer, como guardas, assistentes sociais, psicólogos(os), agentes penitenciários. *“Tem alguns que estão ali e não fazem o mínimo pra justificar o salário que recebem. Pensam em fazer concurso pra Depen pra ganhar um salário e descarregar a raiva nos presos”*. Uma vez por mês os presos recebem uma comanda que podem preencher para solicitar algum tipo de atendimento, como com assistente social, psicólogo(a), médico(a), advogado(a); mas, por vezes, esse pedido não chega à administração da instituição. *“Os guardas não se preocupam em passar o pedido pra frente”*. Não podemos desconsiderar a inserção desses funcionários numa sociedade em que a exclusão social é a regra e não a exceção; por conseguinte a depreciação desses excedentes é resultante de ideologias do tipo “bandido bom é bandido morto”, presente no seio de uma sociedade preconceituosa diante dessa população.

Carlos relatou que em uma das penitenciárias em que esteve detido, os protocolos de cuidados com as pessoas presas funcionavam, diferente das outras duas. *“Esses cuidados são: levar o preso pra enfermaria quando o preso tá com dor ou doente; se o preso precisar falar com o advogado, fazer um pedido pra ele, essas coisas”*. Carlos se indagou sobre a maneira com que os procedimentos funcionam no último estabelecimento penal em que esteve, mas não fluem nas outras penitenciárias. *“Nenhum preso quer que o guarda trate ele super bem, mas pode tratar como gente. Por que em alguns lugares tratam o preso como gente, mas em outros nem isso acontece?”*.

Diante das relações desumanas que podem permear o ambiente de detenção, segundo Carlos, as mais frequentes são entre os presos e os agentes penitenciários (também chamados de guardas). *“Os presos vão guardando aquilo, vão tendo raiva, por isso que quando acontece*

rebelião e pegam um guarda ruim e acabam batendo ou matando". Ele exemplifica sua tese relatando que, durante a rebelião mais violenta da qual ele tem notícia, os presos fizeram dois agentes de reféns, *"eram dois guardas bons, saíram sem um arranhão, os presos só disseram que iam segurar eles porque precisavam de refém, mas nem encostaram nos dois"*. Por outro lado, ele lembrou de uma rebelião menor em que o agente, tido como refém, sofreu lesões sérias e saiu daquela situação em estado grave.

Carlos visualizou que no espaço penitenciário existem muitas pessoas que necessitam de apoio, principalmente porque são *"maltratadas mentalmente"*, no sentido de serem expostas a situações de humilhação e maus tratos que não conseguem suportar. Essas situações não são previstas no projeto penitenciário, que segundo o Art. 1º da LEP deveria *"proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado"*. Contudo, como discorrido por Carlos, a violência está presente no cárcere, dificilmente proporcionando uma posterior integração harmônica do sujeito no meio aberto.

O retorno ao meio aberto

Há cinco anos que Carlos está no regime aberto. Quando saiu da penitenciária sua mãe o esperava. *"Ela estava com a caminhonete da empresa do meu pai. Ele emprestou pra ela me buscar, mas ele não foi até lá"*. Carlos relatou que a parte mais difícil do retorno ao meio aberto foi o primeiro contato com seu pai. Novamente ele esperava por uma punição externa por seus atos; *"eu esperava uma briga, mas não teve, então ele me desarmou"*. A forma de agir de seu pai é bastante rude, e enquanto detido, Carlos pensava que ele reagiria à sua soltura com palavras e rigidez. Ao contrário das suas expectativas, esse encontro não originou explosões de humor, quando o pai de Carlos chegou em casa este estava cozinhando, a mãe sugeriu que eles se abraçassem e o pai apenas virou as costas e se distanciou.

"Ele precisava brigar comigo, eu fiz coisa errada", afirmou Carlos colocando em seu pai a responsabilidade de corrigi-lo. Ele seguiu refletindo que *"não precisava ter feito aquilo"*, e complementou afirmando que naquele momento não entendia que fizera mal pra qualquer pessoa. *"Eu não roubei, não fui uma pessoa ruim, eu só vendi droga pra ganhar dinheiro. Eu não oferecia droga pra ninguém, não influenciei ninguém, vendia pra quem já consumia. Eu não dimensionava o quanto isso era ruim"*. Carlos lembrou que mesmo na cadeia buscava ser justo e honrado, independentemente da situação, e atribuiu ao seu pai o ensinamento desses valores, apontando para a consideração desses serem valores primariamente masculinos.

No segundo dia em meio aberto, o pai de Carlos informou que encontrara um trabalho para o filho com acabamento de obras, assim como ele trabalhava antes da detenção. *“Mas ele falava comigo só o básico, nada demais. Não perguntou o por que de eu ter feito aquilo, nem nada”*. O apoio do pai foi fundamental para ele ingressar novamente no mercado de trabalho. Olhando de maneira preconceituosa para egressos(as) do sistema prisional, muitos(as) donos(as) de empresas e indústrias preferem não oferecer essa oportunidade para essas pessoas. Depois do segundo dia de trabalho o pai de Carlos passou a conversar mais com ele, mas sem brigas, *“eu queria que ele tivesse brigado comigo, desabafado, estava preparado até pra ele me bater, não queria que tivesse sido daquele jeito”*. Ele assinalou que pela reação do pai, ele entendeu que aquilo que havia feito não era um erro pequeno, pois impactou intensamente a vida de alguém que ama. Alguns amigos próximos à família contaram a Carlos que seu pai delirava, *“disseram que ele deitava no chão e ficava perguntando o por que eu fiz aquilo. Ele sofreu muito, foi muito triste isso”*.

Quanto a mãe de Carlos, ela ainda acredita que todo o envolvimento do filho com o tráfico foi culpa do primo e do amigo dele. Em contrapartida, Carlos alegou que *“olhando agora eu vejo que cada decisão minha fez com que eu chegasse lá (na penitenciária). Eu tive as minhas escolhas e os meus motivos pra fazer aquilo”*. Ele compreende que a relação com essas duas pessoas facilitou o seu acesso às drogas e ao tráfico, mas não condicionaram por si só a sua conduta. Por fim, Carlos conseguiu ter percepção de que escolheu se inserir nesse meio e realizar tais ações.

Ele lembra que quando foi preso pensou que essa era a pior coisa que havia lhe acontecido na vida. No momento da entrevista, ele expressou mudança nessa compreensão, compreendendo que ao ir preso sua imersão no crime fora interrompida. Contudo, Carlos não considerou, neste pensamento, as sequências de tentativas que ele realizou para retornar à criminalidade ainda dentro dos estabelecimentos penais em que esteve.

Sobre o acompanhamento realizado pelo Patronato, já em regime aberto, Carlos considerou como uma forma de apoio para aqueles que saem da detenção. Seguindo a maneira como lidou com o regime fechado, no regime aberto ele mantém a postura de buscar aproveitar as oportunidades que são ofertadas. *“Tem muita gente que acha que é um incômodo aquilo, ir ali todo mês, participar disso e daquilo, mas é um apoio que estamos tendo, mesmo que um ou outro não precise, alguém pode precisar”*.

Sobre os grupos de conversa e as palestras promovidas pelo Patronato, Carlos os avaliou como ricas [sic] para ele. *“É uma oportunidade que nós temos de aprender, de ver coisas novas, de ouvir sobre assuntos que não damos tanta atenção sempre”*. Como dentro de

algumas instituições penais não há possibilidades de fazer algo diferente da rotina, em regime aberto essa oportunidade de atividades é exaltada.

Ele lembrou, que certa vez seu grupo de *bicicross* sediou um evento grande e eles precisavam de auxílio para a execução das atividades. *“Eu pensei: no Patronato tem um monte de gente com horas de Prestação de Serviços pra cumprir, eles podem ajudar no evento”*. Ele propôs à equipe do Patronato uma parceria, e através de sua iniciativa várias pessoas puderam cumprir suas determinações judiciais e conhecer um novo esporte ao mesmo tempo.

Referindo-se às mudanças ocorridas em todo o processo de estar detido e posteriormente sair da cadeia, colocou: *“entrei (na cadeia) novo e saí velho, não em idade, mas nas coisas que eu vivi; eu saí e já não tinha mais os contatos que eu tinha antes”*, referindo-se às amizades e grupos que outrora eram presentes em seu cotidiano. Ao retornar ao meio aberto, ele encontrou um mundo modificado, não o mesmo experienciado por ele anteriormente.

Carlos pontuou que esse processo de (re)construir as relações fora da cadeia abarcou a busca por novas relações de amizade e também afetivo-sexuais. Em meio à procura de alguém que o interessasse, passou a conversar com uma mulher que conhecia desde antes da detenção, Samanta. Por perceber a resistência dela diante dos convites feitos por ele para saírem e se conhecerem, ele desconfiou de algo que viria a constatar em breve: Samanta estava grávida.

Carlos não possuía planos de permanecer ao lado dela por muito tempo, considerando a gravidez, *“mas pensei: vou chamar ela pra sair mesmo assim, vamos tirar ela desse isolamento”*. Ambos saíram para jantar. Nas semanas seguintes, Carlos saía para andar de bicicleta, *“porque queria fazer tudo o que não tinha feito. Voltar no tempo”*, e passava na casa de Samanta para vê-la. Passado um mês eles assumiram o namoro.

Quando o filho de Samanta nasceu, Carlos se propôs a registrá-lo em seu nome, *“porque já tinha cuidado dele o tempo todo na barriga dela”*, mas ela não permitiu, porque ponderou a possibilidade de terminarem o relacionamento a qualquer momento. Carlos contou que ficou triste e disse a ela, num tom bastante tradicionalista, que *“se passassem dois anos e eu cuidasse dele como um pai ela teria que registrar ele no meu nome, porque eu não ia cuidar de um filho que não tivesse o meu nome”*.

Completado dez meses de vida do Arthur, Samanta convidou Carlos para ir ao cartório registrá-lo em seu nome.

Não tem fator biológico, não tem registro nenhum que diga que ele não é meu filho. Eu não tenho como colocar em palavras isso..., não tem nada que indique que eu adotei ele ou sou padrasto dele, porque eu sou o pai dele e ele é meu filho, é isso.

Carlos pontuou que não gosta que seja tratado como um mérito dele o ato de ter assumido o filho da namorada, porque ele considera o filho como seu e não cabem elogios para esse fator.

Quando Arthur nasceu, ele e a mãe foram para a casa de uma tia de Samanta que a ajudaria no puerpério. Passaram três dias naquela residência, mas Carlos acreditava que Samanta necessitava de maiores cuidados, pois presenciou ocasiões em que ela não estava se alimentando adequadamente e não recebia o apoio prometido. *“No terceiro dia eu liguei pra minha mãe e disse: a Samanta e o Arthur irão aí pra casa”*. A mãe de Carlos, assustada, rejeitou a ideia de imediato.

Contrariando a própria mãe, *“naquela noite fui na casa da Samanta, peguei o berço, coloquei na caminhoneta e fui pra casa. Cheguei lá com o bebê, meu pai estava deitado e coloquei o Arthur em cima dele: olha aí seu neto”*. Carlos narrou esse momento com humor e prosseguiu dizendo que seus pais criaram um laço afetivo com o neto, e relutam diante da ideia dos três posteriormente saírem de casa. Contudo, esses são os planos de Carlos, Samanta e Arthur para o próximo ano: adquirir uma residência para eles.

Como na origem de sua imersão no tráfico, o projeto de Carlos para o momento retorna para a aquisição de uma casa própria. O que muda, nesse instante, são os **meios** considerados por ele para alcançar esse objetivo. Carlos continua trabalhando com acabamento de obras, e vê no trabalho lícito a maneira de adquirir uma residência.

No momento da entrevista, Arthur estava com quatro anos de idade. Recentemente foi descoberto que ele possui Autismo leve e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, mas Carlos pontuou que o diagnóstico médico não pode ser afirmado com precisão pela pouca idade do filho. *“Ele aparentemente é normal, conversa tudo normal. Mas a comida dele é separada, não é tudo o que ele come, ele tem todos esses comportamentos de autista, mas é leve”*. Sobre a experiência de ser pai, Carlos declarou ser *“muito gostoso”*.

Desde o início do namoro, Carlos e Samanta frequentaram a Igreja Católica juntos, indo às missas e aos grupos de oração, e *“o padre marcou o casamento exatamente um ano e um mês depois da data de saída da cadeia”*. Ainda que quisessem casar mais rapidamente, aceitaram a data e se casaram em 2016. Na época da entrevista, em 2019, eles estavam casados há três anos.

A relação de Carlos com a religião católica estreitara de forma significativa após sua saída do regime fechado. Ele se fiou da religião para construir o sentido de *estar preso* e continua usando da fé para construir o sentido aos acontecimentos de sua vida. Ele relatou que recebeu em sua casa uma tia vinda de outro Estado, referindo-se a ela como uma pessoa muito

religiosa. Essa tia, que apoiou também sua mãe durante o período em que ele esteve detido, contou-lhe que, certo dia em que ele ainda estava preso, *“ela estava em casa e viu pessoas de preto [agentes penitenciários], coçou os olhos para ver se não estava delirando e me viu na frente dela”*. A tia o olhou e disse: *“fica tranquilo, meu filho, porque Deus está te dando um livramento nesse exato momento e nada de mal vai te acontecer”*.

Entre as atividades e os eventos religiosos dos quais participou, Carlos destacou um retiro de casais em que esteve com sua esposa, dizendo que *“foi a (sua) primeira experiência real com Deus”*. Ao final do evento, uma mulher estava representando Maria de Nazaré e abraçando os fiéis, enquanto o homem que estava ministrando o retiro colocou a mão em seu ombro e disse: *“esse homem foi julgado pelos homens, mas Deus conhece o seu coração. E todas as vezes que você se ajoelhou para rezar pra Nossa Senhora, ela se ajoelhou do seu lado, ela estava com você”*. Carlos assegurou que o ministro estava se referindo a todas as noites em que ele se ajoelhava na prisão para rezar, e complementou que *“ninguém sabia que eu fazia isso, nem minha mãe”*. Nesse ensejo, o ministro profetizou que Carlos será um pregador *“e muitas pessoas serão salvas por ele e por seu ‘sim’”*.

Esse acontecimento foi bastante significativo para Carlos, aliado à acolhida desse mesmo ministro em sua casa poucos dias depois para uma benção em sua mãe e irmã. *“A partir daquele dia, eu e a Samanta fomos em todos os grupos de oração da Igreja por dois anos”*, além de participarem de outros eventos como retiros e formações religiosas. *“Isso tudo não é científico, não é da razão, é sobre sentir”*.

Carlos também retornou ativamente para o grupo de *bicicross* do qual participara desde criança. Na época da entrevista eles estavam organizando um evento nacional que sediariam em breve, o que demandava seu tempo e sua energia. *“Até então eu estava na Igreja e no bicicross, mas minha esposa estava reclamando por eu não ter tempo livre, então eu tive que optar por um ou outro”*, e assim Carlos se manteve mais ativamente no *bicicross*, sendo sua escolha baseada no evento ao qual se comprometeu a auxiliar na organização. Ele seguiu frequentando os grupos de oração da Igreja Católica, mas pausou sua contribuição efetiva nesse espaço.

Seus projetos no momento da entrevista eram os de comprar uma casa para ele, Samantha e Arthur, através de seu trabalho lícito, como mencionado. Desejava também cuidar do filho e aproveitar seu crescimento ao lado da esposa. Pretendia retornar para a vivência mais próxima da religião assim que possível, tendo em vista a centralidade dessa esfera na construção de sentidos para os acontecimentos em sua vida. Seu projeto não contemplava o

retorno à criminalidade, mas visava poder ajudar o próximo através de suas ações (no esporte ou na Igreja) e cuidar de sua família.

Por sua biografia, Carlos sugere ter sido criado num ambiente simples, acolhedor e com valores tradicionais. A família, enquanto instituição, parece ser valorizada por ele. A maneira como apreende a figura dos pais denota ser convencional – o pai como o provedor, mas distante afetivamente; a mãe subserviente e cuidadora. A organização social com base hierárquica pode ser entendida como o meio de amenizar ou garantir o equilíbrio das relações sociais.

Mesmo diante desse panorama familiar, a princípio, funcional, Carlos experienciava as limitações econômicas de uma família da classe média baixa. Nem sempre conseguia realizar facilmente seus projetos. Entre os bens que tinha e a vontade de adquirir outro, havia a necessidade de escolher entre ficar com o velho ou vendê-lo para adquirir o novo. Vivências contraditórias parecem presentes em sua vida: a segurança racional e distante do pai e o afeto da mãe; o “cuidador do traidor”; o meio ilícito para suprir necessidades; o transgressor devoto a Deus.

Carlos sugere, a princípio, não ter consciência dessas experiências contrastantes, mas que lhe provocavam inquietações. A maneira de dar coerência a elas foi tentando se convencer que suas ações como traficante poderiam ser justificadas por causas legítimas: ajudar um amigo adicto ou intencionar a compra de uma casa própria. Seus propósitos, portanto, justificariam os meios.

Focar no objetivo lícito desejado e negar os meios ilícitos para conquista-lo, deixaram Carlos suscetível. É como cuidar do outro por meios que desamparam o cuidador. Não ter consciência de que causa, meio e fim integram-se no momento da escolha, colocou Carlos em situações adversas. Ademais, para ser o provedor, o cuidador, há a necessidade de se relacionar com outras pessoas em situações vulneráveis, mas que nem sempre acolhem e reconhecem os cuidados recebidos.

Ainda que no regime aberto Carlos tenha se afastado do tráfico, ele se apoia em referências externas, como a religião e sua nova família, para justificar sua integridade. O entendimento de sua conduta sugere estar alienado a valores sociais que buscam conservar o poder das instituições (igreja, família, etc.), e isso se mostra problemático, considerando que qualquer fissura em sua religiosidade e/ou na relação familiar pode desampara-lo em seus móveis. Nessa situação, não temos como afirmar que ele retornará ao tráfico, mas também não temos como descartar. Os encaminhamentos dependerão de como ele buscará superar situações controversas, se continuará lançando mão da má-fé ou se assumirá a genuinidade de suas escolhas.

3.2 Alisson

A conversa com Alisson ocorreu após duas tentativas. Na primeira data e hora marcadas ele esqueceu; reagendamos para outro dia. Neste, Alisson chegou atrasado, dizendo que se esquecera novamente, mas que dessa vez não queria me deixar na mão [sic]. A entrevista também aconteceu nas dependências de uma Universidade pública, e o espaço escolhido, apesar de possuir vista para a rua, garantia o sigilo do conteúdo exposto pelo entrevistado durante a entrevista. De prontidão, Alisson pediu para se posicionar de forma que tivesse melhor visão da rua e durante todo o diálogo esteve vigilante com aquilo que acontecia à nossa volta. Ele estava com 27 anos na época; foi condenado a cinco anos de detenção por tráfico de drogas, cumpriu dois anos em regime fechado e na época da entrevista estava em regime semiaberto. Alisson é um homem cisgênero, branco, estava casado e sua filha possuía poucos meses de vida. Naquele momento, ele possuía ensino médio incompleto, frequentava a Igreja Evangélica e jogava futebol por diversão.

Infância e adolescência

“A minha infância e adolescência foram bem normal [sic]... Tive dois grandes pilares em casa: minha mãe e meu pai.” (Alisson)

Filho de mãe paulista e pai gaúcho, Alisson nasceu no ano de 1992 numa cidade no interior do Estado do Paraná. Os pais se conheceram neste Estado, casaram e tiveram quatro filhos. Alisson possui uma irmã e um irmão mais velhos que ele, e uma irmã mais nova. Durante grande parte da infância sua família residia numa casa construída no lote da avó paterna, que por sua vez possuía três casas: a dos pais de Alisson, a da avó e avô paternos, e a de um tio com a esposa e filhas. O lote era grande e localizado no centro da cidade.

Durante a infância, enquanto sua mãe e seu pai trabalhavam, Alisson e os irmãos ficavam com uma babá, sua vizinha, que possuía 20 anos na época. Até, aproximadamente, os nove anos²⁴, Alisson e suas primas foram criados(as) no grande quintal desse lote. “*Eu já cresci sabendo que a gente tinha uma casa própria*”, disse demonstrando entender que, de certa maneira, havia certo amparo material em seu futuro.

²⁴ O participante não soube precisar a idade.

Após o falecimento de seu avô paterno e diante da necessidade de sair da casa que moravam para a partilha da herança, Alisson, seus pais e seus irmãos se mudaram para uma cidade próxima à sua cidade natal, com a intenção de o pai trabalhar com um tio. O tempo morando em outra cidade foi breve, pois logo o pai saiu desse emprego e a família retornou para a cidade de origem e alugaram uma casa apenas para eles.

A mãe de Alisson trabalhava bastante naquela época. Ela era cozinheira e “*nunca teve preguiça de fazer nada*”; trabalhava como doméstica e limpava outras casas quando necessitava complementar a renda. Ela trabalhou até os dez anos de Alisson. A partir de então cessou suas atividades laborais para cuidar dos filhos (Alisson e seus irmãos menores). O pai, por sua vez, era mecânico. Ele e a esposa, por conseguinte a família, não gozavam de uma “*situação financeira boa, mas graças à Deus nunca ninguém passou fome*”, afirmou Alison. A família possuía o básico para (sobre)viver: moradia e comida; porém, não gozavam de luxo ou conforto. Em sua fala, nesse trecho, Alisson se orgulha por seus pais trabalharem muito, isto é, por se adequarem aos valores capitalistas.

Alisson demonstrou grande admiração por ambos, e em especial por seu pai. Antes de Alisson nascer, seu pai era dono de uma mecânica e possuía funcionários. Segundo relatos de parentes, “*antes de eu (Alisson) nascer, ele tinha dinheiro e teve funcionários e os caras roubaram ele. Minha mãe falava pra ele e ele não tinha coragem de mandar os caras embora*”. Alisson valoriza a indulgência do pai, sem perceber que o posicionamento deste não o isenta da cumplicidade com o ato ilícito de seus funcionários. Sugere-nos certo valor depositado no “perdão” daqueles que tiram de quem tem mais. Para Alisson, o pai é um exemplo de honestidade e bondade: “*ele é bom até demais. Só Jesus mesmo foi tão bom igual meu pai*”. Além disso, a posição de superioridade por ser “dono do próprio negócio” também é ressaltada por ele. Segundo Alisson, o pai nunca foi agressivo, mas consumia bebida alcoólica, gostava de jogar baralho e apostar nesse jogo (atividade individual que ocasionou a perda de alguns bens materiais para a família).

Os familiares que Alisson conhece (as primas, tios, tias, avós e demais parentes) são da parte da família paterna que se mudaram juntos para o Estado do Paraná. Sobre a família materna, originária de São Paulo, Alisson não teve contato direto, pois a situação financeira de sua família não possibilitava que fossem para outro Estado conhece-los.

Aos doze anos, a rotina de Alisson se dividia entre a escola e as brincadeiras na rua. Ele e a irmã mais nova eram bastante próximos, estavam sempre juntos jogando bola, correndo na rua e andando de patins, “*ela sempre jogava comigo, ela era bem molecão [sic] assim, sempre brincando*”. Segundo Alisson, sua infância foi “*bem normal, bem tranquila*”. Nas falas de

Alisson podemos apreender valores convencionais, como a família em que o homem trabalha fora e a mulher em casa (ou realizando tarefas menos valorizadas pelo mercado). Igualmente demonstra a necessidade de qualificar certas ações da irmã como peculiar dos homens.

Quando estava na 6ª série do Ensino Fundamental, Alisson decidiu abandonar os estudos para ser jogador de futebol, “*como todo menino sonha em ser jogador de futebol*”, sendo apoiado pelos pais em sua escolha. Certa vez, um amigo de seu pai, que trabalhava como médico de uma equipe paulista de futebol renomada, deu-lhe uma camiseta autografada por todos os jogadores, fazendo aumentar sua paixão pelo futebol. Alisson comentou, brincando, que na hora se tornou torcedor desse time. Entretanto, ele teve seu sonho frustrado, pois não chegou a jogar para algum time de futebol profissionalmente.

Essa foi a primeira tentativa de Alisson para fazer apenas aquilo que gostava, negando as obrigações, no caso, a escola e dedicando-se exclusivamente ao esporte. Ainda criança, vislumbrava a opulência da vida de jogadores de futebol, para além do esporte, e intentava alcançar esse patamar.

No período em que Alisson passava da infância para a adolescência sua irmã mais velha se envolveu com a criminalidade. Ela tinha dezessete anos quando conheceu um homem mais velho que praticava atividades criminosas. Ela também se envolveu com o crime, mas seu companheiro posteriormente foi preso. Por meio das atividades ilícitas da irmã, Alisson teve contato com pessoas que consumiam e vendiam drogas, sendo igualmente conhecido por elas. Como sua irmã se envolvera nos crimes cometidos pelo companheiro, foi presa numa operação policial e permaneceu 4 anos detida.

Os (des)afetos

“Eu tive uma namorada e acho que ela mudou o rumo da minha vida.” (Alisson)

Ao completar dezoito anos, Alisson conheceu sua primeira namorada, Jeniffer, que segundo ele, chegaria para mudar o rumo de sua vida. Ela estava com dezesseis anos na época, e Alisson, aos poucos, se apaixonou por ela. Engatado o namoro e percebendo que a carreira de jogador de futebol não havia deslanchado, Jeniffer incentivou o namorado a dar continuidade nos estudos. Alisson realizou uma prova de Ensino para Jovens e Adultos (EJA) e assim concluiu o Ensino Fundamental. Dessa forma, pôde iniciar o 1º ano do Ensino Médio no mesmo Colégio em que a namorada estudava. O retorno aos estudos não ocorreu por Alisson

reconhecer seus benefícios, seu objetivo foi o de agradar a namorada e passar mais tempo com ela.

Alisson continuava jogando futebol, mas em campeonatos amadores. Considerava-se vaidoso, arrumava-se, cuidava das roupas que usava e da saúde, não fumava tabaco, não bebia e não usava drogas ilícitas, assim como Jeniffer. Ambos conheciam a família um do outro e frequentavam as casas dos respectivos pais. Aos dezenove anos de Alisson, seus pais compraram uma casa num bairro de classe média. A família parou de pagar aluguel e passaram a ter uma casa própria.

Alisson começou a trabalhar como *office boy* com dezoito anos, sendo esse seu primeiro emprego. Como sua função era realizar entregas do escritório na rua, Jeniffer o acompanhava. Ela o esperava na porta da empresa e passava a manhã fazendo entregas com ele; no período da tarde ia para o colégio. Alisson alegou que ela tinha ciúmes dele, e que, em algum momento, ambos decidiram que ele abandonaria o emprego para poder estudar na mesma turma que ela no colégio.

Jeniffer contava ao namorado que sua mãe e irmã a cobravam sobre a condição financeira de Alisson, assim como suas amigas que eram *“bem de vida”*. A valorização do *status* financeiro por Jennifer e sua família, revelavam a expectativa que tinham de Alisson. Porém, segundo este, na época ele possuía apenas uma bicicleta, gostava de *“bagunça, ficar bêbado e gritar na rua”* e era *“financeiramente quebrado”*, não se importando, a princípio, com essas questões.

O namoro era especialmente conturbado pelo ciúme que nutriam um pelo outro, ocasionando constantes término e retomadas, até romperem definitivamente após quase dois anos de relacionamento. *“E aí, em algum momento, ela foi lá e fez um boletim de ocorrência contra mim e tal, disse que tinha agredido ela e acabou. E do nada”*. Alisson alegou que entrou em profundo sofrimento, pois a amava e que não entendia o que estava acontecendo de fato.

Acostumados em reatarem após as brigas, Alison sentiu-se angustiado ao se deparar com o término definitivo da relação. *“Porque a gente era assim, a gente terminava e voltava, terminava e voltava, daí a mente está programada para o retorno, para voltar. Eu vou te falar cara [sic], eu sofri por vários anos”*. O processo judicial movido por Jeniffer foi o primeiro contato de Alisson com o sistema judicial, sendo condenado por agressão à mulher e respondendo em liberdade.

Após o término, Alisson iniciou seu envolvimento com as drogas intencionando se afastar do sentimento de tristeza e desamparo que o assolava, como ele mesmo afirma – *“alguns quando terminam um namoro bebem, choram, dão um jeito, eu fui pras drogas”*.

Corrêa (2018) alerta para o fato de as escolhas serem feitas ante uma complexa gama de emoções e possibilidades. Sartre apresenta as escolhas como sendo tomadas visando o melhor para si, e essa eleição do que é melhor é feita numa realidade emaranhada de sentidos, emoções, possibilidades. Com o vazio deixado pelo término da relação, Alison se viu impelido a fazer algo diante da angústia que lhe sinalizava sua necessidade de escolher como lidaria com aquela situação. Sua escolha, por conseguinte, não foi lidar com a angústia, mas livrar-se dela buscando preencher seu vazio com algo exterior e concreto. Alisson, portanto, considerou o uso de drogas como a melhor saída para negar seu vazio e as vivências desconfortáveis decorrentes da angústia.

Segundo ele, como cresceu tendo contato com os amigos da sua irmã, que por sua vez usavam e vendiam drogas, já sabia quem deveria procurar para conseguir comprar. *“Eu nunca vi (drogas ilícitas) na minha frente, mas eu conhecia muita gente, sabe? Eu conhecia desde pequeno, entendeu?”*. A escolha da irmã em relacionar-se com a drogadição sinalizou lhe essa possibilidade. Alisson começou consumindo bebidas alcoólicas com maior frequência e passou a consumir maconha, posteriormente iniciando o uso de cocaína.

Ele contou que por vezes passava a madrugada inteira cheirando cocaína, andando de moto ou mesmo a pé pela rua. *“Eu imaginava: se alguém estiver me olhando aqui na rua vai ver meu olho saltado, minha boca seca, agitado, vai pensar que é um ‘nóia’²⁵”*. Parecia sentir alguma satisfação em mostrar seu sofrimento nesse corpo caricato de usuário de drogas. Naquele momento, a irmã mais velha de Alisson (que esteve presa por alguns anos) já estava em regime aberto e dava conselhos a ele. *“Ela me dizia que eu sabia onde isso ia dar e que era sofrido”*. Os conselhos, a princípio, não eram ouvidos por ele, pois *“quando você tá nessa situação você não tá muito a fim de ouvir conselho de família”*.

As atividades laborais exercidas por Alisson, até aquele momento, eram inconstantes. *“Eu não gostava de trabalhar de carteira assinada; ficava quinze dias num lugar, dez dias em outro”*. Aos 23 anos, um tio de Alisson, dono de uma vidraçaria, convidou o sobrinho para trabalhar com ele. Alisson aceitou a proposta, porém, naquele momento não estava interessado em trabalhar. Mostrava desinteresse pela profissão e chegava a ir trabalhar sob efeito de drogas; *“ia drogado trabalhar, nunca fumei pedra, mas fumava maconha e ia trabalhar, bem louco”*. Apesar de ter o apoio da família para ingressar no trabalho, o exercício dessa função não era um objetivo traçado por ele. Como aponta Santos (2012),

²⁵ Pessoa que consome grande quantidade de drogas.

O trabalhador coisificado aliena sua liberdade, suas escolhas e seu projeto, para tornar efetiva uma práxis que não lhe pertence, o projeto do capitalista. O interesse a ser objetivado não é o seu, é externo a ele, e todo o campo que dirá ser seu efetivar-se-á como material, pré-fabricado, cabendo-lhe reforçar esta passividade através do caráter estanque, diante do capitalista, afastando-se de quaisquer atitudes libertárias. (p. 176).

Na condição de antes escolher por atividades que lhe proporcionavam prazer ao invés daquelas que lhe eram impostas, frente a dor sentida pelo término de seu relacionamento, experienciar o deleite também foi prioridade. No entanto, o que não tinha consciência era de que estava alienando suas ações ao projeto dos traficantes. Reificava-se, progressivamente, como adicto de drogas ilícitas.

Contraditoriamente, com certa constância, ele justifica suas atitudes partindo de eventos externos, como ter abandonado os estudos por causa do futebol; retornado aos estudos por decisão da namorada; atribuindo sua adição em drogas ao término do relacionamento e responsabilizando seu tio por sua não adesão ao seu trabalho, pois “*ele já me conhecia. . .*”.

Sass (2016) demarca que a má-fé é a “conduta negativa que a consciência pode realizar relativamente a si, ou seja, negar a si recusando a responsabilidade por determinado ato de escolha que envolve a angústia” (p. 109), e complementa que essa conduta pode ser compreendida na amplitude do projeto do sujeito. Alisson vivia na má-fé, caminho encontrado por ele para se desvencilhar da angústia própria da responsabilidade sobre seus atos, implicando diretamente em “um estilo de vida constante e particular” (Sartre, 1943/2015, p. 95).

Na sequência de sua vida, Alisson começou a traficar. “*Eu gostava do crime, cara...*”, afirmando que o crime fazia com que ele se sentisse no auge [*sic*]. Ele gostava de estar nesse meio, apreciava a companhia dos amigos, as conversas e a vida que levava. O crime lhe proporcionava dinheiro para o lazer e também *status*. Alisson afirmou que o lado positivo de ter *status* consistia, principalmente, na possibilidade de se relacionar com várias mulheres que passou a conhecer nesse novo grupo de amigos. A relação entre dinheiro e relações amorosas aparece bastante próxima em sua fala, tal como o sentido dado por Jeniffer e sua família.

O exercício do tráfico lhe provia dois elementos estimados por ele: o dinheiro e as relações interpessoais. Alisson afirma que gostava do estilo de vida que levava, o que implica considerarmos as conquistas de bens materiais e da sensação de pertencimento a um grupo. Estar com aquelas pessoas, sejam amigos, amigas ou parceiras amorosas, era um ganho extra ao participar das atividades criminosas.

Contudo, ele afirmou que “*depois de um tempo é negativo, porque daí todo mundo te conhece e você tem vários inimigos*”. E continua, “*depois vem a vaidade, você não quer que ninguém nem fale alto com você*”. Assim se iniciam as rivalidades e as inimizades com outras pessoas. “*No crime ninguém quer ser menos, e é isso que faz as rivalidades*”. Segundo ele, essa posição se alicerçava no **poder** que cada pessoa detinha e no respeito a ela dirigida; poderia ser afirmada principalmente pela forma de falar (o tom de voz para com os outros, a credibilidade das palavras), pelos bens que possuía (carro, moto etc.) e ainda pelas roupas que usava (se eram “de marca”; se condiziam com as utilizadas por aquele grupo).

Esses novos grupos em que Alison se inseriu, relacionavam-se hierarquicamente. Ser um soberano no grupo ou integrar um grupo soberano era a meta de todos. O lugar dos integrantes era organizado pela imposição da vontade de uns sobre outros. Quando era preciso, esse lugar era conquistado pela violência – seja na fala, nas ações etc. Além disso, as posições mais altas nessa escala são assumidas por pessoas que possuem e demonstram ter mais bens.

Sass (2016) aponta que tais comportamentos – o estilo de se vestir ou a forma de falar – “revelam a totalidade da pessoa, seu projeto fundamental” (p. 703). Alison escolhia em cada ato a permanência naquele espaço e, cada vez mais, direcionava-se à conquista do reconhecimento do outro. Ele conta que nunca “precisou” atirar em alguém para provar seu *status*, mas estaria disposto a fazê-lo naquela época se sua reputação dependesse disso – “*é por isso que morre tanta gente*”.

Alisson ganhava dinheiro com o crime, porém não conseguia adquirir bens para si. Ele vivia numa rotina de festas com os amigos, gastava mais com bebidas do que aquilo que ganhava com as atividades criminosas. Na época conseguiu apenas ter uma moto antiga, o que considerava pouco. No entanto, Alison continuava a buscar o prazer: o ganho financeiro com o tráfico era gasto com festas, drogas etc. Em uma dessas festas, ele conheceu Berta, uma jovem de sua idade. Começaram a namorar e após alguns meses foram morar juntos.

Pela falta de comprometimento com o trabalho, devido ao estilo de vida que levava, Alison foi demitido pelo tio aos 23 anos. Ao ser questionado se ele já traficava enquanto trabalhava com o tio, Alison preferiu não responder. Sem emprego e precisando se manter exclusivamente pelo tráfico, intensificou suas atividades ilícitas abrindo uma biqueira²⁶. “*Quando eu fiquei sem emprego eu precisava me manter, então falei: vou vender droga, vou*

²⁶ Biqueira é o local em que drogas ilícitas são comercializadas, tais como maconha e cocaína. Geralmente o espaço se assemelha a um barraco ou botequim.

fazer o que eu sei fazer". Sem ter desenvolvido alguma profissão lícita até aquele momento, a habilidade de Alisson era a de traficar e foi por esta atividade que ele encontrou seu sustento.

Semelhante a quando investiu na carreira de jogador de futebol, naquele momento empenhou-se em algo prazeroso para ele, ao passo que ignorou as obrigações com o emprego lícito que possuía até então.

Ele explicou que “nesse meio” do crime existem pessoas que apenas traficam; que traficam e são usuárias de droga e ainda os “clínicos gerais”²⁷. Alisson se enquadrava na segunda categoria, a de (pequeno) traficante e usuário, não tendo roubado nem cometido crimes contra a vida (como homicídios, por exemplo). *“Eu acho que eu fui muito medroso, deve ser por causa da minha criação, porque eu sempre ouvi os Dez mandamentos e tá escrito lá: não matar, não roubar...”*. No entanto, a expressão de sua crença parecia tímida em sua vida.

Naquele momento, ele entendia que poderia ser preso, mas não acreditava que seria. *“Eu sabia, todo mundo sabe, que pode ser pego, mas ninguém tá ligando não”*. Seu projeto contemplava não ser preso e continuar mantendo-se financeiramente e socialmente pelo tráfico; entretanto, como Sartre (1960/2002) ressalta, o projeto pode produzir uma realidade ignorada pelo sujeito. Alisson afirmou que ainda que soubesse do sofrimento que advém do regime fechado (pelos relatos da irmã), não passara por essa experiência, pois não tinha dimensão de como era estar preso.

Ainda traficando, Alisson conheceu a religião evangélica. *“Eu senti dentro da Igreja Evangélica uma coisa que eu nunca tinha sentido antes em Igreja nenhuma”*. Entretanto, apesar da identificação com a Igreja, ele não continuou a frequentar esse espaço. *“Mas eu sempre tive Deus comigo, independente de onde eu estava. Eu vendia droga, chegava em casa e rezava antes de dormir”*. A continuidade desse apontamento indica a compreensão dele acerca da moral pregada pela Igreja e a contramão de suas ações diante dessas imposições.

O ser humano é complexo. Na narrativa de Alison encontramos a transgressão e o dogma numa mesma frase, mas ele resolve esta contradição abonando o ser criminoso pelo ser religioso, como se este legitimasse aquele.

O trabalho no tráfico, como forma de ganhar dinheiro, durou pouco tempo, pois logo Alisson foi preso portando 3kg de maconha. *“É muito difícil ser dono de biqueira, logo a polícia te acha. Eu fui pego com três meses de atividade só”*. Como não era réu primário,

²⁷ São chamados “clínicos gerais” aquelas pessoas que cometem diferentes crimes, não possuindo um nicho específico de atividade.

devido ao processo que teve que responder sobre a violência contra sua ex-namorada, não logrou benefícios processuais e passou um ano e sete meses detido em regime fechado.

A experiência no regime fechado

“Tem gente que passa pelo exército. Eu não fui ‘pro’ exército, precisei desse tempo na cadeia ‘pra’ aprender.” (Alisson)

O primeiro estabelecimento penitenciário em que Alisson esteve em regime fechado, foi na carceragem de uma Delegacia Penitenciária no Oeste do Paraná. Com alívio, ele contou que após alguns meses foi transferido para uma Penitenciária Industrial, *“graças à Deus”*.

Desde a primeira semana preso na Delegacia Penitenciária até sua soltura da Penitenciária Industrial, Alisson recebeu visitas frequentes de Berta, da sua mãe e algumas vezes da sua irmã mais velha. Alisson afirmou que não fazia questão das visitas, porque, apesar da saudade da família e da namorada, considerava muita humilhação a revista íntima. Apesar disso, elas o visitaram durante todo o tempo em que esteve preso.

Godoi (2017) considera a revista íntima como uma punição para a família da pessoa presa. Essa violência experienciada estende a pena do sujeito detido para aqueles e aquelas que lhe prestam algum auxílio pessoal. Cientes dessa humilhação, não é incomum os detentos se posicionarem contrariamente às visitas, assim como faz Alisson.

O pai, por sua vez, não o visitava, *“ele gosta muito de mim, mas antes já me dizia: quando você for preso eu não vou lá”*, deixando o filho alerta para que não saísse do caminho da honestidade que ele havia ensinado, mesmo que consentisse ser roubado pelos seus funcionários, e com isso ensinasse a Alisson que se os mais necessitados roubarem dos mais abastados poderiam ser perdoados ou negados, haja vista aqueles serem desventurados.

Alisson sentia saudades de seu pai, e logo este descobriu que estava com um câncer na garganta. *“Eu só pedia à Deus pra não tirar meu pai de mim, que eu ia sair e ia atrás do tempo perdido”*. Ele não queria sofrer o luto pela morte do pai estando preso, principalmente por acompanhar colegas que perderam os pais e não puderam sequer ir no velório deles, mas *“Graças à Deus meu pai curou do câncer”*.

As situações acompanhadas por Alisson, como a de colegas que não acompanharam o enterro de seus familiares, são reverberações específicas do cárcere. Além de retirar a pessoa da comunidade para cessar suas atividades criminosas, rouba-lhe a chance de viver momentos importantes de suas vidas, como o nascimento de um filho ou o luto por algum familiar

próximo. Aparentemente, as possibilidades dessas situações não foram consideradas por Alisson no decorrer de sua vida criminosa, nem pelos estabelecimentos penais.

Ele relatou também que eram poucos os presos que recebiam visitas masculinas, e nos casos que isso acontecia geralmente eram de seus filhos. Alisson arriscou entender a situação dizendo que pensa que as mulheres (mães) são mais emotivas e querem estar por perto para ajudar; e os homens (pais) sofrem também em pensar no filho preso, mas são mais “durões” e “conservadores”, não demonstrando o próprio sofrimento. A discriminação dos papéis de gênero e suas implicações práticas na vida cotidiana, são resolutas para Alisson tal como o faz com a relação crime/religião. Da mesma maneira que se absolve do crime por ser uma pessoa religiosa, iliba seu pai da sua ausência durante as visitas por ser homem.

A chegada de Alisson na Penitenciária Industrial foi marcada por uma vivência intensa. Ele passou por um procedimento chamado “triagem”, em que, por 60 dias, ele não pôde receber visitas, tomar banho de sol e nem ter contato com outros presos. *“O tempo de triagem foi bem louco, os colchões todos estragados e sem capa, peguei coceira por tudo no corpo..., não pegava um raio de sol na pele”*, uma situação que, de fato, não assegura os direitos humanos da pessoa presa.

Ainda durante a triagem, Alisson fumou maconha e afirmou que foi uma experiência intensa e ruim. *“Eu só via concreto e grade. Já tinha passado um ano e sete meses preso²⁸, mas foi a primeira vez que eu me senti preso de verdade, sabe?”*. Desde esse acontecimento ele não fumou mais maconha.

Além disso, Alisson afirmou que anteriormente quando fazia uso desta droga ele ficava com o pensamento lento, *“era facilmente influenciado por outras pessoas, fazia coisas que não queria fazer”*. Nesse sentido, ele apresenta a função das relações grupais em seu ingresso na criminalidade. Alisson considera que agiu de maneira a deixar outras pessoas decidirem por ele, não fazendo um movimento reflexivo acerca de suas ações, utilizando o estado cognitivo alterado pelo uso de maconha como justificativa para tal, num ato de má-fé.

Após o procedimento da triagem, Alisson foi inserido nas atividades habituais da Penitenciária Industrial; analisando as atividades ofertadas pelo estabelecimento e o tratamento da pessoa presa naquele local, ele julgou essa configuração mais adequada para alcançar o objetivo de (res)socialização e (re)educação. Ele saía para trabalhar de segunda à sexta-feira

²⁸ Ressaltamos a imprecisão nas datas mencionadas por Alisson durante alguns momentos da entrevista. Para fins de fidelidade ao relato, mantivemos a ordem dos fatos tais como apareceram em sua fala.

com outros dezenove rapazes e eles faziam trabalhos na Universidade Estadual e no Hospital Universitário da cidade.

Nunca fugiu ninguém no tempo que eu estava lá. A 'piaçada' assim, show de bola, tinha convívio com enfermeira, com médico, todo mundo gostava. Claro que têm aqueles que têm preconceito, não quer chegar perto, não fala, mas, assim, eu acho que a cidade ganha bastante com isso.

Sobre o preconceito narrado por Alisson, retomamos a análise de Sartre (1946/1995) acerca do contato entre pessoa preconceituosa e alvo do preconceito. O autor afirma que, para uma pessoa preconceituosa, a **ideia** sobre aquele a quem o preconceito se direciona (no caso, a pessoa em cumprimento de pena) antecede a experiência da relação com ela. Assim, para qualquer tipo de contato com as pessoas que estão cumprindo pena trabalhando naquele local, funcionários(as) preconceituosos(as) tendem a qualifica-las e significa-las por ideias preconcebidas.

Ainda nessa senda, uma das maiores críticas de Alisson sobre o sistema penitenciário em geral, concentra-se na pouca oportunidade de trabalho para as pessoas presas. Ele passou por dois presídios do Oeste do Paraná, e comparou os dois dizendo que um oferece oportunidade de atividades externas e internas de trabalho, e analisa que o outro também teria capacidade de ofertar.

Alisson igualmente apontou que um grande ganho desse movimento é oferecer para a pessoa presa estar em ambientes que possibilitem o contato dela com outras pessoas. “*Você tá se socializando né? Socializando, tá trabalhando a mente do preso para amanhã ele se tornar cidadão*” (grifo nosso). Ou seja, ele pontuou que o Governo ganharia pela mudança de conduta do sujeito, que poderia ter novas oportunidades de emprego na medida em que aprendesse a exercer algumas funções laborais ainda no regime fechado, não retornando às atividades criminosas para **sobreviver**.

Se pensarmos no termo utilizado por ele – “*cidadão*” –, podemos encontrar a intenção de se adequar aos moldes do *sujeito de direito*, aquele determinado por uma gama de direitos e deveres, apto “a corresponder às exigências da produção e da circulação econômica e da ordem, que garantem a coesão do grupo” (Almeida, 2011, p. 132). Para o grupo soberano (o Estado), é imprescindível que essa visão de sujeito seja difundida, pois fornece pautas para a conduta da população e incentiva as pessoas a produzirem, fazendo a economia circular e mantendo o capitalismo. Não corresponder a tais normas implica em suportar as consequências do preconceito, mecanismo essencial para a conservação do *status quo*.

Alisson também considera que a oferta de trabalhos em penitenciárias trabalha “a mente do preso”. Ele acredita que isso poderia ser realizado pelo Estado e considera positivo. Não discordamos que essa oferta seja necessária, porém, a mudança de perspectiva do preso acontece no seu encontro com um mundo que lhe oferece oportunidades para melhorar a qualidade de sua vida e não em condições em que o Estado determina como ele deve pensar.

Alisson analisou que existem pessoas que querem mudar e estão dispostas a isso, mas outras não. Contudo, ele defendeu que devem ser oferecidas oportunidades reais para todas as pessoas. “*É isso aí, eu acho que tem que ter oportunidade para quem quer oportunidade. Se você não der uma chance, como vai fazer, né?*”. O contexto material ganha peso nessa assertiva, pois é necessário que as pessoas encontrem condições concretas para se instrumentalizarem e poderem perseguir seus objetivos.

O sofrimento pelo qual Alisson passou durante o tempo em que ficou preso, foi considerado por ele o motivo pelo qual “*aprendeu o que era certo e errado*”, e assim resolveu modificar várias condutas suas. Alisson justificava sua mudança de atitude ignorando que fosse uma escolha sua. Por outro lado, após algum tempo detido, considerou essa punição como sendo consequência dos seus atos. Sartre (1960/2002) coloque que o movimento da *práxis* significa a passagem do objetivo ao objetivo por meio da apreensão do que há no campo sociomaterial e de sua escassez, de acordo com suas próprias necessidades. Esta assertiva nos ajuda a pensar que Alison mudara suas ações para suprir suas necessidades, mas também nos elucida que, ao justificar a saída desse meio graças a um ser transcendente (Deus), igualmente está buscando suprir alguma necessidade sua. A significação dessa realidade remete à sua identificação com a ideologia da classe média, que culpabiliza o sujeito por seus atos, ignorando que é o capitalismo que produz seus excedentes.

Ele lembrou de uma passagem bíblica que afirma que o ser humano só aprende pela dor e sofrimento.

Minha irmã (mais velha) me contou o que ela passou e eu não aprendi, eu tive que passar pelo mesmo ‘pra’ aprender. Se você me contar alguma coisa que você viveu eu posso ouvir, mas eu não vou saber de verdade como foi, porque eu não passei por isso, entendeu?

Segundo Pereira (2015), Sartre entende que cada pessoa tem sua maneira própria de significar o mundo. Alisson, contudo, tende a reduzir o conhecimento que tem do mundo à algum contexto específico, ignorando a possibilidade de conhecer algo por outros caminhos. Ainda que estivesse em contato com sua irmã presa e com os relatos dela de como era a

realidade do cárcere, quiçá ele não considerou que essa poderia ser uma situação que vivenciaria.

Contudo, acredita ter sido longo o tempo que passou detido, porque não julgou como “crime” o processo que respondeu de violência contra a mulher, afirmando ser ainda réu primário quando foi preso. *“Eu nunca tinha cometido nenhum crime, não precisava ter ficado tanto tempo preso, eu era réu primário. Perante a lei, eu não era mais primário, mas no crime eu era primário...”*.

A compreensão de Alisson sobre a violência contra a ex-namorada não ser um crime, elucida uma grande contradição presente no espaço penitenciário: o julgamento implacável de pessoas que violentam mulheres, crianças e/ou idosos, em contrapartida a dificuldade de o agressor considerar os próprios atos como violentos.

O retorno ao meio aberto

“Hoje eu sei de qual lado da sociedade eu quero estar. O crime ‘tá’ ali, eu conheço, só que eu não quero estar lá mais.” (Alisson)

Quando saiu da Penitenciária para o regime aberto, Alisson contou com o apoio da família. *“Eles sempre me ajudaram, desde financeiramente até o que eu precisasse, um emprego, alguma coisa...”*. Alisson afirmou que sempre os auxiliou quando necessário, mesmo que dentro das suas limitações. *“A gente ajuda não por obrigação, mas porque gosta, porque quer ver eles felizes”*. Relatou que sua mãe sempre foi amorosa, seu *“ponto fraco”*. Já o pai era mais *“turrão”*, tinha mais *“postura de homem”*. No entanto, após o retorno do filho para o meio aberto ele passou a demonstrar mais afeto e cuidado com o filho; começou a ser mais atencioso com ele e a se interessar pela vida do filho.

Na época da entrevista, Alisson trabalhava como vidraceiro na empresa de seu tio, que o recontratou após a saída da penitenciária. Ele falou com orgulho da profissão para a qual hoje se dedica. *“Olha a minha profissão hoje..., eu sou vidraceiro, mas o vidraceiro que evoluiu bastante desse cara de antigamente...”*. Ele contou que teve que começar a aprender a profissão nesse retorno, pois quando trabalhou na vidraçaria anteriormente, não se importava com aquilo. *“E hoje em dia eu ‘tô’ trabalhando, eu ‘tô’ me interessando”*.

Sobre a oportunidade de trabalho que recebeu, Alisson compreendeu que seu tio ofereceu apenas pelo parentesco. A experiência anterior de trabalho com o tio passou uma ideia

de desinteresse pelo trabalho, justamente por ser essa a postura anterior de Alisson, e *“pensando como ele, ele não acreditava que eu fosse dar esse retorno para ele”*.

Interessante observar o desamparo do Estado para com os egressos. Esta função recai sobre a família, independente de suas condições. Alisson recebeu o apoio de sua família; seu tio oportunizou que retornasse ao emprego e ele se engajou nessa atividade. Parece-nos que ele ressignifica o trabalho. Alisson complementa que *“se fosse ficar esperando (uma oportunidade de emprego) de outra pessoa, estaria até hoje desempregado”*. Ele conta que vários amigos seus têm buscado emprego e não têm conseguido bons resultados. O desemprego no Brasil é experienciado de maneira intensificada pelas pessoas egressas do sistema prisional, sobretudo pelo preconceito que as atinge.

Esse contexto causa revolta em Alisson, pois *“tem muita gente que sai da cadeia e quer levantar a cabeça, tem família, entendeu?”*. Diante da necessidade de sobreviver, *“tem que comer e tem que pagar aluguel e o filho quer as coisas, ou não tem uma fralda, não tem leite para dar para criança”*. Pela dificuldade de conseguir emprego lícito, muitos retornam para o crime. Segundo Alisson, *“o cara tem que comer, o cara tem que se alimentar, então ele vai roubar”*. Esse cenário mostra a relação da pessoa com a escassez. Diante de suas necessidades, ela buscará suprimi-las pelo que lhe é acessível.

A esposa de Alisson não trabalhava na época da entrevista. Ele pediu para que ela saísse do emprego para cuidar da filha deles assim que ela nasceu (a filha estava com sete meses de vida no momento da entrevista).

A gente não sabe como que ela vai estar na creche né (CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil), então eu prefiro pegar e correr atrás, trabalhar em dois, três empregos, do que ficar aí né, minha filha, meu sangue..., pelo menos eu sei como é que tá.

Alisson optou por trabalhar como vidraceiro e fazer trabalhos extras para sustentar a casa. Esta opção decorre de sua insegurança frente às instituições públicas, tendo em conta experienciar os resultados da negligência do Estado. Ele se vangloriou pela saúde da filha, afirmando que se espelha em seus pais para trabalhar e prover a família. *“Eles me incentivam, falam pra eu batalhar, eu vi eles fazerem [sic] isso”*. Seu intuito é trabalhar para *“recuperar o tempo perdido”*, buscando construir financeiramente uma vida estável para ele, a esposa e a filha.

Com o trabalho lícito, Alisson conseguiu comprar um carro. Ele contou que quando estava preso sonhava em ter um carro e compartilhava esse desejo com seus companheiros, *“porque preso fala bastante, e você não tem o que fazer, né?! Ainda mais na penitenciária,*

você não tem o que fazer, vai ficar conversando, né?!". Assim que saiu da penitenciária recebeu o dinheiro referente aos trabalhos que executava no regime fechado. A quantia foi suficiente para adquirir o carro do modelo que queria. Quando falou sobre esse fato, Alisson se mostrou orgulhoso e ao mesmo tempo apresentou seu sonho como “pequeno” (pois o carro comprado é de baixo valor), mas importante (pela representação que possui, por ter sido comprado através do trabalho lícito).

Ele não se arrependeu do que viveu, *“só talvez de ter entrado no tráfico”*. Considerou esse tempo envolto em drogas, mulheres, crime e prisão, como um ensinamento. Sobre o tempo detido, compreendeu que foi necessário para o seu processo de passagem de “moleque” para “homem” [sic], principalmente no sentido de ter aprendido a cumprir regras, visto que *“foi uma escola que eu tive”*.

Diz que se sente “tranquilo” por não ter matado alguém, principalmente após ter formado uma família e ter um emprego fixo. *“Recuperei o tempo perdido, todo dia ‘tô’ tentando recuperar”*. Os crimes contra a vida, como homicídio e estupro, possuem um sentido diferente dos demais, como o tráfico ou roubo. Alisson, por exemplo, compreende os crimes que cometeu como menos ofensivos, considerando o objetivo que teve (manter-se financeiramente) em detrimento da “maldade” de ferir diretamente outra pessoa. Ele se orgulha por, agora, estar desempenhando o papel “tradicionalmente masculino”: com emprego lícito, casado com uma mulher e com uma filha, sustentando a todos.

Na época em que foi entrevistado, Alisson não consumia mais drogas ilícitas e fazia um ano que não fazia uso de bebidas alcoólicas. Ele atribuiu uma parte da motivação para essa ação à percepção de como as drogas lhe deixavam facilmente influenciável e causavam sensações ruins (como pensamento persecutório, lentidão etc.), e outra parte ao fato de agora estar seguindo a religião evangélica, que não vê com bons olhos o uso de qualquer droga.

Às vezes eu encontro na rua algum amigo meu que me chama pra beber, mas eu não vou, porque agora não é mais meu estilo... Não vou dizer que amanhã ou depois não vou beber, mas agora eu sou mais consciente. Eu prefiro ser lúcido hoje em dia do que ser louco, eu penso melhor, sei me expressar.

Ele ainda fazia contato com pessoas com as quais compartilhou espaço no regime fechado. *“Nós passamos por aquilo juntos, sofremos juntos”*, mas optou por se afastar daqueles que continuavam com as práticas ilícitas. *“Eu cumprimento, mas não frequento a casa deles e não convido pra virem na minha”*. Alisson atribuiu essa conduta por perceber que os interesses dele e os dos colegas, que ainda estão no crime, são diferentes. As conversas são diferentes,

justamente por estarem vivendo realidades distintas naquele momento e terem projetos de vida distantes.

Além das pessoas que o estimam, um ponto frisado por Alisson refere-se às inimizades construídas no período em que esteve envolvido com o tráfico. Se anteriormente ele não se preocupava com entrar em brigas por causa de inimizades, depois ele se sentiu apreensivo com essa questão, principalmente por ter uma filha. *“Agora eu tenho uma filha pra criar, ela precisa de mim, não tenho mais aquele pensamento sem consequência”*. Durante a entrevista, Alisson esteve com o olhar correndo para as janelas que davam para a rua, e ressalta: *“meus inimigos hoje estão aí soltos. Mas Deus sabe de tudo o que eu passei e me cuida”*.

Compreendendo a possibilidade de retaliação por situações anteriores experienciadas, Alisson mantém sua atenção constantemente em alerta. Para além de proteger sua vida, ele entende que é necessário se cuidar para poder continuar dando suporte à filha. Diante das preocupações, a religiosidade aparece para oferecer algum tipo de segurança e cuidado para ele.

Apesar de alguns colegas ainda realizarem atividades criminosas, outros encerraram suas práticas ilícitas após o período detido, assim como Alisson. *“É Deus mudando a vida das pessoas”* – diz, apontando para um ser transcendente, a responsabilidade por sua saída da criminalidade. Além disso, outros amigos de Alisson foram mortos pela polícia ou por inimigos do crime. *“Eu não quero isso pra mim não!”*.

Alisson relatou que foi atendido pelo Programa Patronato após o retorno ao meio aberto. É um programa que estimulava os egressos a ressignificarem suas vidas, oferecendo-lhes espaço para a reflexão. Ele ressaltou o respeito que a equipe do Patronato apresentava pelas pessoas atendidas e pontuou que gostava das atividades realizadas, pois oportunizavam a troca de ideias entre elas, olhando para os sujeitos como pessoas que possuíam um conhecimento sobre a vida e tinham ideias próprias.

As atividades em grupo (palestras e rodas de conversa) se dividiam por temas, e aquelas que versavam sobre drogas chamavam mais a atenção de Alisson, justamente por serem presentes em suas vivências pessoais. Outro ponto valorizado por Alisson, refere-se aos/às profissionais e às pessoas convidadas para palestras e outras atividades grupais, considerando que elas se colocavam numa posição de sanar as dúvidas que surgiam durante o debate/exposição.

Os pontos valorizados por Alisson referem-se ao tratamento humanizado realizado pelos(as) profissionais que trabalhavam e estagiavam no Patronato. Diferente das experiências que teve em outros locais, nesse ele percebeu que as pessoas estavam disponíveis para atende-

lo e auxilia-lo da maneira possível, valorizando sua trajetória e estimulando seus pensamentos reflexivos.

Alisson recordou algumas atividades grupais práticas. Comentou que, no início de algumas, era solicitado que cada pessoa se apresentasse para as demais, o que para ele era um problema. *“Ali era um espaço que eu podia encontrar todo mundo, amigo ou inimigo, e eu não queria me expor desse jeito não”*. Nesta fala, ele expressa novamente a preocupação com seus “inimigos”. Disse ter relatado à equipe seu incômodo com a situação e que foi compreendido. A partir daquele momento foi modificada essa dinâmica inicial.

Além disso, Alisson mencionou compreender o Patronato como uma instituição de fato, criada para auxiliar pessoas egressas do sistema prisional: *“Muita gente não entendia o Programa assim, mas se você precisa de um emprego, quer fazer algum curso, o pessoal que trabalha lá ajuda nisso também. É um apoio”*.

Em contrapartida, ele apontou que os atendimentos mensais atrapalhavam, em certa medida, a permanência no emprego. Esses atendimentos aconteciam uma vez por mês e em horário comercial. *“Querendo ou não já é complicado você ser contratado depois de sair da cadeia. Ter que pedir liberação pra sair uma vez por mês pra acompanhamento complica mais ainda”*.

A realidade de Alisson, na época da entrevista, seus objetivos, seus interesses e a forma de compreender a vida são diferentes de outrora. *“Quem me conhecia antes, quando eu ‘tava’ no crime, e me vê hoje, nem acredita..., porque é muito diferente minha mentalidade e tudo...”*. Ele relatou que anteriormente seu interesse era o crime e o uso de drogas, mas depois passou a ser o cuidado com a família.

Alisson destacou sua vontade de ficar em casa na companhia de sua esposa e de sua filha, de não possuir vícios; de sair para trabalhar cedo todos os dias – *“não é fácil, mas o dinheiro vale o dobro”*. Sua vida não estava agitada como em outros momentos. Ele não saía mais para festas como era acostumado, mas afirma que *“é o que escolhi pra mim”*.

Outro elemento bastante presente na vida de Alisson é a religião. Após o retorno para o meio aberto ele estabeleceu uma relação mais próxima com a Igreja Evangélica, como mencionado. Recebeu o apoio da família para tanto, principalmente da mãe que o incentiva a estar nesse meio (apesar de ela seguir a religião católica). Ele começou a se dedicar para seguir os ensinamentos e os conselhos da Igreja, como os de não usar drogas e trabalhar de forma lícita. *“Eu não ‘tô’ 100%, porque eu não consigo largar o cigarro, mas eu faço o máximo pra conseguir continuar nesse caminho”*.

Todos os finais de semana ele, sua esposa e sua filha frequentam os cultos. *“A Igreja que a gente vai é dos pais de um amigo que ‘tava’ preso comigo. Eles sempre foram evangélicos e o filho deles ‘tava’ louco e perdido no mundo”*. Alisson contou que após sair do regime fechado, esse amigo também começou a frequentar ativamente a Igreja Evangélica com a esposa. Essa Igreja, em específico, possui como adeptas pessoas do círculo de amizades de Alisson desde quando ele traficava. *“Ali tem muita gente que, se lembrar o que a gente fazia, não acredita que ‘tamo’ na Igreja hoje..., mas é isso aí, ‘tamo’ junto nessa”*.

Assim como o envolvimento num grupo fora marcante para o ingresso dele na criminalidade, o engajamento com esse outro grupo, agora num novo contexto, tem sido um suporte para manter-se longe da criminalidade. A religiosidade apresentou para Alisson um modelo de ações a serem seguidas, as quais ele assume para sua vida atualmente.

Ele ponderou que se quando tinha treze anos possuísse a forma de ver a vida como vê hoje, já estaria “estabilizado”, no sentido de saber seus planos para o futuro, suas metas e objetivos, e as teria alcançado.

Quando indagado sobre o futuro, ele afirmou o seguinte: *“eu acho que pensar no futuro, quem planeja ‘pro’ futuro é rico, é gente que tem dinheiro mesmo...O pobre sonha”*. Ele complementou que pessoas que possuem dinheiro têm a possibilidade de planejar o futuro, e que aquelas que não detêm grande poder aquisitivo se preocupam mais com viver o hoje, ou seja, sobreviver. Essa afirmação alude a ideia que Sartre (1960/2002) apresenta, de que “o projeto deve necessariamente atravessar o campo das possibilidades instrumentais” (p. 90) do sujeito, e apesar disso, em toda e qualquer situação, há a construção de um projeto, independente do espaço de abertura para possibilidades que a concretude oferta.

Alisson prosseguiu apresentando que o que “sonha” para a própria vida é que sua filha tenha saúde, que ele continue trabalhando e que não falte o essencial para a vida de sua família (alimentação e moradia). A longo prazo, ele se vê comprando uma casa junto de sua esposa, ambos acompanhando a vida da filha (e de outras filhas que planejam ter).

Entendendo sua necessidade de sustentar a esposa e a filha, Alisson se projeta para continuar trabalhando formalmente e, se preciso, em mais de um emprego. Nesse momento de sua vida, valoriza o tempo com sua família e cuidar dela é seu projeto maior. Em seu relato aparece um pesar por sua condição material, que objetivamente o limita em seus planos, restringindo os instrumentos que possui para agir, como pontua Sartre (1960/2002).

Sobre a presente pesquisa, ele elogiou a iniciativa de ouvir as pessoas que passaram pelo regime fechado. Ainda, expecta que nós (pesquisadoras) possamos levar um olhar mais humanizado para outras pessoas acerca desse público, *“pra sociedade crescer com esse outro*

olhar, porque têm vários que vivem que nem eu agora, que fizeram até coisa pior (mataram, roubaram), mas hoje têm outro sentido na vida”.

Alisson enalteceu a posição das pesquisadoras enquanto ouvintes, pois abrem uma possibilidade para ele e para os demais sujeitos, que passaram pelo regime fechado, de serem ouvidos. *“Antigamente a gente não tinha o direito de falar não, agora vocês estão dando essa oportunidade, isso é muito bom”.*

Ao final da entrevista, já nos despedindo, Alisson me questionou sobre a validade dele estar participando da pesquisa e sobre como eu o tinha percebido naquela conversa. *“Eu não vim aqui à toa também, né? Você é psicóloga, o que você percebeu de mim, de personalidade e tal? Coisas que só vocês entendem...”.* Percebi o quão era importante que ele tivesse um retorno meu sobre ele. Diante dessa necessidade, falei para ele que compreendemos cada sujeito diante das possibilidades que ele tem e das escolhas que ele faz diante disso. Enfatizei a importância de que, apesar de ele não ter o dinheiro que sonhou, ele foi capaz de fazer planos para o futuro, dentro de suas possibilidades, ou seja, pôde escolher o que é viável conseguir, pelo menos no momento: estar com a família, cuidar da filha. Ao final ele concordou e disse que *“era isso mesmo”.*

Interessante refletir sobre como buscamos satisfazer nossas necessidades. Se, na dimensão ontológica somos vazios de ser, e por conseguinte, somos desejo de ser, na dimensão sociológica somos carentes do outro e na material muitas vezes carecemos de recursos para (sobre)viver. Ainda que Alison optasse por situações que lhe proporcionavam prazer, evitando as que o implicavam com deveres, parece-nos que sua maior apreensão era lidar com a ausência do outro, especialmente, a de uma companheira.

Criado por uma família com valores conservadores, Alison, como Carlos, precisava performar a função do “homem” e para isso entende que precisa de uma mulher dependente dele. O vazio deixado pelo rompimento com Jeniffer foi o alegado para entrar no mundo do crime. Compreendemos, porém, que esse rompimento abalou o seu ideal de “ser homem”, e sem saber o que fazer com isso, as drogas puderam lhe proporcionar uma fuga, a princípio, interessante.

Na condição de considerar que sua reabilitação é de responsabilidade de Deus, apostamos que seja por sua escolha, principalmente, por ter preenchido seu vazio com a função de companheiro e de pai. Como para Carlos, a religião foi/é significativa para Alison. Com base na religiosidade está conseguindo se orientar entre o “certo e o errado”, conforme relatou, delegando à instituição religiosa a responsabilidade pelas suas decisões e pelo julgamento de si.

Igualmente como Carlos, Alison tende a utilizar da má-fé para justificar algumas de suas ações. Ele se isenta de responsabilidades diante de escolhas que realiza e que não consegue assumir. Essa (má) crença que o isenta de certos comprometimentos é uma saída que, ao mesmo tempo em que o alivia da angústia, também o deixa desprotegido com o que fazer frente o aliciamento do mundo do crime.

Novamente percebemos que a família, a religião e os valores reacionários ocupam um lugar significativo na vida desses egressos. Como dissemos, essas instituições e valores ocupam um espaço que o Estado não se apropria, como a orientação, o suporte, o cuidado e a proteção da humanidade do outro. Por marcadamente se mostrar alheio à população, principalmente à mais pobre, ao se inserir na realidade dessas pessoas como um órgão punitivista, o Estado deixa de alcançar os objetivos para os quais foi criado (no caso do cárcere, a (re)socialização), deixando esta função para a família e/ou para as instituições religiosas.

3.3 Pedro

A última entrevista foi realizada com Pedro. A Universidade em que ocorreram as entrevistas anteriores estava em recesso pelo final do ano letivo, então me desloquei até o local em que o entrevistado trabalhava e morava (no momento, ele era eletricista automotivo e residia na oficina). Logo que cheguei, Pedro dispôs dois bancos de carro desmontados para que sentássemos. Iniciamos a conversa, sendo por vezes atravessada pelos cachorros que moravam ali. Pedro estava em regime semiaberto e respondia diferentes processos, sendo o mais recente por roubo, e fora acolhido pelo Programa Patronato pouco antes de ser fechado. Ele possuía 25 anos na época da entrevista, era solteiro, branco e sua filha estava com dois anos de idade.

Uma infância de violências

“Eu acabei perdendo a infância, perdendo a inocência muito cedo..., e uma coisa bem forçada, uma coisa que não foi uma realidade de uma criança ‘normal’, foi uma realidade bem distorcida e daí isso aí vai puxando...” (Pedro)

Pedro nasceu no ano de 1994, em uma cidade do interior do Estado do Paraná. Contava na época da entrevista, início de 2020, com 25 anos. Relatou que *“vem de família pobre. Meu pai e minha não tinham nada”* quando se casaram, e para viver a relação precisaram fugir. Um

dos avós de Pedro não aprovava o relacionamento entre ambos. De antemão, observamos uma família com poucas condições financeiras para (sobre)viver e com relações interpessoais conflitivas.

No início da vida de casados, os pais de Pedro trabalhavam em fazendas cuidando de gado. Eles tiveram 4 filhos: um homem e uma mulher mais velho(a) que Pedro e uma mais nova. Foi nesse contexto em que Pedro e seus irmãos nasceram. O irmão mais velho é falecido (Pedro não se aprofundou nesse ponto). Quando Pedro tinha cerca de um ano de idade seus pais mudaram para uma cidade maior, também no Estado do Paraná.

Pedro relatou que o relacionamento familiar era “conturbado”; além de uma situação financeira precária, segundo ele, os pais “viviam se matando (brigando)” e a “mágoa era descarregada” nos filhos. Ele contou que não faltava o básico para sobreviver (“arroz e feijão”), mas estar em casa para se alimentar era difícil, porque junto com a alimentação tinham as brigas e ele “nunca gostou de apanhar”. Sartre (1960/2002) indica que as experiências vividas na infância desvelam “nossas primeiras revoltas, nossas tentativas desesperadas para superar uma realidade que sufoca, e os desvios, as distorções daí resultantes” (p. 83). A difícil relação familiar fora internalizada por Pedro, que passaria mais tarde a encontrar meios para se afastar dessa situação violenta.

Além disso, ainda que criança, Pedro almejava ter um tênis ou uma roupa da moda, o que não era possível ser custeado pelos pais. Como sinaliza Sartre (1960/2002), inicialmente é através da família que o sujeito passa a vivenciar sua classe, sendo apresentado a ela na singularidade familiar. A condição financeira dos pais de Pedro lhe apresentara possibilidades e também limites, o que é constatado por ele desde sua infância.

Pretto e Langaro (2012) ressaltam que muitas vezes os familiares se encontram impossibilitados de oferecer as mediações necessárias para a criança se constituir como um ser que escolhe, reflexiva e criticamente, diante de sua realidade. Isso ocorreu com Pedro, que ao se deparar com um ambiente violento o entendeu como ameaçador. À vista disto, a saída que considerou possível foi a de fugir de casa. No entanto, em alguns momentos colocou-se em risco eminente na rua.

A partir dos cinco anos, quando podia, afastava-se de casa, e por vezes dormia na casa de parentes ou de amigos. Esse movimento elucida a criança como sendo produto dessa realidade a qual está submetida, e ainda produtora dessa, pois a transcende e singulariza os acontecimentos dados, como explana Pretto (2013).

Desde esse primeiro período de existência o sujeito age e dá contornos ao seu projeto de ser, lançando-se para uma ou outra direção. Sartre assegura que “o acaso não existe, ou, pelo

menos, não como se acredita: a criança torna-se esta ou aquela porque vive o universal como particular” (Sartre, 1960/2002, p. 56). Veremos, então, como Pedro lidou e buscou superar a **violência** e a **escassez** iminente em sua realidade.

O contexto da rua possibilitou o contato de Pedro com “os caras enturmados” [*sic*], que eram mais velhos que ele. Por volta dos 8, 9 anos, Pedro viu neste grupo de homens um contexto de acolhimento e pelo qual foi apresentado ao “mundo da rua”. Desejando satisfazer suas necessidades materiais, transcendendo a realidade familiar posta, passou a apreender os meios pelos quais era possível conseguir dinheiro. Usar armas; “*sair para beber toda a noite..., era bem distante da infância de uma criança*”.

Assim, Pedro viveu sua infância intimamente afetado pelos demais grupos em que se inseriu. Pretto (2013, p. 624) afirma que

a criança se faz pelo e no atravessamento de seu contexto antropológico (língua, cultura, valores, época, lugar, objetos) e sociológico (grupos em que imediatamente está ligada e que tem importância efetiva e afetiva na constituição de seu ser) e pela apropriação que for capaz de realizar (psicológico), como sintetiza Schneider (2011). Seu pertencimento a um contexto indica um campo de possíveis para construir a história e, ao mesmo tempo, impõe a ela ser um acontecimento singular, na medida em que ela fará alguma coisa do que lhe acontecer.

Conhecendo essa realidade de satisfação de seus desejos, lançou-se às possibilidades que apareciam e que eram interessantes para ele. O compromisso com os estudos tornava-se cada vez menos atraente. A escola aparecia em sua vida como uma obrigação incômoda de ser cumprida, então, Pedro frequentava a escola praticamente quando queria ou quando o Conselho Tutelar o obrigava.

Pedro era uma criança que sugeria apresentar habilidade para realizar o projeto dos “caras”, principalmente por sua estatura física: uma criança pequena (ainda que comparada às outras crianças de sua idade) passava por frestas que não caberia um adulto; correr com leveza, oportunizava-lhe fugir dos policiais, escondendo-se com facilidade. Freitas (2018, p. 165) afirma que “o grupo organizado é autônomo para se produzir, inclusive capaz de produzir os indivíduos que o realizarão”. Fora, então, instruído pelos “caras” sobre o que tinha que roubar, o que podia fazer e como deveria fazer. Os primeiros pequenos furtos ocorreram em casas, como, por exemplo, roubar panelas de alumínio e vende-las para comprar doces. Ele compreendia as determinações materiais e as organizava subjetivamente, avaliando quais eram suas necessidades e como iria superá-las, como alega Sartre (1960/2002). Pedro via nos doces e nas roupas novas, uma necessidade, um desejo de **ter** – este produzido pelo contexto social

–, mas que não lhe era possível obter em condições “normais”. Os roubos, por seu turno, foram um meio encontrado por ele para satisfazer seus desejos.

A ambição de possuir bens, com os furtos, foi progredindo. Segundo Pedro, os “caras” passaram a orientá-lo a pegar “*DVD, TV, eletrodoméstico etc.*” ao invés de panelas, haja vista que estes objetos “*renderiam 4, 5 vezes mais o valor*”. Aos 10 anos, Pedro já possuía seu revólver, realizava assaltos em caminhões de entregas, em bares e mercados. Pretto (2013, p. 623) nos fala sobre a infância enquanto

um acontecimento histórico, produto de uma complexa dialética do tecido social, diferenciada conforme tal tecido, o que leva à impossibilidade de falar de uma infância, mas de infâncias, rompendo com a noção de naturalização e universalização; [...] as crianças forjam o seu ser a partir de um confronto de projetos posto pelo seu contexto familiar e sua rede de relações, constituindo seu projeto de ser como uma realidade nova, rompendo com o determinismo; que as crianças possuem um saber legítimo, não sendo seres puramente passivos, rompendo com a visão adultocêntrica.

Considerar uma criança portando revólver e realizando assaltos está longe daquilo que imaginariamos como infância. Olhando com 25 anos para essa situação, Pedro alega que não entende sua infância como “normal”, ou sequer afirma que teve uma infância. O que vemos aqui é uma pessoa que, com pouca idade, apreendeu suas necessidades materiais e afetivas e encontrou no grupo dos “caras” e na criminalidade meios para satisfazê-las.

É interessante observar que o investimento que se faz em um trabalhador formal, desenvolvendo suas habilidades, suas ambições para crescer profissionalmente e obter maior renda, ocorre também no contexto da criminalidade. Este investimento em “educação infantil” acontece dentro do contexto em que estão inseridos, considerando os limites e possibilidades que possuem para agir. Ao apreender, no seio de sua família, um meio escasso de bens e de afeto, pelas suas fugas, Pedro encontrou uma via para obtê-los. O meio acessível a Pedro era pelo acolhimento dos homens mais velhos, ou seja, “os caras”. Estes o ensinavam e o incentivavam a superar suas conquistas com furtos mais lucrativos e com seu instrumento de trabalho – uma arma.

Pedro morava em uma comunidade carente (conhecida popularmente como favela). Em uma cidade, essas são localizadas em bairros distintos e fazem sua própria jurisdição. São comunidades que têm seus grupos soberanos e que se enfrentam mutuamente com tiros, brigas etc., ou seja, cada grupo faz o que é possível para ganhar o confronto. Esta “guerra” entre grupos soberanos tem a função de validar o poder de determinado grupo sobre os outros, além

de causar, diante da ameaça, o efeito de integrar e aproximar os participantes do grupo ao qual pertenciam.

Naquela época, Pedro foi pego pela polícia e estava com o seu revólver; contudo, o policial que o revistou fez com que um outro “cara” mais velho do grupo assumisse o revólver como seu. Este acontecimento, ao chegar ao conhecimento de seu pai, possibilitou-lhe que soubesse em quais condições sociais o filho estava inserido. Para retirá-lo deste meio, seu pai o levou para morar numa fazenda e ajudar o tio, que era o caseiro e cuidava da criação de gado nessa fazenda. Ao relatar a estrutura “grandiosa” da fazenda, que teria de 500 a 600 alqueires, e que para percorrê-la a cavalo demorava em torno de meio dia [sic], Pedro mostrou-se embevecido com a riqueza de bens do ambiente que trabalhava. “*Era uma coisa bem gostosa*”, disse ele.

Uma vez por mês visitava os pais aos finais de semana e aproveitava para encontrar com seu “*bandinho, a molecada que estava comigo*”. Percebia, contudo, que “*o que eu fazia, que era ter coragem de ir assaltar um barzinho, assaltar um caminhão, isso e aquilo*” fora um estágio ultrapassado pela “*molecada, (eles) já estavam fazendo assalto, já estavam matando, já estavam numa situação bem avançada, e eu tinha estacionado, tinha ficado para trás*”.

Seu tio tem um filho da idade de Pedro que também morava nessa fazenda. Segundo Pedro, seu primo era ingênuo.

Eu cheguei lá e o menino não sabia nada, nunca tinha beijado na boca, nunca tinha, digamos, ‘gaseado’ (faltado) aula; nunca tinha feito nada; ele era zuado (zombado) por várias outras crianças que implicavam com ele. Eu cheguei lá desvirtuando o menino, cheguei causando (aprontando, chamando a atenção).

Ao contrário do orgulho com que contou que ensinou várias coisas ao seu primo, com desconforto relatou que sempre foi “*péssimo*” na escola. Este era o seu “*tormento*”, enquanto a fazenda ele “*amava*”. Por não se entender com a Diretora da escola, considerando que, para Pedro, ambos não se gostavam, sua tia recebia ligações diárias apresentando queixas sobre ele. Por sua vez, a tia informava seus pais sobre essas reclamações. Diante de avisos, “xingamentos” e conselhos de seus pais e tios, Pedro não apresentava mudanças, “*não queria saber daquilo*”, afirmou ele em relação à escola e aos conselhos da família. Sentindo-se confrontado pelos seus atos, depositário da raiva e da impotência de seus pais e tios diante de suas ações, e percebendo a pressão como se fosse o único responsável pelos acontecimentos, Pedro escolheu fugir da fazenda e pedalou 48 km de bicicleta até a cidade de onde viera, ficando nessa por uma semana sem contatar seus pais.

Naquele momento, Pedro constata significativamente a solidão e o desamparo que vinha permeando sua vida até então. Sartre (1946/1973) assevera que diante das escolhas que fazemos, estamos sós e sem desculpas, e a apreensão dessa condição existencial gera angústia, haja vista deparar-se, também, com as possíveis consequências de seus atos, que serão de sua responsabilidade. Pedro vivencia a solidão de forma imediata, irrefletida, naquele momento e no decorrer de sua vida.

O pai fez contato com ele, e Pedro o avisou que se retornasse à fazenda ele iria fugir novamente, e foi o que ocorreu. Ficou desaparecido cerca de uma semana, sem contato, pois jogara seu celular fora. Retornou à casa dos pais; estes o matricularam na escola, *“aí foi questão de mais ou menos uns três meses para entrar no ritmo de outros meninos, que era vender drogas e praticar assaltos”*. Estar no ritmo dos outros garotos dava-lhe a sensação de estar novamente inserido num grupo, que por sua vez valoriza e enaltece as práticas citadas.

Quando ia para a escola usava vestimentas pelas quais poderia ser identificado com seu grupo, como calças e camisetas largas, que na época estava ligado ao estereótipo de “bandido”. Pertencendo a um grupo, essa experiência ocorria sob o olhar de terceiros que unificam os membros que o compunham; e especialmente sobre esse grupo, os olhares eram carregados de preconceito. Sendo vistos de fora como um grupo, o Ser desse é compreendido por cada membro, como se as respectivas subjetividades diluíssem num Ser do grupo, ou seja, apreenderam em suas singularidades as características do coletivo. *“Até as pessoas mais velhas se não temiam, repudiavam. Então, na concepção ali, era para ser visto mesmo (como um grupo de bandidos)”*. Pedro se vestia de determinada maneira, fumava maconha com os demais bandidos (não exclusivamente pelos efeitos psicotrópicos da droga); pois essas eram ações comuns àqueles que pertenciam àquele grupo. À vista disso, Freitas (2018) discorre que a experiência de identificação com o outro faz com que os sujeitos se sintam unidos, *“amenizando a angústia da solidão que a existência enquanto indivíduos exige”* (p. 155).

Nessa época, Pedro conheceu seu primeiro “mentor”: um adulto que viria a instruí-lo de forma particular. Esse rapaz era um “nóia”²⁹, fumava maconha e usava outras drogas. Pedro afirmou que fumava apenas maconha, e o mentor falava que o objetivo/meta deles, naquele momento, era praticar assaltos, conseguir dinheiro e comprar outras drogas para que ele experimentasse.

Após um dos furtos realizado por ambos, Pedro e seu mentor foram até um indivíduo mais velho (também praticante de crimes) para vender os pertences adquiridos. Esse homem

²⁹ O termo “nóia” refere-se à uma pessoa que consome grande quantidade de drogas.

perguntou-lhes se usavam drogas, e Pedro revelou que fumava maconha e que seu mentor o estava incentivando a usar crack. Naquele exato momento os outros homens que estavam na sala afastaram Pedro e espancaram o mentor, “*porque (o mentor) estava incentivando uma criança a fumar crack*”. As regras de conduta no mundo do crime são levadas à risca, principalmente a proteção de mulheres da família (mães, irmãs) e crianças, sendo inadmissível a conduta do mentor.

A partir deste acontecimento, os tais “ladrões mais velhos” passaram a acolher Pedro. “*Todo dia que eu ia lá eles me levavam para a padaria para comprar um iogurte; compravam bala; compravam as coisas pra mim, e, em contrapartida, me davam revólver, me davam umas coisas pra eu guardar*”. Pedro falava desses homens com admiração, expressando o quanto eles foram exemplo para ele enquanto criança. Com esse grupo de pessoas ele passou a ter atenção, cuidado e *status*. Além disso, as atividades criminosas proporcionavam dinheiro e bens para o menino, isto é, sua “profissão” rendia-lhe frutos, e por ela conseguia cumprir o futuro-fatalidade apontado pelos capitalistas (o consumo, a aquisição de bens). No entanto, para tal feito, alienava-se, igualmente a qualquer outro(a) trabalhador(a), no *status quo* da hierarquia da organização social do trabalho criminoso. Pedro asseverou que

A rua me proporcionava uma coisa que era o status. Eu, por mais que fosse uma criança, na escola eu era o mais descolado, era o que mais levava balas (doces), que levava as coisas, que tinha as coisas. E ali né, tudo vai seduzindo, tudo vai atraindo.

A relação entre os membros do grupo, ao qual passou a pertencer, era baseada em trocas: os ladrões mais velhos deixavam armas e drogas com a criança, considerando que nenhum policial revistaria uma pessoa tão jovem; em contrapartida, Pedro recebia balas, doces, bebidas alcoólicas, maconha – estes eram, nessa condição, os pagamentos pelo seu trabalho. A organização deste trabalho (roubos e furtos) considerava o olhar dos(as) policiais(as) sobre as pessoas que pertenciam àquele grupo, encontrando em Pedro um meio para se esquivarem da situação e diminuir o risco de serem presos.

Pedro, ainda criança, colocava-se ativamente nessa relação com os homens mais velhos, ainda que o fizesse de forma alienada, tendo em vista que não possuía habilidade suficiente para refletir criticamente sobre o que lhe acontecia. Apesar de não se reconhecer como aquele que faz a si mesmo, ele escolhia suas condutas, como aceitar se inserir nesse espaço e realizar algumas tarefas solicitadas a ele. Tal visão de si (ou não olhar para si, na maior parte das vezes), marca a conduta irrefletida dos primeiros anos de vida, como menciona Pretto (2013).

A essa altura ele recebera uma função importante: a de ser guardião dos instrumentos de trabalho do grupo e de seus produtos - as armas e as drogas. Para Pedro, essa era a parte

mais importante dessa relação – ser responsável por algo, sentir-se importante e ser reconhecido. A estratégia para não serem pegos funcionava, “*não tinha argumentos para a polícia invocar (implicar) com eles, e eu corria da polícia com as armas, corria com tudo, com as drogas, com tudo que tinha.*”

Conforme indica Freitas (2018), a organização de um grupo pode implicar na distribuição de tarefas e funções, “de acordo com as necessidades que determinam fins comuns do grupo” (p. 164). No caso do grupo que Pedro pertencia, o projeto era a superação da situação material através de atividades criminosas. Ao fazer-se membro daquele grupo, Pedro passou a receber e assumir funções específicas.

A proteção e a orientação recebida por Pedro nesse contexto, fizeram com que ele se afastasse das drogas consideradas por ele “mais pesadas”, como o crack, que outrora visava experimentar. “*Eles que tiraram uma grande probabilidade de eu ser uma pessoa dependente de droga hoje*”, relatou Pedro. Após esse apadrinhamento, ele afirmou que continuou usando cocaína, bebidas alcoólicas e maconha, somente com o objetivo de se divertir em festas e ainda assim, ratifica, de forma esporádica.

Algumas detenções

*“A necessidade fez o menor se envolver
Com 13 começou a usar, com 15 a vender
Não tem nada a perder, então, vai parar pra quê?”.
(Dj Alok, Dj W, Mc Davi, Mc Hariel, Mc Ryan SP &
Salvador da Rima, 2020)*

Sua primeira detenção foi provisória e por assalto. Ela ocorreu quando ele estava com 13 anos, permanecendo no Centro de Socioeducação (Cense) por trinta e um dias. A segunda detenção foi por vinte dias; a terceira por onze meses e meio; a quarta por um ano e dois meses e a quinta por mais de um ano. Antes de completar 18 anos, Pedro teve vinte e oito passagens pela polícia e foi detido por 5 vezes (entre detenções provisórias e internamentos), todas por assalto. Segundo ele, naquele momento praticar assaltos e manter esse estilo de vida “*era uma coisa que eu queria para mim; era uma coisa que eu não tinha interesse em mudar. E com isso a gente vai conquistando né, e perdendo ao mesmo tempo*”.

Quando estava em regime provisório no Cense, ficava alojado com outros quatro a cinco meninos. A rotina semanal contava com quatro aulas diárias de segunda à sexta-feira, saindo do alojamento nos dois turnos para estudar em escolas comuns. Diferentemente, as

internações possuíam alojamento individual, entrando em contato com outros adolescentes apenas quando saía para as atividades rotineiras do dia. A rotina era de escola tradicional, com duas aulas de manhã e duas à tarde, algumas delas no próprio estabelecimento socioeducativo. Um dos dias da semana era destinado apenas à recreação.

O tempo que passou detido e/ou internado nessas instituições, foi compreendido por Pedro como uma possibilidade que ele teve de aprender desde a conversar com pessoas diferentes de seu grupo até a viver naquele ambiente. Diante da falta de acolhimento e orientações dos pais, o contexto em que ele vivenciou essas atitudes fora com os grupos criminosos. A estadia no Cense oferecia a oportunidade de ser acolhido e orientado por outras pessoas, além dos companheiros de crime.

Ele entendia que tinha colocado a si mesmo naquela situação, vivenciando a solidão e a responsabilização por seus próprios atos, e buscava aproveitar ao máximo as atividades ofertadas; quase terminou o ensino fundamental, fez curso de corte e costura industrial, de oratória e de informática básica. *“Então, eu tentei aproveitar da melhor forma possível”*. Pedro aproveitou as oportunidades que eram apresentadas a ele naquele espaço, elucidando a indissociabilidade entre aquele que escolhe e as opções disponíveis na concretude.

Porém, *“também tem um lado ruim”*. Quando foi detido a primeira vez, Pedro era capaz de assaltar um caminhão de pequeno porte ou um barzinho. Pelo convívio com os outros adolescentes e pelo tempo que estava sozinho no alojamento, ao sair para o regime aberto possuía *“um pouquinho mais de experiência, com um pouquinho mais de ideias, e assim vai...”*. Seguindo a ideia de aproveitar a situação em que estava, Pedro via, igualmente nesse contexto, oportunidades para aprimorar suas práticas criminosas. Complementa, afirmando o seguinte: *“você tem o espaço para aprender o que é bom e aprender o que é ruim, mas geralmente você aprende mais o que é ruim”*.

Quando estava em uma situação com possibilidades restritas, como quando internado ou detido, Pedro fazia suas escolhas de acordo com a realidade tal qual estava sendo apresentada a ele.

Por exemplo, eu tenho uma atividadezinha por dia para sair para mim fazer [sic], por mais chata que seja, mas se eu ficar dentro do alojamento sem colchão é muito pior. Então, digamos assim, a gente tentava se adaptar da maneira que podia.

Pedro aproveitava os momentos detido com o intuito de retornar às atividades criminosas quando saísse da instituição. Ele reafirmou que os crimes são cometidos para melhorar as condições da vida que se leva quando em regime aberto, sempre achando que *“tudo vai dar certo”*, jamais com o intuito de retornar ao regime fechado.

Sobre os momentos fora do ambiente institucional, ele relatou que *“na rua, digamos, tem a diferença de você dizer que você é alguém ou que você não é ninguém”*, e ele optava por ser alguém. *“Eu achava que eu era foda, achava que ninguém podia me parar, que eu faço minha regra minha lei, e tudo do meu jeito”*. Até então, Pedro se idealizava como uma pessoa onipotente, por poder alastrar-se nos espaços públicos e privados apoderando-se, inclusive, do que era de outrem e, até então, sem encontrar limites. No entanto, a partir dos 15, 16 anos, Pedro afirmou que passou a distinguir o que é certo e o que é errado, mas a essa altura *“tudo era conveniente”*. Era vantajoso para ele seguir as ações que empreendera e continuar praticando roubos.

Pedro conhecera um mundo pela perspectiva que os *“caras mais velhos”* quiseram lhe apresentar, posto que essa concepção também coincidia com suas necessidades. Essas possibilidades de ser e viver eram as únicas sentenças conhecidas. Mesmo quando começa a refletir sobre suas escolhas, ele opta por continuar nesse contexto que lhe era comum.

Pedro deixava explícito à sua mãe e ao seu pai que optara por estar imerso nas atividades criminosas *“por livre e espontânea vontade”*, e quando estava preso, tentava limitar a visitação deles, ponderando também a humilhação que precisariam passar para entrar naquele espaço (revistas íntimas, por exemplo). Entretanto, falou com conforto que sua família nunca *“virou as costas”* para ele, tentando sempre se fazer presente na medida do possível. Quando saía das detenções e/ou internações, retornava para a casa dos pais. Essa família que o causara sofrimentos na infância passou a ser compreendida por Pedro por uma consciência generosa.

Durante os meses e anos que esteve detido, teve acompanhamento psicológico por psicólogas das instituições penais pelas quais passou. Pedro relatou que gostava de ter alguém com quem conversar e desabafar, e que era prazerosa a sensação de ser escutado. *“Só que assim, tinha o outro lado da situação: tudo que eu falava tinha um empecilho que aquela pessoa (psicóloga) está me avaliando, minha liberdade depende daquela pessoa”*. Essa dinâmica ocorre pela compreensão dos detentos de que a função da Psicologia nas penitenciárias é tão somente de caráter avaliativo. O diálogo, portanto, passava por assuntos relativos a sentimentos e à maneira de agir, segundo seu relato. Ele encontrou no espaço de escuta um momento em que era possível ter voz e sentir alívio, mas o contexto em que estava não lhe dava segurança suficiente para falar abertamente sobre todos os assuntos (principalmente os ligados à criminalidade).

Aprimorando os crimes

Pedro alegou que no início da juventude não tinha motivação para buscar algo diferente do crime, pois ninguém dependia dele. Os pais se separaram, então pararam as brigas, e as irmãs casaram. Quando relatou essa falta de dependência, Pedro traz à tona o vínculo frágil com sua família, *“minha mãe e meu pai... a gente tinha uma conversa a cada dois, três meses, que era complicada, mas não foi aquele acompanhamento..., eu não tive alguém acompanhando, cuidando, me limitando e coisa e tal”*. Ele expôs que sente falta de ter recebido orientações e limites dos pais no passado, chamando esse vínculo de “motivação”.

“Até os 21 anos, mais ou menos, era sempre na mesma: entrava e saía, entrava e saía (do presídio)”. Houve vezes em que ele permaneceu sete dias na rua, praticou assalto(s) nesse tempo e retornou ao regime fechado em menos de uma semana. Sobre as prisões em penitenciárias e/ou delegacias penitenciárias, alegou, com certo nervosismo, que se as condições da detenção *“de menor [sic] era ruim, a de maior [sic] mil vezes pior”*.

O ambiente das penitenciárias maximiza as nuances humanas, colocando à mostra características que são mascaradas na sociedade comum. *“A cadeia de maior [sic] me mostrou várias faces, (aquelas) que a gente só ouve falar”*. Neste relato, Pedro se referiu aos ostensivos mecanismos do capital que puderam ser vistos nitidamente por ele a partir dessa experiência, ou seja, sugeriu que esses mecanismos, na detenção, são expostos a “olho nu”, isentos de ideologias que forjam a realidade. Dentro desse espaço, *“se você tiver dinheiro você é tudo, se você não tiver você é nada”*, afirmou ao explicar que quando se tem dinheiro se tem acesso às drogas, bebidas alcoólicas, mulheres etc., e quando não se tem dinheiro *“infelizmente até comer fica difícil”*.

Em relação aos momentos que passava na rua, Pedro considerou que é semelhante a *“estar numa selva”*, porque precisava fugir da polícia, dos outros bandidos e se manter vivo. Por estar no crime, era necessário estar preparado para tudo e disposto a tudo. Esse círculo social também é marcado por conflitos entre gangues e entre os próprios parceiros. *“Você não pode dizer que você vai ali pra ser mais ou menos, porque isso aí não cabe”*, disse Pedro ao relatar que tanto no regime aberto quanto preso ele precisava *“sustentar um nome”*.

Ele contou que nessa altura alguns de seus amigos passaram a matar e cometer crimes contra vidas alheias, *“viraram monstros”*. Observamos a compreensão de Pedro sobre a qualidade dos crimes cometidos, onde crimes envolvendo apenas bens (como roubos e furtos) seriam aceitáveis, mas cometer crimes contra a vida são condenáveis. Ao explicar esse caminho tomado por alguns amigos, Pedro relatou que quando se tem uma arma e descobre o que é

possível fazer com ela, *“parece que te dá superpoder”*. Ao falar sobre o uso de armas de fogo, Pedro enalteceu o prazer contido no ato de ferir outra pessoa – *“é muito gostoso, a sensação é ótima”* –, e aliado ao *status* que é atribuído àqueles que a usam, é

difícil tomar decisões coerentes em determinadas situações, ponderando o contexto e os motivos envolvidos no conflito...É por isso que eu vi muita fatalidade... Você geralmente nem tem dimensão da consequência, do tamanho do estrago que você faz na sua vida e na vida dos outros.

Pedro sabia que roubar desarmado colocaria sua vida em perigo. Seu intuito nunca foi atirar e ferir alguém durante um assalto, mas sabia que era possível que ele o fizesse. Ele alegou ainda, que nunca saiu para matar, mas também nunca saiu para morrer, então tomaria a decisão necessária para se proteger. Aqui podemos novamente perceber os extremos que regem a vida neste contexto que Pedro edificara a sua. O outro se tornara objetivamente perigoso e poderia colocar sua existência concreta em risco. O uso possível de violência, nessa situação, é compreendido por Sartre como a deliberação de alcançar um objetivo, independente do meio utilizado, como apresenta Almeida (2011).

Para realizar os assaltos, sem causar maiores danos para a pessoa assaltada, Pedro fala de uma “postura”, uma maneira de abordar a vítima que desse dignidade a ela, para que assim ela pudesse conquistar novamente um objeto similar ao subtraído. *“E sempre busquei roubar de quem tinha, de quem, digamos assim, era de uma realidade diferente da minha”*. Sartre (1960/2002) analisa que dada ação individual, assim como observamos na narrativa de Pedro, é uma particularização da revolta coletiva das pessoas pertencentes às classes baixas em relação àquelas detentoras de bens, que as caracterizam como excedentes. Ainda que Pedro agisse de determinada maneira, ocupado de seu destino pessoal, essa relação entre descontentamento coletivo e obsessão pessoal configura-se como uma demonstração política, sendo essas faces inseparáveis de uma mesma situação.

Apesar de ter conseguido distinguir “o certo e o errado”, e as consequências dos seus atos, Pedro afirmou que era “natural” para ele praticar roubos. Pelos constantes roubos realizados, quando entrava em qualquer ambiente que possuía dinheiro ou algum bem material de valor considerável,

involuntariamente meu corpo, meu psicológico, já entravam analisando se tinha um policial, se tinha alguém cuidando, se tinha algum sistema de vigilância, câmera; qual que era a dificuldade para entrar, para sair, qual que era o melhor ponto para sair do ambiente, então era uma coisa muito possessiva.

Além disso, Pedro relatou sobre a adrenalina que a prática do assalto proporciona, “*era o ápice, o grande momento do dia*”, perdendo apenas para a prática de relações sexuais. A criminalidade fazia parte do estilo de vida dele, mas sua vivência sugere ser ambígua, tal como deve ser a experiência com drogas ilícitas. Na condição de o usuário saber dos perigos das consequências do uso, no ato em si o prazer parece suplantar as infortunas decorrências. O prazer e o poder vivenciados na criminalidade, igualmente devem preencher alguma carência que habita Pedro, ao ponto de justificar sua continuidade nesse meio.

Buscando aumentar o ganho de dinheiro, Pedro passou a ser fornecedor de drogas em larga escala, e ao contar sobre essa estratégia, elucidou que traficava em grandes quantidades e para grandes centros, como no Estado de São Paulo. Novamente a ambição financeira e de *status* aparecem em sua fala. Com o exercício combinado de tráfico e roubo, ele via os resultados imediatos de sua prática.

O crime passou a lhe render dinheiro. Comprou moto, carro, vivia de ostentação, bebida, festas e armas. “*Cara, era muito bom o tempo que ficava na rua*”. Esse tempo fora dos presídios fazia compensar as estadias na cadeia, mas “*a imaturidade continuava, porque assim, ao mesmo tempo que você ganha você gasta o dobro, então era complicado*”. Apesar de Pedro avaliar essa sua ação como imatura, percebemos que ela expressa o círculo vicioso capitalista da necessidade-consumo-prazer, voltando à necessidade.

A última vez que esteve detido advém de um assalto “grande”, realizado por Pedro e alguns companheiros. Após assaltar uma casa de alto padrão, Pedro fugiu com a caminhonete dos(as) proprietários(as) e nesse caminho foi reconhecido por policiais, que, por sua vez, o seguiram atirando contra o veículo. Percorrendo uma estrada rural e posteriormente descendo do veículo e se embrenhando na mata, ele conseguiu fugir da prisão e das balas a ele dirigidas.

Passada a adrenalina, Pedro ligou para seu pai busca-lo na mata e oferecer abrigo. Ao relatar o pedido de apoio ao pai, Pedro se portou como se essa fosse a escolha mais óbvia e natural a ser feita. Essa atitude evidencia a convicção de Pedro sobre o apoio e suporte da família (mesmo que a relação familiar tivesse seus conflitos). Além disso, apontou para a dúvida em relação ao amparo vindo dos outros companheiros de assaltos e atividades afins.

Ele alegou ainda: “*eu nunca fui bandido dentro de casa, bandido era na rua*”, e complementou afirmando que “*dentro de casa eu sempre fui o Pedro*”. Essas asserções indicam a delimitação da esfera social da identidade. O “eu-bandido”, para Pedro, somente existe fora de casa. Neste âmbito familiar é o eu-filho que é encarnado. Esta assertiva sugere princípios que buscam preservar a imagem da família tradicional, que alinha os papéis sociais

de pai, mãe e filho. *“Até hoje chego (em casa) e peço ‘bença’. Dentro de casa, graças a Deus, nunca tive qualquer incidente, só que na rua é outra coisa”*.

Chegando na casa do pai, após ser resgatado por ele, ambos buscaram notícias em jornais online sobre o assalto, e souberam que outras duas pessoas foram presas – um homem que participou do assalto e uma mulher que esperava no esconderijo a caminhonete dirigida por Pedro. Frente a essa situação, Pedro permaneceu foragido por quase quatro meses, e relatou que começou *“a pagar o advogado já antes de ser preso”*, certo de que retornaria à prisão.

Por esse crime, Pedro permaneceu dois anos e meio numa penitenciária do Oeste do Paraná, e seguindo o ritmo já exposto sobre as outras detenções, afirmou que esse tempo faz com que aqueles(as) que estejam detidos aprimorem seus crimes e aumentem sua vontade de seguir nesse caminho.

Não é que no caso aquilo te influencia, mas a realidade é tão distorcida, a opressão é tanta, é tanta coisa que acontece ali dentro, que cara, você acaba aderindo aquilo, você acaba se tornando aquilo, porque não tem como você pensar diferente num ambiente daquele.

Novamente reconhecemos a realidade material e institucional apresentando possibilidades restritas para as pessoas em detenção, além de exercer novas violências para elas, desde físicas até psicológicas e morais.

Dentro da realidade da prisão, Pedro elucidou que a disposição para mudanças se confunde com a disposição para obedecer às ordens e às regras da instituição. Nesse espaço, *“o sistema em si comprime tanto”*, que algumas pessoas encontram uma possibilidade de ser diferente, inclusive por via das instituições religiosas que estão ali dentro, por exemplo; mas na visão de Pedro, *“é ir para rua que muda totalmente, na verdade”*. Segundo ele, *“o sistema em si é falho, não é um lugar para você ser reinserido na sociedade, é um lugar para você se tornar um monstro de verdade”*. Considerando os objetivos da prisão e a realidade relatada, constatamos igualmente que a instituição penal falha ao escolher meios (opressão e violência) que não levam aos fins esperados ((re)educação e (re)socialização).

Sobre a realidade da cadeia, Pedro afirmou que existem alguns passos que comumente são seguidos para viver melhor nesse ambiente: o primeiro é buscar comprar um celular e o segundo é encontrar alguma pessoa para fazer companhia nos dias de visita. Após um ano detido, Pedro conheceu Diva, que passou a visita-lo e *“a consequência foi a Sara, que é minha filha, e que hoje eu a acompanho desde o primeiro dia de vida dela e pretendo acompanhar todos os outros”*.

Enquanto preso, Diva estava ciente de que Pedro não pretendia mudar de vida, e durante esse tempo foi “os braços e as pernas” dele na rua. *“Se eu tinha que mexer com droga, era ela que mexia; se eu tinha que fazer qualquer coisa, era ela que fazia, entendeu?”* Assim, a relação de ambos se consolidava através da cumplicidade amorosa e também criminal.

O retorno ao meio aberto

“Hoje o que me mantém de pé no chão é que eu tenho uma filha, ela é meu mundo.” (Pedro)

Na época da entrevista, com 25 anos, fazia três anos que Pedro estava em regime aberto. Ele afirmou com convicção que sua filha foi *“o pico decisivo”* para que ele encerrasse as atividades criminosas.

A partir dela eu passei a ter alguém com quem me preocupar. Minha vida inteira passei falando para mim mesmo que eu podia roubar, podia morrer, podia acontecer qualquer coisa comigo que não interferia na vida de ninguém. A partir dali toda a minha ideologia, tudo que eu acreditava veio à tona, porque era ela no caso.

O nascimento de sua filha ofereceu a ele um elemento do qual ele carecia desde a infância: a relação familiar de cuidado e carinho. Agora, tendo Sara em sua vida, a solidão da qual se queixa, sendo própria da existência humana, parece não o assombrar com tamanha intensidade. Como alegou, passou a se engajar nos cuidados para com ela, não cabendo nesse projeto a continuidade no crime. Lembremos que para Pedro o “eu-criminoso” não se realiza no ambiente familiar, menos ainda quando se é pai.

Para tentar se estabilizar e cuidar de sua filha, Pedro inicialmente buscou regularizar sua habilitação, encontrar uma casa para viver com a companheira e a filha, desvincilhar-se das companhias do crime e um trabalho para manter a família. Durante o processo de procura por emprego, ele encontrou no roubo e na venda de drogas as saídas para manter financeiramente a família, apesar de essa não ser sua primeira escolha. *“Assim, na verdade, eu roubei quando não tinha mais o que fazer, entendeu?”*. Ele ponderava ser menos relevante realizar um assalto do que deixar de pagar o aluguel ou comprar fraldas para a filha. Esse foi o primeiro momento da entrevista que Pedro afirmou: *“não me orgulho disso, mas no momento era o que tinha”*.

Para entendermos o sentido da ação de cometer um crime devemos retornar à experiência concreta anterior ao fato, assim como o objetivo visado para ser alcançado através de tal ato, pois como ressalta Freitas (2018, p. 148),

necessidade, objeto de satisfação e meio de satisfazê-la (causa, meio e fim) são estruturas de um mesmo movimento dialético, não devendo ser compreendidos de maneira linear.

Ele saiu do presídio com a roupa do corpo, ganhou duas mudas de roupas velhas do pai, e fora isso, não possuía condições para viver dignamente. Pedro observou que até conquistar e construir uma vida, tudo gera custo, o que naquele momento não era possível ser mantido por ele. Nesse estado, ele afirmara o compromisso consigo de não roubar mais, nem traficar, praticando essas atividades apenas em situações que *“não tinha para onde correr”*. Até conseguir o emprego de pedreiro, acordou consigo mesmo: *“vou tentar o certo, mas se não tiver jeito ‘vamo’ pelo errado mesmo”*. Quando conseguiu trabalhar efetivamente, cessou os crimes e desde então não retornou às atividades criminosas.

Sartre nos coloca que entre eleger algo e conquista-lo, dependerá de condições que possibilitarão (ou não) essa conquista. Para poder lançar mão de seu plano de se afastar dos crimes, Pedro precisou empenhar-se na procura por emprego e ser aceito pelo empregador. Apenas por esse acolhimento do empregador, que oportunizou a inclusão de Pedro no mercado de trabalho, que ele teve a possibilidade de viver e de cuidar de sua família por meio lícito.

Ele contou que trabalhava como pedreiro, mecânico, tudo o que fosse necessário. Entretanto, não eram serviços fixos nem contínuos: *“acabou o serviço, ficava ‘a Deus dará’ de novo”*. Pedro conseguia esses serviços por ter trabalhado anteriormente em construção civil, então possuía contatos nessa área e sabia que podia recorrer aos seus antigos empregadores. *“Eu fui me agarrando naquilo, trabalhando com um aqui outro lá, tentando. . .; a situação apertou, mas ainda deu para se [sic] virar”*. O preconceito contra pessoas egressas do sistema prisional é significativo, como mencionado, o que dificulta a conquista de estabilidade para pessoas nessa condição.

O relacionamento de Pedro com a mãe de Sara, nessa transição para o regime aberto, foi no mínimo conturbado. Pedro afirmou que Diva deu a ele a maior alegria de sua vida, sua filha, mas foi seu maior tormento. É válido ressaltar que Diva naquele momento possuía duas filhas de outros relacionamentos, sendo mais velhas, com seis e nove anos, e Sara, recém-nascida. Os cinco passaram a morar juntos, e ele era o único a trabalhar na residência, pois Diva despendia cuidados com a bebê e as outras duas filhas.

O ponto nodal para as discussões entre o casal era a falta de apoio em casa, sentida por Diva, que exigia auxílio nos cuidados com as filhas e a presença do esposo. Com o passar do tempo, segundo Pedro, ela passou a criar situações de conflito para ele, em relação à sua família e amigos, criando histórias que Pedro afirmou não serem reais:

Eu não podia ir na casa do vizinho do lado, porque para ele eu batia nela. Eu não podia ir na casa da minha mãe, porque eu era sequestrador. Eu não podia ir na casa da minha irmã, porque eu era um estuprador. Não podia ir na casa da outra irmã, porque era um narcotraficante. Não podia ir na casa do meu pai, porque eu era um assassino.

Esse ponto pesou para Pedro, pois ele afirmou que apesar de ter realizado várias ações criminosas, nunca matou ou estuprou alguém. Como visto anteriormente, os crimes contra a vida humana possuem uma carga moral intensamente maior do que aqueles contra bens materiais, especialmente para as pessoas que os praticam. Os da segunda categoria, inclusive, tendem a ser usados como justificativa para atenuar o julgamento de outras pessoas sobre elas.

Pedro relatou que Diva era muito violenta com as filhas, desde verbalmente até fisicamente. Por ter sido criado num ambiente de ferocidades, ele mencionou que via na Diva a mãe que possuiu.

Era um ambiente hostil. Eu optei por morar na cidade dela para ficar perto da minha filha, mas optei por largar da Diva por ver nela a dura realidade que era minha mãe e meu pai antes. Se for para criar minha filha num ambiente hostil, apanhando, isso e aquilo, levando soco e pontapé, prefiro nem criar, entendeu?

Pedro destacou que “o psicológico que é o foda, o psicológico que abala”, pois é difícil lidar com as relações interpessoais e com a liberdade do outro atuando sobre a sua realidade. Sartre (1960/2002) indica que a infância do sujeito afeta a construção de seu projeto, ainda que seja na forma de recusa de gestos aprendidos naquela temporalidade, assim como faz Pedro ao buscar se afastar da reprodução de condutas anteriormente vivenciadas por ele como negativas.

Após alguns meses, Diva perdeu o apoio da família de Pedro por se contradizer em suas histórias; e após conflitos recorrentes, ambos brigaram, com violência verbal e física. Segundo Pedro, Diva “pulou” em cima dele, “e ela bate que nem homem: briga de soco e chute e tudo”, e ele tentou se esquivar ainda sem sucesso, e acabou revidando os socos e pontapés. “Eu apanhei uma vez, não ia esperar apanhar a segunda”.

Essa ocasião resultou na denúncia de Pedro, por parte de Diva, à Delegacia da Mulher. Ela realizou uma queixa de agressão física e ameaça; um processo criminal foi aberto para Pedro, e Diva conseguiu uma medida protetiva contra ele. Passados poucos dias, Diva tentou

retirar a denúncia por entender que poderia atrapalhar o andamento dos outros processos judiciais de Pedro, além de não o ver como ameaça real à sua integridade física; contudo, seguindo o regulamento da Lei Maria da Penha esse movimento não pôde ser feito.

Imediatamente após a briga, Diva saiu de casa com suas filhas e levou os móveis da casa e o carro para a cidade vizinha, em que sua família morava. Para Pedro, esse não foi um problema. Afirmou que não estava apegado financeiramente aos bens que possuíam no momento. Mas, por todos os transtornos psicológicos e sociais [sic] causados por Diva, ele afirmou que “*se eu tivesse um pouco mais da mentalidade que eu tinha um tempo atrás (referindo-se à resolução de conflitos de maneira agressiva), eu já tinha matado a Diva*”. Esse ponto demonstra que anteriormente os conflitos interpessoais eram ainda mais complexos de serem resolvidos, e Pedro complementou indicando a vantagem de ser pai pelo aprendizado que tem tido com Sara, isto é, sobre ter paciência e ser tolerante.

Pedro continuou visitando a filha na cidade vizinha e mantendo contato com Diva. Passados poucos meses houve outro Boletim de Ocorrência contra ele (sobre um crime cometido anteriormente), e o efetivo policial o estava procurando em todos os locais da cidade. No intuito de fugir da polícia, ele se mudou para a cidade de Diva, ambos se reaproximaram e reataram a relação. No entanto, ambos começaram a brigar pelos mesmos motivos anteriores, intensificada pelos ciúmes que ela nutria dele. Eles terminaram a relação cinco meses após terem reatado. Pedro contou que sempre pegava seu salário inteiro e entregava à Diva para que ela decidisse o que era necessário comprar. Afirmou que sempre a avisava onde estava e para onde ia. “*Sempre fui um cara assim, não vou dizer que sou exemplo, porque ‘tô’ longe disso, mas na minha maneira distorcida de ver as coisas, eu sou um cara certo, entendeu?*”.

Ele complementou que quando foi morar com Diva na cidade dela, dividia a casa com a sogra, e passou a perceber que aquele ambiente também era hostil. Por essa razão, percebeu que era possível que ela “avançasse” nele novamente, ou em suas palavras, “*ia me pular*”. Posteriormente, durante uma nova briga, ao segura-la e pedir para que se acalmasse, e buscar desvencilhar-se das investidas dela para que não chegasse a bater nela também, Pedro decidiu sair daquela casa. “*E outra, o principal, o que eu sempre levei para mim: assim como nunca gostei do meu pai e minha mãe saindo no tapa, no soco, eu também não vou proporcionar isso para minha filha. Nunca, nunca!*”.

Essa decisão também teve em comum a preocupação com o ambiente de criação da filha, e ainda a vontade de continuar longe do crime. Pedro apontou que as situações de tensão familiares despertavam “*uma coisa ruim, que leva pra baixo*”, provocando uma vontade de “*fazer alguma coisa pra alguém, descontar a minha raiva em alguém, brigar, bater, atirar,*

roubar”. Os sentimentos de Pedro nessas ocasiões faziam com que ele captasse o mundo de outra maneira, através da raiva, por exemplo, como nos mostra Sartre (2014), tendendo a agir partindo de uma consciência irrefletida. Percebendo essa relação entre tensão e vontade de retornar aos crimes, ele alegou: “*eu vi que se eu queria [sic] continuar no caminho que eu ‘tô’ hoje, ali é uma realidade que eu tenho que me afastar, porque não ia dar certo, não ia dar para viver daquele jeito*”.

No momento da entrevista, Pedro estava trabalhando numa mecânica de carros do irmão de Diva. No espaço da mecânica havia uma casa pequena, e ele passou a morar nesse local – ele tinha um lugar para morar, e ao mesmo tempo cuidava dos bens da mecânica. O apoio de Diva e sua família, em certo nível, foi essencial para Pedro conseguir consolidar seu projeto. O abrigo e o emprego oferecidos por essas pessoas tornaram possível sua estabilidade financeira, crucial para a mudança de conduta.

Vivendo longe do crime

“Aí pensar que simplesmente esse mundinho se desfez? Não se desfez”. (Pedro)

Faz dois anos que Pedro está totalmente fora das atividades criminosas, mas parou de andar armado há pouco tempo. Ele relatou que evita ao máximo andar na rua à noite, frequentar os mesmos ambientes que antigamente e não anda armado também para evitar ser preso novamente. Contudo, salienta que ficar “*de boa*” não depende apenas dele, pois possui uma vida de inimizades, de desavenças e de vítimas. “*Eu tenho que ainda continuar lutando pra sobreviver*”. Em alguns momentos as vítimas e/ou os inimigos cruzam com ele, e “*se você arrear o pé, você tá com medo, e onde qualquer um ver [sic] fraqueza, cai matando. Sustentar uma coisa que você não é, é difícil, é bem arriscado*”.

A elaboração do projeto do sujeito considera não apenas seu futuro, mas também seu passado; logo, ainda que Pedro o elabore visando o futuro, o passado é o que é e não pode deixar de ser. Como Maheirie (2002) adverte, o projeto do sujeito é o movimento em direção a um futuro inexistente, num processo de superação, transformação e manutenção de uma situação passada ou presente. Sartre (1960/2002) expõe que “simultaneamente, fuga e salto para frente, recusa e realização, o projeto retém e desvela a realidade superada, recusada, pelo próprio movimento que a supera” (p. 77).

Pedro seguiu pontuando algumas situações que dificultam a constância da decisão de não roubar ou praticar outros crimes. A primeira delas foi a conveniência de permanecer realizando tais práticas, tendo em vista que já é um hábito e o sujeito já possui conhecimentos e ferramentas que o auxiliam nesse quesito. Além disso, *“tudo seduz, o amigo seduz, o crime seduz”*, principalmente no que refere ao valor econômico alcançado em pouco tempo (Pedro equivale o salário de um mês de trabalho formal com um roubo efetuado em 5 minutos).

Nos novos ambientes que passou a frequentar, Pedro se sentiu deslocado, pois a realidade dos espaços que era acostumado a frequentar anteriormente é completamente diferente dos que se deparou recentemente. Ele apontou que a linguagem utilizada precisa ser diferente, o modo de conversar e o conteúdo das conversas também são adaptados aos novos espaços. Novas amizades são difíceis de se concretizarem, pois *“você tem que, praticamente, omitir a sua vida inteira. Você não tem o que falar quando chega perto de alguém”*. Contar sobre o passado e aquilo que viveu, no meio de *“pessoas de bem”*, faz com que interpretem o sujeito pela via do preconceito, como se ainda estivesse vivendo na criminalidade, e *“qualquer um que te olhar vai querer te afastar e isso aí se aplica desde trabalho... Tudo, tudo se torna mais difícil”*.

O sujeito, apesar de possuir um passado, não se encerra nele. Justamente por não possuir uma essência dada e estática; ele tem a possibilidade de escolher algo distinto de outrora, como nos diz Sartre (1943/2015). Contudo, socialmente é comum a ideia de estagnação do ser, que é visto como inerte e passivo, apenas reproduzindo as mesmas ações já realizadas, endossando o preconceito contra egressos(as) do sistema prisional.

Em relação aos laços familiares, Pedro elucidou que *“ninguém confia mais em você, ninguém acredita que você é uma pessoa disposta a mudar, então, constantemente você vai sofrer julgamentos”*. Diante disso, *“primeiro você tem que aprender a ser sozinho”*, no sentido de não ter a confiança da família e não depender disso para sustentar sua decisão, pois eles já não creem que a pessoa está de fato disposta a mudar seus hábitos.

No entanto, Pedro, ao relatar que *“o problema de tudo não é os outros, o maior problema de tudo, o inimigo maior que você tem é você mesmo”*, expõe que ainda que existam conflitos externos, a decisão de como agir diante deles é do próprio sujeito. Ele seguiu dizendo que em momentos que sente medo e/ou vontade de ter sensações como outrora, o desejo de *“voltar a ser quem era”* é intenso. Em dias que está de *“bom humor”* é mais fácil de lidar com essa situação, que se intensifica quando *“acorda de mau humor”*. *“Só que nesses determinados momentos eu apego no que eu acredito, que assim eu acredito que eu vou fazer o meu melhor”*

para criar minha filha”, ou seja, ele retoma o projeto maior de ser um bom pai para dar conta de superar os obstáculos do dia-a-dia.

Pedro sugeriu que os valores que levava consigo naquele momento eram outros. *“Eu não tenho luxo (material), e não busco mais isso. Um tempo atrás eu achava que o mundinho era de ostentação, de status..., hoje, graças à Deus eu vivo muito tranquilo”*. Parte dessa tranquilidade Pedro relacionou ao fato de morar sozinho: *“você não tem ninguém para te dar opinião ou para te perturbar, então é bem mais fácil de se controlar”*. Evitar os conflitos interpessoais diretos, próprios da convivência diária com outras pessoas, produz-se menos angústia e estresse, geralmente advindos desse processo, e esta estratégia proporciona a Pedro mais facilidade em se manter centrado e longe do crime.

Em contrapartida, ele relatou que têm momentos em que gostaria de desabafar, conversar para aliviar a tensão, mas que consegue balancear essa angústia com o contato frequente que possui com sua família. Seu pai liga quando tem algum negócio para tratar com ele, e sua mãe entra em contato todos os dias com o filho – para acordá-lo pela manhã, ou à noite antes de dormir. Aos finais de semana, Pedro vai para a cidade dos pais e quando é o final de semana que passa com a filha, a leva com ele.

Nos finais de semana que sua filha não fica com ele, Pedro costuma almoçar com o pai ou a mãe, e durante a noite sai para algum lugar (baladas, barzinho etc.). Ele contou que prefere frequentar lugares mais reservados, sem muita gente, diferente de outra época em que gostava de ostentar. Relatou também que prefere sair com amigas mulheres, tentando evitar sair com seus amigos homens. Essa escolha se dá pela compreensão que Pedro tem de que a relação entre homens é complicada: *“primeiro que pode dar uma disputa de quem é mais, de status, uma competição e tal..., ou ele pode querer arrumar confusão e achar que eu vou bancar. Porque eu tenho um nome né. E eu não vou (risos)”*. Essas situações remetem ao intenso embate entre quem tem mais poder, característico, para Pedro, daquele tempo em que esteve imerso na criminalidade. Na busca por não se colocar mais nesse cenário, evita situações que possam lhe causar problemas.

Então eu quase sempre saio com amigas mulheres, nem que seja só para conversar, se divertir, nem que seja para não rolar nada. Porque olha, se eu sair com uma menina, o pior que pode acontecer é ela sair falando mal de mim depois para outras.

Baseado em suas vivências no contexto criminoso, em que a maior parte das pessoas é do gênero masculino, e remetendo à sua possível compreensão da mulher como um ser ingênuo, não perigoso, sente-se menos ameaçado nas relações com elas, e conseqüentemente mais à vontade nessas circunstâncias.

Diante da realidade de possuir um passado que retorna ao presente e ao futuro em forma de ameaça, Pedro compreende que pode vir a falecer naturalmente, ou que alguma questão do passado o persiga e interrompa sua vida. Frente a isso, ele denotou que tem se privado de situações de risco e também de possíveis gastos pessoais. Seu objetivo recente é economizar para comprar uma casa, para que sua filha possua alguma base financeira para viver, caso ele morra.

A ação de Pedro, que tem como finalidade oferecer algum subsídio material para sua filha, apresenta uma intencionalidade que reconhece sua história passada, a realidade atual e uma realidade desejável ainda não realizada. Essa ação não ocorre baseada no sentido de causas e efeitos, como se acontecesse linearmente. Ela se dá como uma abertura ao devir, por um movimento dialético que não nos garante a construção do futuro enquanto não for realizado. Sartre (1943/2015) enuncia que para escolher determinada ação “não significa, por certo, que devam ser previstas todas as consequências de um ato” (p. 536), como Pedro produz ao considerar as incertezas da sua vida futura (principalmente pelas ameaças advindas de seu passado) como elementos sobre os quais ele deve agir para que não interfiram negativamente no futuro de sua filha.

O plano de viver vendo sua filha crescer “*é indiscutível*”. Ao tratar sobre isso, Pedro colocou que, numa visão geral, o que qualquer pessoa precisa para sair do crime é um **motivo**, e na sequência **aceitar** e **querer** a mudança. “*Eu só mudei quando eu quis, ninguém pode fazer isso por mim, ninguém*”. Com isso Pedro elucida a necessidade de a mudança fazer sentido para o sujeito dentro de seu projeto de ser, para que assim ele se coloque disposto a mudar. Ele ponderou sobre sua vida, apontando que “*hoje eu vivo bem melhor do que vivia antes. Claro, não tenho toda aquela dimensão de antes, só que acho que a paz não se paga*”. Ele pontuou também, que ainda existem algumas perturbações das vivências anteriores que carrega consigo, mas “*tudo é mais tranquilo*”.

Pedro ressaltou que o apoio que teve quando saiu do presídio foi primordial para conseguir reconstruir sua vida, “*provavelmente foi isso que me salvou, porque eu tinha sempre alguém perto de mim, para, digamos assim, toda vez que eu caí tinha alguém para me levantar*”.

Olhando para trás

“Eu passei a perder a inocência muito cedo”.
(Pedro)

Refletindo sobre as suas ações, ele afirmou que nunca teve motivação para pegar algum bem material de outra pessoa ou prejudicar alguém, mas também nunca teve *“motivação para não roubar de ninguém”*. Essa motivação ele alega que teve quando sua filha nasceu, e alia a esse fato a perseverança em mudar suas ações e sua realidade.

Retornando para pensar sua história de vida, Pedro contou que gostaria de ter recebido algum tipo de acompanhamento mais próximo, alguém que o cuidasse quando criança e apresentasse limites a ele (no âmbito familiar ou escolar), acalentando o sentimento de solidão e apresentando possibilidades de agir além daquela indicada pelos “caras mais velhos” que o acolheram. *“Então, eu acho que se eu tivesse passado a ver o mundo um pouco mais tarde, talvez eu teria mais chance de ter ficado tranquilo, ter sido uma pessoa diferente”*. Ter contato com as drogas e a criminalidade precocemente, possibilitou que Pedro conhecesse situações em que não possuía maturidade o suficiente para julgar e discernir se era algo que gostaria de aderir ou não. Hoje ele entende que se tivesse tido a oportunidade de pensar reflexivamente sobre suas condições e possibilidades de ação, talvez teria feito escolhas diferentes para si.

O processo de reconhecer sua responsabilidade por seus atos ocorreu recentemente. Pedro declarou que até pouco tempo culpava seus pais pela sua perda precoce de inocência, pelo conhecimento “da rua” e posterior ingresso no crime. Essa ação, como nos mostra Sartre (1943/2015) trata-se da má-fé, utilizada para depositar num outro a responsabilidade por suas escolhas, e neste caso, ocorre também com intenção de provocar o sentimento de culpa em seus pais.

Hoje eu sei o que é certo e errado e hoje eu reconheço: qualquer atitude minha é culpa minha. Não tem, não tem ninguém que vai fazer qualquer coisa por mim. Vão fazer o que eu deixar, o que eu quiser que faça, ninguém faz por mim. Mas atitude ninguém faz por mim.

O caminho para assumir a responsabilidade sobre seus atos foi longo, *“até você deixar de culpar alguém pra você assumir sua culpa é um longo trajeto”*, principalmente pela angústia causada por esse movimento, pois colocar no outro a “culpa” de algo é mais confortável do que assumir para si.

Atualmente ele ainda possui mágoa dos pais, mas compartilha da ideia de que algo ruim aconteceu a ele e que pode usar esse fato, de maneira consciente, para o fim que escolher: para retornar à criminalidade ou para buscar modificar a si e à sua realidade. *“Hoje eu tento usar para fazer a diferença. Mas antigamente eu usava para ser diferente, para dizer que eu tinha uma justificativa, que eu tinha alguma coisa. . .”*.

Sobre a apreensão do passado como determinante, Sartre (1943/2015) afirma que “de nenhuma maneira o passado, por si mesmo, pode produzir *um ato*, ou seja, o posicionamento de um fim que sobre ele se volta para iluminá-lo” (p. 539, grifo do autor). Por muitos anos Pedro utilizou seu passado de violências como justificativa para os seus atos; partindo da compreensão de que essas vivências fazem parte dele, porém não o determinam, ele passou a visualizar outras possibilidades de ser, tomando as rédeas de sua vida.

O humano nasce em uma condição de carência “interna” de um ser que o funda. Esse ser será criado nas relações que estabelecerá com as pessoas, as coisas, enfim, com o mundo. Como ele se apreenderá, dependerá da qualidade dessas relações, do que escolher para si e do que refutar. Diferente de Carlos e Alisson, Pedro nasce em um ambiente de carências – de bens, de carinho, de paz, de amparo, de cuidado. Para negar as suas experiências, encontra nas ruas grupos envolvidos com crimes, que o acolhem e lhe oferecem, além de possibilidades de ganho fácil de dinheiro, a possibilidade de pertencimento e um lugar na organização desses.

Desde criança recebeu treinamento dos “caras mais velhos” e desenvolveu habilidades para o roubo e o furto, especializando-se ano após ano, inclusive dentro dos estabelecimentos em que esteve recluso. As práticas criminosas, progressivamente fizeram parte de sua vida, não havendo razões para cessa-las. Faz uso de drogas, diverte-se em festas, ostenta bens e armas, experimenta o prazer de sentir-se no poder.

Seus valores contemplam o aproveitamento de cada momento vivido, fosse ele no crime, na família ou no cárcere. Em cada cena, busca aprender algo que lhe possa ser útil posteriormente, realizando suas escolhas visando os benefícios possíveis e disponíveis no momento.

O relacionamento com Diva marca um novo momento em sua história. O nascimento de sua filha, Sara, oferece algo que lhe “preenche”, e Pedro passa a encarar a criação dela como seu projeto de vida (à semelhança de Carlos e Alisson). Diante da prioridade dada à filha, realizou escolhas para garantir a sobrevivência e o bem-estar dela; tais escolhas abarcaram o afastamento do crime e o ingresso no trabalho formal. Vivendo numa sociedade capitalista e preconceituosa, frente a dificuldade de conseguir um emprego lícito e a necessidade de custear

a vida de sua família, recorreu à criminalidade para garantir a sobrevivência familiar. Assim que conseguiu mantê-los financeiramente por meios lícitos, as atividades criminosas cessaram.

Na vivência da relação familiar construída com Diva e as filhas, Pedro percebeu semelhanças com as violências sofridas em sua família de origem. Não desejando a mesma criação para Sara, decide romper o convívio com a mãe de sua filha. Opta por uma vida sem grandes luxos, com a razão de garantir um futuro minimamente confortável para Sara.

Nessa empreitada, depara-se com outras adversidades, como a vivência em espaços distintos daqueles que frequentara anteriormente. O perigo o acompanha, principalmente sobre a possibilidade de retaliações por crimes cometidos por ele. Somados, esses dissabores por alguns momentos causam angústia e a vontade de retornar para o crime aparece. Entretanto, ao recordar-se do motivo pelo qual escolheu sair desse meio, Pedro consegue se acalmar e retoma sua vida, consciente de que essa escolha precisa ser tomada dia após dia.

4 A Dimensão Universal de Egressos(as) do Sistema Prisional Paranaense

Sartre (1960/2002) assevera que os produtos das ações das pessoas, quando socializados e perdurados historicamente, perdem a visibilidade de seu/seus produtor/es. À vista disto, podem ser compreendidos como um fenômeno natural. O mundo do crime existe historicamente e é produzido por uma trama social do capitalismo que, ao produzir as classes favorecidas, paradoxalmente, também produz as classes excedentes. Como a relação interdependente entre as classes hegemônicas e as desfavorecidas é histórica, o mundo do crime também é. Este, por sua vez, é um meio ilícito e histórico para se conquistar bens de poder produzidos pelo próprio capitalismo, por conseguinte, mesmo que tenha consequências drásticas, a criminalidade pode ser concebida por alguns como “natural” e não como produzida socio-historicamente.

Realizando o movimento de passagem do singular para o universal, torna-se possível alcançar a sociedade civil, o Estado e a ideologia dominante. Nessa dimensão social, podemos compreender algumas mediações e intersecções que unificam as pessoas envolvidas com a criminalidade. Sobre isto, Silva (2004) afirma:

Pois o sujeito é agente histórico, livre e responsável, e não um mero reflexo das condições objetivas; por outro lado, o exercício dessa subjetividade e dessa liberdade, no *elemento* da história, ocorre a partir de uma interiorização das determinações históricas. Nessa reciprocidade, o indivíduo se faz mediação das determinações, porque a subjetividade não pode ser concebida como um meio neutro e rarefeito que as determinações pudessem atravessar livremente. Por outro lado, o mundo objetivo também se faz mediação, já que resiste à ação individual e a condiciona pela facticidade. O indivíduo totaliza mediatamente as determinações e, assim, se produz como sujeito, porque essa totalização é um meio pelo qual ele aspira à síntese e à unidade subjetivas. O indivíduo é totalizado pelo meio e pelas determinações que incidem sobre ele e, nesse sentido é produzido, seu ser sujeito tende a recair na inércia da objetividade exterior. (p. 34-35, grifo do autor).

Assim, Silva (2004) pesa a liberdade ontológica, esse **nada** do Para-Si, mas que se efetiva em um processo histórico, em uma dialética com as determinações da facticidade e com o projeto singular de cada sujeito. Novamente, destacamos que o campo da materialidade institui os limites da **situação** em que a liberdade é exercida.

Viver em uma sociedade capitalista, escassa de bens para suprir as necessidades de todas as pessoas e que dita quem será possuidor ou não de bens, como mencionado, tornou-se

mote para a busca pelo crime como forma de ascender socioeconomicamente. O sentido dos crimes cometidos pelos participantes da pesquisa indicou uma relação próxima com a intenção de superar suas respectivas condições sociomateriais nas quais produziam suas vidas. Ademais, aponta para uma intensa insatisfação com o modelo socioeconômico posto.

Pensando sobre o capitalismo, constatamos que ele, em si, é sustentado pelo poder e pela violência de uns sobre outros. Como afirmam Trogo e Zebral (2007, p. 136), “a igualdade dos homens se funda na ameaça de que todos são algozes e vítimas: celeiros cheios e barrigas vazias são elos da mesma corrente”. Acúmulo de capital e escassezes são os contrapontos do capitalismo e parece não haver uma síntese que supere essa condição desigual. Na condição de haver criminalidade no seio da classe hegemônica, esta condição pode ser forjada pelo poder e, nas classes menos favorecidas, a condenação é clara. Desse modo, o encaminhamento é para a manutenção da desigualdade social, pela qual o capitalismo se sustenta.

Sartre (1960/2002), no entanto, analisa que cada indivíduo, no meio de sua classe, interioriza livremente, de maneira singular, as exigências materiais que lhe estão dadas. A ideologia neoliberal, presente em nosso país desde meados de 1990, defende a menor interferência possível do Estado diante dos problemas sociais. Esse encaminhamento de se tirar “a mão do Estado” desampara os indivíduos e os joga no mercado para lutarem sozinhos contra os demais e contra os grupos soberanos. Sem recursos primordiais para travarem esta luta e sem meios lícitos e formais que supram as necessidades de todos dessa classe de excedentes, as violações às leis que os mantêm “em seus lugares” na sociedade é a via que encontram para superar suas condições.

Portanto, deve-se conceber a possibilidade como duplamente determinada: por um lado, no próprio âmago da ação singular, é a presença do futuro como *o que falta* e o que desvela a realidade por essa ausência. Por outro, é o futuro real e permanente que mantém e transforma, incessantemente, a coletividade. (Sartre, 1960/2002, p. 78, grifos do autor).

Em meio ao contexto capitalista, que intensifica a discrepância entre poucos grupos detentores de bens inestimáveis e a maior parte da população sem poder acessar sequer uma parte ínfima dessa bonança, há de se ponderar as oportunidades de ações de resistência. Os três participantes da pesquisa elegeram como ação primordial o ingresso na criminalidade, porém essa não é a única possibilidade existente para alcançar determinado fim, considerando que nem todas as pessoas que compõem as classes menos favorecidas realizam esta escolha para superar sua condição socioeconômica.

Retornando à família, no que lhe concerne, essa medeia os indivíduos e a sociedade desde a infância e segue durante a vida adulta (Sartre, 1960/2002), sendo isso que aconteceu entre os participantes e suas famílias: elas lhe ofereciam alimentação e moradia, mas eram os elementos básicos para a (sobre)vivência deles. O capitalismo lhes “oferece” muitas outras mais opções, fazendo com que se sintam mais carentes do que o são. Contudo, como mencionamos, sozinhos dificilmente superariam o futuro-fatalidade que lhes é imposto. Necessitam, por conseguinte, “coadunar ações com outras pessoas para auferir força no enfrentamento da penúria e da fixidez do corolário das relações humanas” (Freitas, 2018, p. 218). Foi, portanto, desta forma que os participantes fizeram ao se inserirem em grupos formados “à margem” da sociedade, que os “admitiram” em suas organizações informais, prometeram-lhes ascensão social e cumpriram com o prometido.

Como alude Freitas (2018), as ações e as relações interpessoais acontecem na condição de mediações terceiras, seja na dimensão micro (em que esse terceiro é uma pessoa ou um objeto) seja na dimensão macro (desses terceiros serem grupos de famílias, de amigos ou um grupo de trabalhadores). Schneider (2011) complementa:

Cada um se torna o *terceiro* em relação aos outros, ou seja, torna-se o mediador entre o projeto individual do outro e o projeto coletivo, estabelecendo relações de reciprocidade. Portanto, para compreender a dialética da realidade humana, é fundamental compreender o papel de mediação que o grupo exerce em relação aos sujeitos concretos. Pela mediação do grupo, o outro se torna um meio para me realizar, assim como eu a ele. Essa estrutura nova, da reciprocidade mediada, caracteriza-se pela experiência de compartilhar ações, pensamentos, sentimentos. (p. 155 e 156, grifo da autora).

Os participantes encontraram na aliança com outras pessoas uma maneira de aumentar suas forças no enfrentamento de suas realidades. Os grupos nos quais se inseriram e/ou se inserem, tornaram-se vitais para o sucesso de suas ações.

O problema é que essa realidade acontece na clandestinidade, na qual todos têm que realizar suas ações criminosas como se fossem socialmente “estrangeiros”, principalmente diante de suas famílias. Não obstante, houve diferentes ganhos além do financeiro: eles foram “acolhidos” pelos respectivos grupos. Ser olhado de fora como pertencente ao grupo, apresentou-se como indicador de um *status* almejado. No entanto, como esses grupos se constroem no seio do sistema capitalista, eles também apresentam suas contradições. O mesmo contexto em que foram acolhidos, foi no qual aprenderam a cobiça e a ganância, por vezes, ao não olharem para os lados, só visando o fim que está à sua frente. Por isso, eles também

almejavam alcançar postos superiores no grupo, o que lhes exigia competir com seus próprios pares.

O sentido do cometimento dos crimes apresentou-se intimamente ligado às histórias de suas vidas, sugerindo ser o projeto viável dos participantes. Giles (1937) resgata que o homem é, antes de mais nada, o que projetar ser. Os crimes cometidos pelos participantes apresentam as projeções de cada um deles em seu momento particular. No entanto, a criminalidade pode ser a via para se chegar a diferentes fins. Na condição de um indivíduo escolher roubar para superar suas condições materiais, conquistar *status* e pertencer a um grupo, pode ser que em outro momento venha a roubar para sustentar sua família, encarando o crime como a última opção para o seu sustento. Assim, é necessário buscar o **projeto** do sujeito a cada etapa de sua vida, para ser possível alcançar o **sentido** de suas ações. Esse sentido, porém, apenas será alcançado quando considerarmos o campo das possibilidades instrumentais do sujeito, que se projeta dialeticamente em uma realidade concreta e dada previamente a si, como aponta Sartre (1960/2002).

Além disso, o envolvimento com as drogas (lícitas e ilícitas) apareceu nas vivências dos participantes, cada um a seu modo, seja pelo consumo seja pelo comércio ilegal. Interessante identificar que, ainda que os três tenham experienciado a relação com a drogadicção, por perspectivas diferentes e com objetivos distintos, esse elemento apareceu voluntariamente em todos os discursos que envolviam a criminalidade.

O período vivido dentro de delegacias penais e/ou penitenciárias esteve intimamente ligado com a violência sofrida pelas pessoas detidas, assim como foram narradas pelos participantes desta pesquisa. A posição de poder daqueles(as) que trabalham diretamente com os(as) encarcerados(as), assim como os(as) que atuam na elaboração e na organização desses espaços, aparecem nas falas dos participantes como lugares ocupados e exercidos pela violência.

Na base do conceito de poder, nessa ótica sartriana, está o projeto fundante de superar a raridade como perigo de morte para cada um dos grupos antagonistas, colocando em destaque o caráter dramático do poder, de vez que, no fundo, ele é uma luta coletiva contra a morte. Em termos mais crus, o poder político é exatamente a performance de uma *práxis* – de uma classe – para determinar e impor uma determinada estruturação de raridade e uma certa escala de satisfação de necessidades aos diferentes grupos de uma sociedade. Enfim, é a capacidade de definir os excedentes absolutos – os condenados a morrer, os sub-alimentados crônicos, os doentes, os analfabetos, etc. [...]

São as instituições que mediatizam a violência e suas manifestações práticas. (Trogo & Zebral, 2007, p. 138).

O Estado (em forma de instituição penal) reproduz e produz, em todos os seus níveis, uma série de violências fundadas coletivamente pela sociedade. Os valores que o regem, quando em democracias, são sustentados por essa sociedade, pois emerge dela e a representa. Como vimos na primeira parte deste trabalho, a lógica preconceituosa está presente em nosso país, relacionando-se dialeticamente com o Estado. O preconceito, fundado na lógica de determinar os excedentes, atua diretamente para definir as pessoas encarceradas como tal.

Quando o Estado monopoliza essa violência, não a diminui, mas a redistribui, assumindo esse papel de violador. Não obstante, a sociedade naturaliza essa violência, seja realizada por aqueles que estão nos bastidores da ação (administradores, governadores, etc.), seja por aqueles que a executam (policiais, carcereiros, etc.).

Essa violência possui sua forma física e subjetiva, uma não anulando a outra, mas se complementam e se intensificam. O indivíduo, ao ser atingido pelas humilhações proporcionadas pela instituição penal (como as revistas íntimas, a nudez coletiva, etc.), combinadas à constatação do olhar do outro que o considera um mal a ser aniquilado, o que ocorre é que, segundo Aguiar (2003),

Os sentimentos que tomam conta é o de exílio, de expatriação, de abandono, de falta de identidade; sente-se o esvaziamento da liberdade [...], sente-se a “morte” da singularidade do ser sujeito, pois a impressão é de que o outro rouba o significado da própria subjetividade. (p. 101).

Como analisa Studart (2014), não ao acaso, as penitenciárias e as carceragens brasileiras, muitas vezes, não apresentam as condições mínimas para garantir a dignidade das pessoas ali detidas, principalmente no que tange o tratamento dessas com humanidade. À vista disto, a família torna-se uma das principais responsáveis pelo bem-estar do sujeito preso. Como relatado pelos participantes da pesquisa, a alimentação, os produtos de higiene e as roupas são itens quase exclusivamente providos pelos familiares. Esses, por conseguinte, continuam atuando como mediadores entre o(a) preso(a) e a sociedade, inclusive para suprir suas necessidades básicas. Aqueles que não possuem esse amparo familiar encontram apoio em seus iguais, por meio da divisão nas celas dos insumos recebidos.

As famílias igualmente são abandonadas e violentadas pelo Estado, considerando que devem assumir responsabilidades que são da esfera pública (Estado). Elas, portanto, possuem um papel central no decorrer da vida do encarcerado, como indica Godoi (2017). As figuras femininas apareceram nas narrativas dos participantes como vitais nos cuidados para com eles.

Como pondera Godoi (2017, p. 232), precisamos “conceber a inscrição da mulher no mundo prisional para muito além do crescente encarceramento feminino”. Mães, irmãs e esposas, que exercem o papel de cuidadoras a elas atribuído pela sociedade patriarcal e machista antes do encarceramento de um membro da família, estendem essa função para esta condição.

Além disso, a construção da masculinidade, nesse contexto, também é um produto inconfundível da sociedade patriarcal e heteronormativa. É por ela que os participantes elaboram suas relações com o outro. Como observado, eles assumem para si a responsabilidade por prover a família e, inclusive, é por este papel que muitos justificam sua saída da criminalidade.

As relações interpessoais e o pertencimento a um grupo aparecem com outro tom no cárcere. Dentro dos presídios, a aliança com outras pessoas se torna ainda mais imprescindível para a sobrevivência nesse ambiente. A princípio, os presos formam uma coletividade unificada por um agente externo, mas, durante o convívio, formam um grupo com determinados códigos de conduta própria, cuja necessidade é ressaltada, assim como a austeridade com que fazem ser cumpridos. Inclusive, enaltecem a atuação do PCC nessa organização disciplinar.

Experienciar a singularidade em um ambiente coletivo, principalmente pela necessidade de dividir espaços mínimos com diversos outros, é fatigante. No entanto, estar a todo o momento diante do olhar do outro fomenta o estado de solidão. Essa contradição torna-se estressante, eles estão num ambiente coletivo onde insurgem grupos para que sobrevivam a essa condição, mas, simultaneamente, o outro sempre será uma ameaça a integridade.

No momento de saída da penitenciária, a pessoa egressa recebe uma série de deveres para cumprir (geralmente relacionados com obrigatoriedade de trabalho lícito, privação de frequentar determinados locais e de sair à noite, etc.), mas o suporte para que os deveres sejam cumpridos dificilmente é ofertado. *“O sistema por si só não te dá esperança. Simplesmente eles te mandam para rua com uma ‘Bíblia’ de deveres. Mas a Bíblia de deveres é assim: vai!!!”*, afirmou Pedro.

Logo, aquele(a) que passou meses, anos ou décadas sem contato com a realidade extra muros, vivendo em um ambiente cuja intimidade só é experienciada pela solidão, em que a escassez é o “prato servido” diariamente e que precisa aprimorar suas defesas e investidas para não morrer, no segundo que ultrapassa os portões da penitenciária, lhe é exigido que encontre um trabalho lícito para comprovar ser uma “pessoa do bem” e que se adeque às outras normas de convivência. Isso tudo para provar à sociedade que não se inclina ao retorno à criminalidade.

O trabalho formal aparece como um parâmetro para designar as exceções. No Brasil, segundo as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no trimestre

contemplado por outubro, novembro e dezembro de 2020, o país atingiu o índice de desemprego de 13,1%. Ou seja, cerca de 14,1 milhões de brasileiros e brasileiras estavam desempregados(as) e à procura de emprego. Este cenário nos informa que a busca por trabalho formal não pode ser entendida como responsabilidade exclusivamente individual. Aliado ao preconceito sofrido pela população egressa do sistema prisional, como discutido no início deste trabalho, ser contratado(a) formalmente por uma organização se torna ainda mais difícil.

A situação da pessoa egressa contempla de um lado a necessidade objetiva de se manter financeiramente e materialmente e a obrigatoriedade jurídica de fazê-lo e, de outro lado, há uma sociedade preconceituosa e competitiva nos moldes do capitalismo neoliberal, visando a aniquilação dessa parcela da população apoiada na ideia de contraviolência, negando-lhe oportunidades de emprego. Nesses parâmetros, o retorno à criminalidade apresenta-se como uma saída possível, quiçá a única saída para a própria (sobre)vivência. Além disso, essa saída abarca o acesso descomplicado aos “colegas e ferramentas de trabalho” (parceiros de crime e armas de fogo, carros para a fuga, etc.) e ao capital.

Outrossim, desvencilhar-se do grupo ao qual se aliou para o exercício criminoso é complexo. Esses grupos se relacionam com base na **fraternidade terror** (Sartre, 1960/2002), ou seja, cada um vigia a liberdade de cada outro para que ninguém traia o grupo, nem se dispersem. Instaura-se o controle para que todos continuem comprometidos com o projeto do grupo. Esses acordos não são individuais, mas sociais, vividos na *práxis* coletiva, uma atividade coercitiva do grupo para consigo, sendo um obstáculo a ser encarado caso o indivíduo queira romper com esse contexto.

A família, por conseguinte, volta a se responsabilizar como o grupo fundamental para oferecer o suporte ao egresso. Sair da criminalidade, em alguns casos, é um objetivo comum dos familiares para com o egresso. Em razão disso, a família exerce **mediações positivas**, isto é, realiza, segundo Schneider (2011, p. 157), “mediações que viabilizam o ser da pessoa, que a incentivam a ser quem ela deseja ser”. Tal fato se confirma nas narrativas dos participantes, considerando que a relação do desejo de sair da criminalidade com o apoio da família é primordial.

O casamento e/ou a chegada de um filho ou uma filha, momentos relatados pelos três participantes, marcaram a decisão deles por cessar as atividades criminosas. Compreendemos que o nascimento de um(a) filho(a) enfatiza a responsabilidade desses homens por suas escolhas e pelo sentido do cuidado com o outro. Eles se tornam os mediadores de seu/sua filho(a) com a sociedade e conscientes, como egressos, das consequências de seus atos, julgam

não ser o melhor futuro a oferecer a seus/suas descendentes. Em contrapartida, o móbil para a saída da criminalidade e a manutenção dessa escolha, encontram-se externos a eles.

Na relação com o capital, na medida que passaram a serem responsáveis por lutar contra a escassez que assola não apenas a si, mas, agora, a outras pessoas que dependem deles, os participantes se sentiram na obrigação de ingressar no mercado de trabalho formal. Conscientes dos riscos da criminalidade (violências contra si e contra as pessoas próximas) como meio para ascenderem socioeconomicamente, assumem a escolha pelo posto de trabalhadores não-possuidores.

Nesse movimento, são arrancados de suas vidas e forçados a serem mão-de-obra, “unidade intermutável de uma força de trabalho” (Sartre, 1960/2002, p. 266). Santos (2012) relata que ser homem, nessas condições, é servir melhor à produção, submeter sua força de trabalho a outro sujeito. Isso implica na **alienação** de si, pois o indivíduo passa a realizar um projeto estranho a si, marcado pela *antipraxis*. Esses homens, que buscaram a criminalidade em aversão ao lugar social em que foram lançados, agora, se apresentam como objetos nas mãos dos capitalistas: homens objetivados e não reconhecidos como conscientes, portanto, alienados.

Ademais, a inserção no espaço religioso também apareceu como uma experiência comum nos relatos dos participantes. A despeito dos grupos religiosos aos quais se uniram, a crença no Deus cristão foi semelhante para todos. Pires (2005) alega que quando o sujeito se depara com a sua liberdade, junto a ela vem um grande sentimento de angústia e, para desviar desse sentimento, é comum serem criados ídolos, assim como Deus. Para o autor, esse ídolo tem a função de autoenganar o próprio sujeito, pois ele tende a negar sua própria liberdade visando se eximir da responsabilidade que ela implica, embebido pela má-fé.

Em uma sociedade capitalista e neoliberal, diante da necessidade de trabalhar, cientes da escassez e da dificuldade de serem recompensados economicamente por seus esforços, os participantes encontraram na religião a possibilidade de uma recompensa futura ao seu trabalho. Ao optarem por se inserirem no mercado formal de trabalho, a religião apareceu como um reforço para os motivos dessa ação, visto que na ideia de uma vida após a morte essa atitude será notada.

Em *O Existencialismo é um Humanismo* (1946/1973), Sartre afirma que a ausência de crença em um deus faz com que o sujeito não tenha imposições externas para o seu comportamento, estando ele próprio no domínio de seus valores, justificativas ou desculpas. O movimento lançado pelos participantes da pesquisa para fugir dessa situação impacta a visão de mundo apresentada por eles, como aponta Sartre (1943/2015), pois esse Deus oferece ainda

um sentido às suas ações e à situação social de serem egressos do sistema prisional. Por esta crença, consideraram a vivência na criminalidade e na prisão como uma provação ou um aprendizado, por exemplo.

A religião, enquanto instituição, apresenta ao sujeito valores objetivos para nortear suas ações. Ao ingressar em determinada religião, a pessoa coaduna com os princípios apresentados e passa a basear sua ética partindo desse ponto, afirma Pires (2005). Assim, o homem escolhe ser e se articular com a sua liberdade e com os valores inventados por ele.

Como outrora observamos o impacto do convívio com o grupo para a ação do sujeito, quando tratamos de religião não podemos deixar de mencionar a importância da relação interpessoal promovida por essa instituição. Ambos entrevistados que participam ativamente de alguma religião pontuaram a relevância da relação com os demais membros daquele grupo. Em um ambiente de acolhimento e cuidado, geralmente oferecido pelas comunidades religiosas, coadunam suas ações coletivamente para alcançarem seus projetos individuais. Nesse espaço, eles encontraram apoio uns nos outros, compartilhando a ideia de fazerem de si sujeitos progressivamente mais “bondosos”.

5 Possibilidades e Limites do Atendimento Psicológico

Nesta parte, pretendemos compilar algumas noções que observamos sobre as possibilidades e os limites do trabalho da Psicologia com pessoas que estão, ou já estiveram, envolvidas com a criminalidade. Engendremos esse movimento com base na história de vida dos participantes da pesquisa, partindo das narrativas para pensar sobre as possibilidades e os entraves do atendimento psicológico nesse espaço. Consideraremos, ainda, as normativas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre a atuação da(o) psicóloga(o) com pessoas encarceradas e/ou em retorno ao meio aberto, salientando o trabalho para além das práticas corriqueiras de perícias e avaliações psicológicas. Tendo em mente o conjunto teórico-metodológico do existencialismo de Sartre, atentaremos para as recomendações apresentadas pelo autor na obra *Em Defesa dos Intelectuais* (1972/1994).

A princípio, consideramos a intensificação do tecnicismo nas práticas profissionais pós-modernas, incentivada especialmente pelo capitalismo neoliberal. Essa forma de trabalho implica na supervalorização da prática muitas vezes em detrimento da reflexão sobre ela, facilitando, assim, a execução de ações alienadas. A especificidade contemporânea do tecnicismo parte da fragmentação cada vez maior da produção e do trabalho.

Os técnicos (setor terciário), compostos por cientistas, médicos(as), professores(as) e psicólogos(as), por exemplo, são meios para que fins sejam alcançados – sendo esses definidos pelas classes dominantes e o fim supremo sendo o **lucro**. A burguesia, por meio da observação de suas necessidades, indica os postos de trabalho que serão disponibilizados, ou seja, as possibilidades reais das demais classes. Assim, os técnicos têm seus conhecimentos práticos submetidos à ideologia da classe dominante.

Já em 1972, Sartre (1972/1994) afirmava que:

Hoje em dia a coisa é clara: a indústria quer pôr a mão na universidade para obrigá-la a abandonar o velho humanismo ultrapassado e substituí-lo por disciplinas especializadas, destinadas a dar às empresas técnicos em testes, quadros secundários, *public relations*, etc. (p. 22-23, grifo do autor).

Não à toa, a Psicologia, no campo jurídico e criminal, tem sido demandada a especializar-se em técnicas que avaliem a periculosidade dos indivíduos e suas propensões (ou não) ao crime. Assim, ela atua reforçando estereótipos sociais que confirmam a lógica da produção de exceções pela contraviolência.

O profissional técnico apresenta em si o universal e o particular. Caso se coloque à serviço da classe dominante, torna-se cúmplice da exploração das classes menos favorecidas,

tendo seu ser social e seu destino vindo de fora – “é o homem dos meios, o homem médio, o homem das classes médias; os fins gerais aos quais se referem suas atividades não são *seus fins*” (Sartre, 1972/1994, p. 24, grifo do autor).

Sartre (1972/1994) defende que, para o(a) profissional se desvencilhar da esteira tecnicista imposta necessita lançar mão de uma postura “intelectual”. Essa conduta abrange a contestação dos princípios que guiam sua vida e seu lugar na sociedade, a consciência das contradições que regem sua atuação, como a verdade prática e a ideologia dominante (com seus valores tradicionais).

A(o) profissional, enquanto intelectual, deve investigar as limitações sutis e violentas do universal pelo **particular**, ademais, deve buscar livrar-se das verdades e dos mitos que obscurecem a compreensão dialética dos fatos. Isso porque, se buscarmos uma universalidade abstrata, facilmente chegaremos a uma ideia impregnada de preconceitos e às ideias pré-estabelecidas, pois a universalidade que aparecerá está sustentada pela classe dominante, visando proteger sua hegemonia.

Freitas (2018, p. 265) coloca que:

O saber constituído e institucionalizado pode lhe oferecer um caminho mais seguro como saber constituinte do outro, ao contrário de perseguir o saber que se constitui durante o movimento desse. Sartre nos alerta sobre o risco que, quando fundamentamos a compreensão do outro por um saber construído historicamente, esse pretérito saber pode forjar nossa compreensão.

Sobre o modo de desvencilhar-se dessa cegueira intencional, que serve a burguesia, Sartre (1972/1994, p. 42) indica “ter sobre ela (a sociedade) o ponto de vista dos mais desfavorecidos”. Seja as pessoas encarceradas seja as egressas, as entendemos como excedentes necessários para a manutenção do capitalismo. Partindo desse ponto de vista, torna-se possível visualizar a sociedade “de baixo para cima”, reconhecendo a grande escultura burguesa que se apoia nos ombros das classes que se situam nos níveis inferiores da estrutura social.

O objetivo desse movimento do(a) intelectual é produzir nele(a) e nos outros, na medida do possível, a supressão da alienação da massa, contestando as estruturas que favorecem a prática alienada ao roubar-lhes os fins de seu trabalho. Sozinho(a), ele(a) não possui o **poder** para modificar essa realidade, mas com seu **saber**, é capaz de encorajar pequenas rupturas nesse cenário.

Sartre (1972/1994) defende que as classes exploradas precisam, primeiramente, conhecer o mundo para então poder mudá-lo. Elas precisam descobrir seus fins e suas *práxis*,

não designados por elas, mas pela classe dominante. Carecem de conhecer sua particularidade histórica e lutar “contra a exploração, a opressão, a alienação, as desigualdades, os sacrifícios do trabalhador em prol do lucro” (Sartre, 1972/1994, p. 46). Nesse nível, o(a) intelectual pode servir ao povo, utilizando de sua experiência de privilégios para auxiliá-los no desvelamento das condições em que se inserem.

Assim, a principal função do(a) profissional intelectual seria o **desvelamento** da complexa realidade social,

[...] nada mais é que o desvelamento das contradições fundamentais da sociedade, quer dizer, dos conflitos de classe e, no seio da própria classe dominante, de um conflito orgânico entre a verdade que ela reivindica para seu empreendimento e os mitos, valores e tradições que ela mantém e quer transmitir às outras classes para garantir sua hegemonia. (Sartre, 1972/1994, p. 31).

Nesse sentido, a Psicologia no contexto prisional deve reconhecer e assumir o papel de auxiliar os sujeitos atendidos no processo de desvelamento de sua realidade. Deve considerar, assim, as dinâmicas socioeconômicas que os atingem e vislumbrar, junto deles(as), outras possibilidades de serem e agirem individual e coletivamente. Como incentiva Abrahão (2013), ao agir de forma **engajada**, o(a) profissional poderá desempenhar a função de estimular reflexões diante do mundo. Essa prática, entretanto, aparece em um contexto social em que é cômoda a oferta de ideologias que dissimulam o real e sirvam para alienar o indivíduo.

O(A) intelectual engajado(a) observa e intervém em todos os acontecimentos relevantes (sociais e particulares) à medida que vão se sucedendo. Trata-se de uma vigilância contínua de sua prática e da realidade daqueles aos quais oferece seu serviço. Imersos(as) em nossa realidade, Freitas (2018) aponta que nem sempre temos consciência de nossas reais necessidades ou de como tomamos como nossas as necessidades que nos impõem e, ainda menos, de que a forma como agimos para supri-las possui uma determinação histórica. A autora ainda afirma que “A alienação à ideologia liberal dificulta o desvelamento das contradições” (p. 265), complementando que essa situação limita a visualização da origem dessas necessidades e dos meios de superá-las.

Isto posto, o psicólogo também não está imune à alienação de sua *práxis*. Conhecer, portanto, suas condições e possíveis consequências de suas ações como terceiro diante dos membros de um grupo, o auxilia a compreender como se implica com a sua condição e com a dos indivíduos que investiga ou intervém; e, principalmente, com a condição criada pela sua relação com eles. (Freitas, 2018, p. 220).

Sartre (1972/1994) apresenta a contradição do trabalho do(a) intelectual, especificado, aqui, como o(a) psicólogo(a): este(a) é suspeito às classes mais baixas e visto como traidor às classes dominantes. Nessa organização, o(a) profissional estará inevitavelmente em uma posição de resistência. Além disso, ele(a) evidenciará as próprias contradições do poder judiciário, visando a promoção da saúde integral do sujeito detido e a proteção dos direitos humanos, em concordância com o CFP, especificamente pelas recomendações que constam nas Referências Técnicas para a Atuação das(os) Psicólogas(os) no Sistema Prisional (CFP, 2012).

Para consolidar sua prática enquanto intelectual, é essencial que o(a) psicólogo(a) indague a si mesmo: (1) em qual contexto sócio-histórico edifica sua atuação; (2) à quem está a serviço; (3) quais as necessidades apreendidas por aqueles(as) aos quais seu trabalho se dirige; (4) quais objetivos visa alcançar com seu trabalho; (5) como lidar com a impotência própria do trabalho com o outro; e (6) com as condições do estabelecimento penal.

Quando nos remetemos aos entraves da Psicologia, nos deparamos com a própria instituição penal enquanto um órgão que, muitas vezes, está na contramão do trabalho e da compreensão humanizada do sujeito nesse espaço. O presídio, espaço desenhado para punir e delimitar os excedentes, validado pela contraviolência, está construído aquém dos cuidados humanos propostos pela ciência e profissão psicológica. Esse cenário é descrito por Pedro, participante da pesquisa: *“Ali você não pode ser a favor do preso, porque você faz parte da coordenação do presídio. Você nunca vai poder correr atrás de uma melhoria para o preso, porque assim, o sistema não aceita”*.

Pedro alega que o **olhar** humanizado das(os) profissionais que o auxiliaram no presídio, o fez ver a si mesmo como humano, pois *“às vezes (a gente) esquece até que é ser humano, que tem sentimento. O tratamento é tão foda que você acaba esquecendo muita coisa”*. Nessa dialética do olhar, como aponta Sartre (1943/2015), o contato eu-outro torna-se potencialmente um meio para a compreensão do sujeito enquanto construtor de si em meio a outros humanos.

No entanto, para Erculino (2014), esse fato culmina na posição de vítima e carrasco. Ele afirma que: *“sou vítima e carrasco: no conflito da intersubjetividade uma liberdade sempre tenta sobrepor-se à Outra. Existe sempre à espreita a possibilidade de me reapropriar de minha liberdade e transcender a transcendência do Outro.”* (p. 204).

Vejamos: uma vez dentro do cárcere, o grupo soberano (Estado) se concretiza na equipe de trabalho da instituição penal. No caso da Psicologia, principalmente pela história traçada de atuação com perícias e avaliações psicológicas, há um receio por parte das pessoas detidas em aceitar o trabalho proposto. Apesar de *“o preso dá [sic] valor pra quem quer ajudar”*,

ponderam acerca das implicações de suas afirmativas diante da(o) psicóloga(o). *“Eu posso dizer que quero mudar, mas porque eu sei que o que você escrever vai ter um peso pra eu pegar mais tempo ou poder sair mais rápido.”*

Quando o contato com a Psicologia ocorre para que uma decisão judicial seja tomada (progressão de regime, transferência de ala ou de presídio), por exemplo, assim como o participante Pedro pontuou, *“com certeza você (psicóloga) vai estar privada de muito conteúdo, seu trabalho no caso não vai ser aprofundado realmente.”*. É muito provável que apareça a “manipulação” das informações oferecidas pelo(a) encarcerado(a), pois o objetivo daquele trabalho é a avaliação e não o auxílio ao sujeito. Sartre (1943/2015) afirma que, antes de o sujeito mostrar quem é, ele é aquilo que quer que o outro veja. Segundo Pedro,

Se eu sei que você vai colocar no papel que eu sou uma pessoa propícia, que posso chegar ao ponto de errar de novo, infelizmente eu não vou te falar qual que é a minha dificuldade, qual que é o meu parecer, o que realmente me limita a tal ponto.

Em caso de atendimentos espontâneos, ou seja, aqueles em que a pessoa está disposta a se engajar no acompanhamento, o trabalho da Psicologia ganha outro tom. Considerando a história de vida daquele sujeito e a similaridade nas escolhas feitas por ele diante de suas necessidades, o(a) psicólogo(a) pode atuar na direção de auxiliá-lo a visualizar outras possibilidades de ação diante de sua realidade. Possibilidades essas que sejam possíveis concretamente e que façam sentido para aquele(a) que está sendo atendido. *“No mínimo do mínimo, você (psicóloga) consegue mostrar outras direções pra aquela pessoa”*.

Sartre (1943/2015) afirma que:

Enquanto imerso na situação história, o homem sequer chega a conceber as deficiências e as faltas de uma organização política ou econômica determinada, não porque “está acostumado”, como totalmente se diz, mas porque apreende em sua plenitude de ser e nem mesmo é capaz de imaginar que possa ser de outro modo. (p. 538).

Sass (2016) defende que, no empreendimento de compreender o sujeito, implica-se desvelar a maneira como se dá a tensão entre realidade concreta e escolha individual, ponderando que:

A realidade humana, encarnada em cada pessoa singular, faz-se, realiza seu ser pela miríade de escolhas e condutas cotidianas empreendidas concretamente no mundo histórico...Essa...forma de compreender o fenômeno humano pretende totalizar a história da realidade humana em sua *universalidade* e a vida de uma pessoa concreta em sua *singularidade*. (p. 112, grifos do autor).

A Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 009/2010, ao regulamentar a atuação do(a) psicólogo(a) prisional, afirma a responsabilidade desse(a) em conceber o cometimento de crimes para além da história individual do sujeito, devendo enfatizar os dispositivos sociais que também são responsáveis pelo processo de criminalização. Como atenta Sass (2016), as escolhas são feitas em determinadas **contingências** e determinações históricas, ainda que elas não possuam o poder de determinarem sozinhas as ações daquele(a) que as realiza. Lembramos que é na tensão entre o mundo e a consciência que a liberdade se faz, estando constantemente impelida a ser escolhida.

Considerando o sujeito em suas dimensões de ser singular e universal, esse movimento pode servir de **suporte** para a jornada do sujeito. No ambiente do presídio existem trocas de informações sobre a criminalidade, especialização em crimes nas relações entre os pares, entre outras situações, mas, também, pode ser um espaço potencial para a reflexão sobre si e sobre o mundo. O(A) psicólogo(a), mediante sua prática, pode estimular a consciência reflexiva das pessoas encarceradas e/ou egressas do regime fechado, para que, assim, elas decidam os (re)encaminhamentos que darão às condições objetivas de suas vidas, diante daquilo que lhes é possível.

Pelo viés sartriano, a atuação do(a) psicólogo(a) não deve ter o objetivo de orientação para fins particulares, nem se limitar à conciliação. Essa atitude imporá aos sujeitos um projeto exterior (do sistema penal, da justiça, do Estado), mantendo-os na posição de alienação. A indicação de Sartre (1972/1994) nos leva ao empreendimento da *práxis* do(a) psicólogo(a) pela atitude compreensiva, vinculando-se ao público de seus serviços por meio dela “e pelo método progressivo-regressivo elucidar a estas pessoas por quais mediações se vinculam e como se totalizam em curso.” (Freitas, 2018, p. 267).

Basseto, Fornari, Moretto e Maders (2018) apresentam estratégias para mediar o trabalho da Psicologia em regime fechado e/ou após a saída desse espaço. Elas indicam a possibilidade de construção de espaços artísticos, do trabalho com grupos e da realização de atendimentos individuais. Para as autoras, essas ocasiões podem proporcionar momentos de livre expressão da diversidade humana. Outro adendo seria o incentivo ao contato do sujeito consigo e com o outro, oferecendo um espaço para a vivência da autonomia de pessoas que estão cercadas das proibições e dos ditames de um grupo soberano.

Schneider (2011) sustenta a importância de a atuação da Psicologia ocorrer de forma interdisciplinar, em consonância aos atendimentos de profissionais do serviço social, da medicina e da educação, sempre que houver possibilidade. A autora compreende a Psicologia Existencialista enquanto um meio para contribuir na prevenção de problemas sociais (tais como

a produção de exceções e o uso abusivo de drogas), além de promover saúde, prevenir e remediar o sofrimento psíquico.

Os descaminhos percorridos pela sociedade demonstram que não há lugar para uma atuação segmentada, contrariamente, a exigência parte da necessidade de uma formação mais humana e completa, pautada por princípios éticos, de respeito e de comprometimento com valores de cidadania. (Klipan, Vendramini, Santos, Lucas, Schweter, Tessarollo, Gobbi, Liberato & Santana, 2018, p. 96).

Os(as) autores(as) complementam que, no âmbito da Psicologia em que a atuação é com pessoas egressas do sistema prisional, é imprescindível que se alie a outros saberes-fazeres na busca por auxiliar o sujeito a se inserir no mercado de trabalho, ter acesso à educação, à saúde e aos programas sociais promovidos pelo Governo.

Na experiência de trabalho em um Programa Patronato, Klipan et al. (2018) apontam para a viabilidade de acompanhamentos psicossociais como uma estratégia para estimular a reflexão das pessoas atendidas, servindo também como apoio na lida com a realidade. Essa modalidade de atendimento pode auxiliar na procura por meios de superar as condições adversas impostas pelo seu contexto. Grupos terapêuticos também foram mencionados por eles(as) como meios para trabalhar com egressos(as) do sistema prisional, abordando temas comuns às suas vivências.

Como vimos no decorrer deste trabalho, diante da falta de recursos do próprio estabelecimento penal, as famílias são acionadas para o cuidado com aquelas pessoas detidas durante a permanência em instituições penais e posterior ao retorno ao meio aberto. Considerando esse cenário e retomando a Resolução nº 009/2010 do CFP, o trabalho do(a) psicólogo(a) deve abarcar também ações para com as famílias das pessoas encarceradas e/ou egressas do sistema prisional. Atentamos para a “extensão da pena” para os membros da família que, como afirma Godoi (2017), passam por situações de violência e por humilhações para estarem próximas aos seus entes, assim como são responsabilizadas pelo suporte a eles. Para atuar enquanto intelectual, Sartre (1972/1994) cobra a compreensão sobre a complexidade da realidade do sujeito, tornando necessário ponderar sobre o papel da família nesse cenário.

Salientamos que, para alcançar as superações almeçadas dentro ou fora do cárcere, os indivíduos tendem a buscar assistência nas relações grupais. Em ambos locais, é imprescindível considerarmos apenas um grupo específico ao olharmos para o sujeito, pois, como afirma Freitas (2018), ele integra diferentes grupos ao mesmo tempo, podendo ser: a família, o grupo dos(as) presidiários(as), o PCC, entre outros. Portanto, resumir o trabalho da Psicologia para

apenas uma dessas esferas, sem abarcar a complexidade das vivências humanas, implicaria em uma atuação rasa.

Considerações Finais

O caminho desta pesquisa desvelou a realidade vivida pelos entrevistados. Deparamo-nos com obstáculos de várias esferas, como a dificuldade de vinculação da amostra à pesquisa, o fechamento do Programa que acompanhava esse público e, posteriormente, a Pandemia do Coronavírus. A caminhada teve início apontando o crescente preconceito dirigido às pessoas encarceradas – mesmo após progredirem para o regime aberto –, principalmente no período eleitoral de 2018, e os anos que se seguiram mostraram a acentuação dessa situação. O fechamento do Programa Patronato no Paraná, ocorrido no final de 2019, demarcou a crescente omissão do Estado diante do seu papel de acompanhar egressos e egressas do sistema prisional, como preconizado pela LEP (1984) e pelo movimento jurídico de 1980.

Para galgar sobre esses entraves, reinventamo-nos, assim como a pesquisa, para superar cada contratempo que surgiu durante sua execução. Compreendemos a necessidade de continuar com a pesquisa, pois ilustrar essa realidade e expor à comunidade (ainda que acadêmica, científica e profissional) outra face dessa mesma obscura e emblemática questão (o envolvimento com a criminalidade e a saída dessa situação) pode, de alguma forma, auxiliar na construção de alguns olhares humanizados e qualificados para o atendimento dessas pessoas.

A escassa abertura da amostra para se vincular à pesquisa elucidou uma população que vivenciou e apreendeu as instituições como ameaçadoras. Há grupos soberanos que visam cobrá-las, mas dificilmente as auxiliam na superação de suas necessidades. Outrossim, ficou demarcado o sentimento de medo e/ou receio dos participantes para se deixarem conhecer, alegando que, após saírem da criminalidade, os inimigos e as vítimas de seus crimes permanecem, sendo perigoso para eles mostrarem esse passado ao outro. Esses pontos interferiram na confiança e na disponibilidade deles em se abrirem com espontaneidade durante as entrevistas, considerando que uma pesquisa alude uma Instituição.

Todavia, durante a realização das três entrevistas, ocorreu uma conexão com àqueles sujeitos que ali narraram suas vidas, cada qual com sua razão para contá-la, mas demonstrando o desejo comum de que: (1) queriam ser ouvidos, pois passaram por anos de silenciamento no regime fechado e após a saída dele; (2) estavam igualmente incomodados com o imaginário social acerca das pessoas encarceradas e/ou egressas desse sistema; e (3) desejavam contribuir para que alguma fissura fosse realizada nesse sistema, fazendo dele minimamente mais humanizado, por conseguinte, mais assertivo em sua função de (re)socialização e (re)educação.

Para atingir os objetivos citados, foi utilizado o método regressivo-progressivo para compreender a biografia de cada participante. O movimento de vaivém entre o singular e o universal esteve presente na compreensão de suas vidas, um complementando o outro, elucidando as contradições existentes e contribuindo para uma compreensão rica da realidade de homens reais. Transitamos entre seus passados, presentes e futuros, tencionando vislumbrar o projeto de ser que motivou as escolhas dos participantes em cada momento.

Sartre (1960/2002) assegura que a compreensão de um ato parte desse movimento dialético, considerando as condições iniciais do meio em direção à significação terminal de tal atitude. Indica, ainda, que o sujeito deve ser considerado um ser que supera perpetuamente as condições que lhes são dadas, bem como “desvela e determina sua situação, transcendendo-a para objetivar-se, pelo trabalho, pela ação ou pelo gesto.” (p. 113).

Retornar à história, buscar elementos que auxiliassem na reconstrução da situação sociomaterial de dado momento da biografia do indivíduo e, posteriormente, visar o sentido de seus atos que desvelavam seus projetos não foram tarefas fáceis. Foi um percurso custoso, exigindo igualmente a abertura para escutar e acolher as histórias que se apresentaram naquele momento.

Acompanhando a vida desses três homens, encontramos algumas similaridades em suas histórias, dando pistas sobre o universo das pessoas egressas do sistema prisional. Considerando que o método regressivo-progressivo possibilita chegar ao universo social partindo da biografia do sujeito, assim como chegar ao sujeito pela investigação do meio social, assim, as análises sobre o universal foram realizadas partindo das biografias já contempladas na pesquisa. Sartre (1960/2002) afirma que nesse processo encontramos “as estruturas da sociedade contemporânea, seus conflitos, suas contradições profundas e o movimento de conjunto que estas determinam” (p. 103), que são aprofundados pelas ações dos homens **reais** sobre a situação.

As considerações abarcadas nesta pesquisa partiram da biografia de cada participante e da compreensão daquilo que unifica seus projetos existenciais. Ressaltamos, como apresenta Corrêa (2018), que esses projetos existenciais são a totalidade sintética das escolhas do indivíduo, revelando o sentido da intencionalidade de cada uma, ponderando as escolhas que já foram feitas. O autor evidencia que as escolhas ainda não realizadas não podem ser previstas, ainda que não seja essa a ambição de quem busca compreender biografias.

Ser lançado no mundo em determinada região, em uma família pertencente à dada classe social, é condição de existência para o sujeito e situadora de suas possibilidades. O entendimento do sujeito sobre si e sobre o mundo regulam suas possibilidades de ser, pois por

meio dessa visão, ele irá visualizar uma ou outra oportunidade. Cada escolha tomada por ele será política, pois contém em si a realidade da qual teve origem, os afetos emergidos dela, constituindo, dessa forma, sua ação.

O ingresso na criminalidade, nas três biografias investigadas, ocorreu com a intenção de suprir uma necessidade material em suas vidas, aliado à ideia de ganhar dinheiro facilmente. Vivendo em uma sociedade capitalista e neoliberal, a busca por mais dinheiro em menos tempo é o mantra vigente. Logo, os três participantes desta pesquisa encontraram no tráfico, principalmente, um meio para alcançarem esse objetivo comum, transposto para o campo individual.

Nesse caminho, apareceram outras grandes similaridades, como a imersão em grupos. Estando em um, era garantida sua proteção e havia a oferta dos meios para o trabalho clandestino: companhia e ferramentas (armas, etc.). Contudo, as regras para a permanência nesses grupos eram rigorosas e galgar hierarquia dentro deles passou a ser objetivo de cada um, consolidado ao mostrar ao outro seu lugar por meio de ostentação, violência ou brigas, se necessário.

Ainda que na clandestinidade, observamos ideias conservadoras por parte dos participantes da pesquisa e dos grupos em que se inseriram. Eles exaltaram valores como família, religião, cuidado com as crianças e as mulheres, além de possuírem ideias misóginas e heteronormativas. Esses valores guiaram suas ações na criminalidade e, ainda, foram pontuais para a saída desse meio. Ou seja, ainda sendo exceções da atual sociedade, trazem consigo os valores tradicionais que a estruturam.

Uma vez decididos a saírem da criminalidade, colocaram-se na posição de não-possuidores, trabalhando para um patrão e, assim, alienando sua *práxis* individual. Em geral, a ambição de outrora diminuiu, dando espaço para a vontade de (sobre)viver e cuidar da família que construíram. A religião, grande defensora da família, aparece como um suporte pontual para se manterem longe das práticas criminosas.

Contudo, não podemos ignorar o passado – que é –, pois esse também faz parte daquilo que o sujeito é agora, não de maneira determinante, mas trazendo algumas particularidades em suas vivências e, também, como condição a ser superada. Observamos ser presente o medo de retaliações por ações tomadas no passado, o constrangimento em situações que mencionam os momentos vividos anteriormente e, principalmente, o olhar julgador do outro por aquilo que o sujeito fez em uma outra condição.

Nós, enquanto psicólogas e psicólogos, temos o dever de considerar a história e a sociedade em nossos constructos sobre a criminalidade, além de auxiliar o sujeito no

desvelamento de sua realidade. Certamente, direcionar a Psicologia ao público encarcerado ou egresso desse sistema implica enfrentar uma grande contradição: enxergar humanidade naqueles(as) que a sociedade estruturalmente trata como não-merecedores de tanto. Assim, torna-se fundamental o constante autoquestionamento da(o) psicóloga(o) sobre a função do trabalho que está exercendo.

Referências

- Abrahão, T. H. (2013). Liberdade e Engajamento na teoria literária de J.-P. Sartre. *Anais do SILEL*, 3, 1-6.
- Aguiar, E. S. P. (2003). *Conflito e Intersubjetividade em O Ser e o Nada de Sartre*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório da Universidade Federal do Ceará.
<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6466/1/2003-DIS-ESPAGUIAR.pdf>
- Almeida, S. L. (2011) *Sartre: Direito e Política. Ontologia, Liberdade e Revolução*. [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP.
- American Psychological Association. (2020). *Publication Manual of the American Psychological Association*. (7ª ed.). American Psychological Association.
- Brasil. (s.d.). *Bolsa Família*. Caixa Econômica Federal. <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>
- Brasil. (s.d.). *ProUni: Programa Universidade para Todos*. Ministério da Educação.
<http://prouniportal.mec.gov.br/>
- Carino, J. (agosto de 1999). A biografia e sua instrumentalidade educativa. *Educação & Sociedade*, XX, 67, 153-181.
- Conselho Federal de Psicologia. (29 de junho de 2010). Resolução CFP nº 009/2010. Regulamenta a atuação do psicólogo no sistema prisional. Brasília-DF.
https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_009.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2012). Referências Técnicas para Atuação das (os) Psicólogas (os) no Sistema Prisional. Brasília-DF. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/11/AF_Sistema_Prisional-11.pdf
- Caricati, F. (14 de junho de 2019). O caos penitenciário que Ratinho Junior terá de enfrentar no Paraná. (G. Fontes, & K. Brembatti, Entrevistadores).
<https://www.gazetadopovo.com.br/parana/situacao-penitenciaria-pr-2019/>
- Coracini, C. E. (set.-out. de 2004). Os movimentos de descriminalização: em busca de uma racionalidade para a intervenção jurídico-penal. *Revista brasileira de ciências criminais*, 50, 237-279.
- Corrêa, R. G. (2018). *Por que sentimos o que sentimos? Esboço sobre o sentido das emoções*. Curitiba: CRV.

- Dallago, C. S. (19 de fevereiro de 2020). *Programa Patronato deixa de funcionar em Toledo*. Jornal do Oeste. <https://jornaladooeste.com.br/toledo/programa-patronato-deixa-de-funcionar-em-toledo>
- Departamento Penitenciário Nacional. (2016). *Levantamento nacional de informações penitenciárias*. http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf
- Depen. (jul.-dez. de 2019). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmU4ODAwNTAtY2IyMS00OWJiLWE3ZTgtZGNjY2ZhNTYzZDliIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>
- Dj Alok, Dj W, Mc Davi, Mc Hariel, Mc Ryan SP & Salvador da Rima. (2020). *Ilusão "Cracolândia"* [Música]. GR6 Explode. <https://www.youtube.com/watch?v=5LqeD-m7Iho>
- Emicida (part. Majur e Pablllo Vittar). (2019). *AmarElo*. Em *AmarElo*. Laboratório Fantasma.
- Erculino, S. C. N. (2014). A violência do olhar: intersubjetividade em Sartre. *Kínesis*, 6, 11, 200-214.
- Felício, J. M. (2019). *Como eu fundei o PCC*. UOL Notícias. <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/jose-marcio-vulgo-geleiao-fundador-do-pcc-revisita-surgimento-da-faccas/#cover>
- Fornari, G. A., Denuzzi, W. H., & Santos, R. A. (2018). Redução de Danos e Penas e Medidas Alternativas: Viabilizações do Atendimento Humanizado. *Simpósio de Psicologia 2018*.
- Fornari, G. A., Basseto, A. D., Moretto, J. C., & Maders, C. (6-8 de Junho de 2018). *Penitenciária: uma compreensão da psicologia e um leque de possibilidades de intervenção*. [Anais]. VII Congresso Internacional de Psicologia UEM, Maringá, Brasil. ISSN 1679-558X. <https://npd.uem.br/eventos/anais/vistrab/884>
- Freitas, S. M. (2018). *Psicologia existencialista de grupos e da mediação grupal: contribuições do pensamento de Sartre*. Curitiba: Appris.
- Freitas, S. M., & Fornari, G. A. (2021). O que o "ódio ao(à) bandido(a)" pode nos dizer sobre a sociedade brasileira contemporânea. In E. M. Ferreira (Org.), *Psicologia: a Ciência do Bem-Estar* (1ª ed., pp. 92-102). Atena, Ponta Grossa-PR. DOI 10.22533/at.ed.6042128018.
- Giles, T. R. (1937). *História do Existencialismo e da Fenomenologia*. São Paulo, SP, Brasil: EPU.

- Godoi, R. (2017). *Fluxos em Cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos* (1 ed.). São Paulo, SP, Brasil: Boitempo.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Censo IBGE.
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (4º trimestre de 2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua.
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=30227&t=destaques>
- Klipan, M. L., Vendramini, A. P., Santos, V., Lucas, J., Schweter, J., Tessarollo, L., Gobbi, M., Liberato, V. R., e Santana, V. M. (2018). Por uma prática em construção: psicologia e a ressocialização de egressos do sistema prisional. In M. L. Klipan, H. M. Santos, J. P. Marin, L. D. Paini, & W. A. (orgs.), *É possível fazer Justiça em um modelo alternativo à prisão?* (pp. 95-132). Maringá, PR: Massoni.
- Laing, R. D. (1977). *Laços*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Lei 7.210 de 1984. Pela qual se institui a Execução Penal. 11 de julho de 1984.
- Lei 11.340 de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. 7 de agosto de 2006.
- Lessa, R. (2019). Do antissemitismo como paixão: a propósito das Reflexões sobre a questão judaica. In M. S. Norberto & F. C. L de Castro (Orgs.), *Sartre e política* (pp. 61-108). Rio de Janeiro: Via Verita: Ed. PUC-Rio.
- Macedo, R. S. (2015). *Pesquisar a Experiência: compreender/mediar saberes experienciais*. Curitiba: CRV.
- Maheirie, K. (jan-jun de 2002). Constituição do Sujeito, Subjetividade e Identidade. *Interações*, 7, 31-44. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v7n13/v7n13a03.pdf>
- Maheirie, K., & Pretto, Z. (jul/dez de 2007). O movimento progressivo-regressivo na dialética universal e singular. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, 19, 455-462.
- Mendes, I. K. (14 de junho de 2019). *O caos penitenciário que Ratinho Junior terá de enfrentar no Paraná*. (G. F. Brembatti, Entrevistador) Paraná, Brasil.
<https://www.gazetadopovo.com.br/parana/situacao-penitenciaria-pr-2019/>
- Ministério da Justiça e Segurança Pública. (dez de 2019). *Relatório Consolidado Paraná*. Departamento Penitenciário Nacional. Recuperado em 03 de agosto de 2020, disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/PR/pr>

- Patronato Central do Estado. (26 de março de 2014). Programas de reflexão quanto ao delito cometido e de inserção e/ou resinserção ao ensino formal e de qualificação profissional. Curitiba, Paraná, Brasil.
<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=217>
- Perdigão, P. (1995). *Existência e liberdade: uma introdução à filosofia de Sartre*. Porto Alegre: L&PM.
- Pereira, J. A. (jan.-mar. de 2015). Teoria do conhecimento na filosofia de Sartre. *Diálogos* (13), 81-104. doi:10.13115/2236-1499.2014v1n13p81
- Pires, F. P. (2005). Liberdade e Religião no Existencialismo de Jean-Paul Sartre. *Sacrilegens*, 2(1), 02-21. <http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2009/08/2-2.pdf>
- Preto, Z. (2013). A infância como acontecimento singular na complexidade dialética da história. *Psicologia & Sociedade*. 25(3), 623-630.
- Preto, Z., Langaro, F. (2012). Pais e Filhos em Psicoterapia: O Atendimento Clínico com uma Criança. *Psicologia, Ciência e Profissão*. 32(4), 1028-1037.
- Queiroz, A. C. (15 de abril de 2020). O inferno é o egocentrismo. *Brasiliários*.
<https://brasiliarios.com/cronicas-agudas/80-antonio-carlos-queiroz/1374-o-inferno-e-o-egocentrismo>
- Rodrigues, A. (24 de abril de 2020). Sergio Moro confirma saída do Ministério da Justiça. Brasília, DF. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-04/sergio-moro-confirma-saida-do-ministerio-da-justica>
- Sánchez, C. (10 de fevereiro de 2020). Normas APA – 7ma (séptima) edición. *Normas APA (7ma edición)*. <https://normas-apa.org>
- Santos, R. A., Fornari, G. A., & Stocker, C. (01 a 04 de novembro de 2017). Anais do XIX Encontro Nacional ABRAPSO. *Psicologia e Execução Penal: a experiência do trabalho em um Programa Patronato no Oeste paranaense*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: ABRAPSO Editora.
http://www.encontro2017.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=556
- Santos, T. T. (2012). Sartre e a Revolução: um estudo acerca da evasão do homem contemporâneo do estado alienado segundo Jean-Paul Sartre, *Existência e Arte*, 7, 160-180.
- Sartre, J.-P. (1994). *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática. (Obra original publicada em 1972)
- Sartre, J.-P. (2015). *O ser e o nada* (24ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Obra original publicada em 1943)

- Sartre, J.-P. (1973). O existencialismo é um humanismo. Em J.-P. Sartre, *Os pensadores* (V. Ferreira, Trad.). São Paulo: Abril Cultural. (Obra original publicada em 1946)
- Sartre, J.-P. (2002). *Crítica da razão dialética: precedido por Questões de método*. (G. J. Teixeira, Trad.) Rio de Janeiro: DP&A. (Obra original publicada em 1960)
- Sartre, J.-P. (2014). *Esboço para uma teoria das emoções*. Porto Alegre: L&MP. (Obra original publicada em 1939)
- Sartre, J.-P. (1995). *Reflexões sobre a questão judaica*. São Paulo-SP: Ática. (Obra original publicada em 1946)
- Sass, S. D. (segundo semestre de 2016). A noção de projeto na psicanálise existencial de Sartre. *Limiar*, 2, 105-125.
<https://periodicos.unifesp.br/index.php/limiar/article/view/9259/6788>
- Schmidt, M. L. S. (2005). Sartre e a questão do preconceito. São Paulo: *Imaginário*, 11(11), 365-381. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2005000200016&lng=pt&tlng=pt.
- Schneider, D. R. (2011). *Sartre e a psicologia clínica* (1 ed.). Florianópolis, SC: UFSC.
- Silva, F. L. (2º semestre de 2004). Para a compreensão da história em Sartre. *Tempo da Ciência*, 11, 25-37.
- Studart, L. M. (2014). A Reinserção Social dos Egressos do Sistema Prisional Brasileiro: realidade ou utopia? *Episteme Transversalis*, 6.
- Trogo, S., & Zebral, J. A. (Junho de 2007). Subsídios ao conceito de raridade, poder e violência. *PHRONESIS: Revista do Curso de Direito da FEAD*, 135-139.
- Varella, D. (2017). *Prisioneiras* (1ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.